

DIÁRIO da Assembleia da República

IX LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2002-2003)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 20 DE JUNHO DE 2002

Presidente: Ex.^{mo} Sr. João Bosco Soares Mota Amaral

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
 Ascenso Luís Seixas Simões
 Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 15 minutos.

Deu-se conta da apresentação dos projectos de lei n.^o 73 a 81/IX e do projecto de resolução n.^o 32/IX.

A Câmara aprovou um parecer da Comissão de Ética sobre a substituição de um Deputado do CDS-PP.

O Sr.-Presidente informou a Assembleia da necessidade de repetir a eleição dos representantes da Assembleia da República no Conselho Superior de Defesa Nacional, por não terem obtido, nas anteriores eleições, o requisito constitucional de dois terços dos votos favoráveis. Deu ainda conta da resolução que ratificou o protocolo de cooperação entre o Parlamento Nacional de Timor Leste e a Assembleia da República, aprovada pelos Deputados timorense, em 10 de Junho, como homenagem a Portugal.

Foi aprovado o projecto de resolução n.^o 30/IX — Viagem do Presidente da República a Copenhaga, Dinamarca (Presidente da AR).

Procedeu-se ao debate sobre Política de Ambiente, solicitado por Os Verdes nos termos da Deliberação n.^o 2-PL/98, no qual intervieram, a diverso título, além do Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente (Isaltino Morais), os Srs. Deputados Pedro Silva Pereira (PS), Eulália Teixeira (PSD), Heloísa Apolónia (Os Verdes), Honório Novo (PCP), Renato Sampaio e Maria Santos (PS), Vitor Reis (PSD), António Narazé Pereira (PSD), Isabel Gonçalves (CDS-PP), João Teixeira Lopes (BE) e Heloísa Apolónia (Os Verdes).

O projecto de lei n.^o 57/IX — Lei de bases da família foi debatido na generalidade, tendo usado da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Telmo Correia (CDS-PP), Bernardino Soares (PCP),

João Teixeira Lopes (BE), Ana Manso (PSD), Vieira da Silva e Maria do Rosário Carneiro (PS), Heloísa Apolónia (Os Verdes), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Paulo Pedroso (PS), Patinha Antão (PSD) e Francisco Louçã (BE).

Entretanto, a Câmara aprovou, na generalidade, na especialidade e em votação final global, a proposta de lei n.^o 5/IX — Autoriza o Governo a alterar o Decreto-Lei n.^o 238/94, de 19 de Setembro, relativo ao sistema de unidades de medidas legais, a fim de proceder à transposição para a ordem jurídica nacional da Directiva n.^o 1999/103/CE, de 24 de Janeiro de 2000.

Merceu igualmente aprovação, na generalidade, a proposta de lei n.^o 7/IX — Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.^o 2001/8/CE, da Comissão, de 8 de Fevereiro de 2001, e altera o Decreto-Lei n.^o 15/93, de 22 de Janeiro (Regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas).

Ainda na generalidade, foi também aprovada a proposta de lei n.^o 6/IX — Revoga o rendimento mínimo garantido, previsto na Lei n.^o 19-A/96, de 29 de Junho, e cria o rendimento social de inserção.

Foi rejeitado o projecto de resolução n.^o 15/IX — Ampliar a aplicação do rendimento mínimo garantido e as medidas de inserção na vida activa dos cidadãos (BE).

Após aprovação, na generalidade, da proposta de lei n.^o 9/IX — Autoriza o Governo a alterar o Código de Processo Civil no que respeita à acção executiva, foi igualmente aprovado um requerimento do PSD e do CDS-PP, solicitando a baixa daquele diploma à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

O projeto de lei n.º 13/IX — Medidas para a educação sexual nas escolas (BE) mereceu rejeição na generalidade.

Foi aprovado o texto de substituição da parte deliberativa dos inquéritos parlamentares n.º 2/IX — Constituição de uma comissão eventual de inquérito parlamentar à actuação governamental quanto às dívidas fiscais da SAD do Benfica (BE), 3/IX — Constituição de uma comissão eventual de inquérito parlamentar à aceitação pelo Estado de acções da SAD do Benfica como garantia de dívidas fiscais em processo de execução (PCP), 4/IX — Constituição de uma comissão eventual de inquérito parlamentar aos actos do Governo e da administração fiscal no que respeita à aceitação de acções ou partes sociais de pessoas colectivas, como garantia ou dação em pagamento de dívidas fiscais ou à segurança social, desde 1996 (PSD e CDS-PP) e 5/IX — Apreciação dos actos do Governo referentes ao processo de aceitação pelo Esta-

do de acções da SAD do Benfica como garantia de dívidas fiscais em execução (PS).

Foi ainda aprovado o texto de substituição relativo aos projectos de resolução n.º 21/IX — Revisão Intercalar do Quadro Legislativo da Política Comum de Pescas (PSD e CDS-PP), 23/IX — Portugal deverá assumir a posição de «veto» da Revisão Intercalar do Quadro Legislativo Político Comum das Pescas (BE), 24/IX — Defesa dos interesses nacionais na Revisão Política Comum de Pescas (PCP) e 28/IX — Sobre a Revisão Política Comum de Pescas (PS).

Foi anunciada a eleição do Presidente e dos representantes dos grupos parlamentares no Conselho Nacional de Educação e dos representantes da Assembleia da República na Comissão Nacional de Eleições e no Conselho Superior de Defesa Nacional.

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 15 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 15 minutos.

Srs. Deputados presentes à sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

Abílio Jorge Leite Almeida Costa
 Adriana Maria Bento de Aguiar Branco
 Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
 António Alfredo Delgado da Silva Preto
 António da Silva Pinto de Nazaré Pereira
 António Fernando de Pina Marques
 António Henriques de Pinho Cardão
 António Joaquim Almeida Henriques
 António Pedro Roque da Visitação Oliveira
 Bernardino da Costa Pereira
 Bruno Jorge Viegas Vitorino
 Carlos Alberto da Silva Gonçalves
 Carlos Alberto Rodrigues
 Carlos Jorge Martins Pereira
 Carlos Manuel de Andrade Miranda
 Carlos Parente Antunes
 Daniel Miguel Rebelo
 Diogo de Sousa Almeida da Luz
 Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
 Eugénio Fernando de Sá Cerqueira Marinho
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira
 Fernando Mimoso Negrão
 Fernando Santos Pereira
 Francisco José Fernandes Martins
 Gonçalo Dinis Quaresma Sousa Capitão
 Gonçalo Miguel Lopes Breda Marques
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
 Gustavo de Sousa Duarte
 Henrique José Monteiro Chaves
 Hugo José Teixeira Velosa
 Isménia Aurora Salgado dos Anjos Vieira Franco
 João Bosco Soares Mota Amaral
 João Carlos Barreiras Duarte
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá
 João José Gago Horta
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
 Joaquim Miguel Parelho Pimenta Raimundo
 Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa
 Jorge José Varanda Pereira
 Jorge Tadeu Correia Franco Morgado
 José Alberto Vasconcelos Tavares Moreira
 José António Bessa Guerra
 José António de Sousa e Silva
 José Luís Ribeiro dos Santos
 José Manuel Álvares da Costa e Oliveira
 José Manuel Carvalho Cordeiro
 José Manuel de Lemos Pavão
 José Manuel dos Santos Alves
 José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro
 Laurentino de Sousa Esteves
 Luís Filipe Montenegro Cardoso de Moraes Esteves

Luís Manuel Machado Rodrigues
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
 Manuel Alves de Oliveira
 Manuel Filipe Correia de Jesus
 Maria Assunção Andrade Esteves
 Maria Aurora Moura Vieira
 Maria Clara de Sá Moraes Rodrigues Carneiro Veríssimo
 Maria da Graça Ferreira Proença de Carvalho
 Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
 Maria Eduarda de Almeida Azevedo
 Maria Elisa Rogado Contente Domingues
 Maria Eulália Silva Teixeira
 Maria Goreti Sá Maia da Costa Machado
 Maria Isilda Viscaia Lourenço de Oliveira Pegado
 Maria Leonor Couceiro Pizarro Beleza de Mendonça
 Tavares
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira
 Maria Natália Guterres V. Carrascalão da Conceição
 Antunes
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
 Maria Teresa da Silva Moraes
 Mário Patinha Antão
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira
 Miguel Fernando Alves Ramos Coleta
 Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos
 Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos
 Pedro Filipe dos Santos Alves
 Rodrigo Alexandre Cristóvão Ribeiro
 Salvador Manuel Correia Massano Cardoso
 Sérgio André da Costa Vieira
 Victor do Couto Cruz
 Vítor Manuel Roque Martins dos Reis

Partido Socialista (PS):

Aires Manuel Jacinto de Carvalho
 Alberto Arons Braga de Carvalho
 Alberto Bernardes Costa
 Alberto de Sousa Martins
 Alberto Marques Antunes
 Ana Maria Benavente da Silva Nuno
 Antero Gaspar de Paiva Vieira
 António Alves Marques Júnior
 António Bento da Silva Galamba
 António de Almeida Santos
 António Fernandes da Silva Braga
 António José Martins Seguro
 António Luís Santos da Costa
 António Ramos Preto
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
 Ascenso Luís Seixas Simões
 Augusto Ernesto Santos Silva
 Carlos Manuel Luís
 Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita
 Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues
 Elisa Maria da Costa Guimarães Ferreira
 Fernando dos Santos Cabral
 Fernando Manuel dos Santos Gomes
 Fernando Pereira Serrasqueiro
 Fernando Ribeiro Moniz

Guilherme Valdemar Pereira d'Oliveira Martins
 Gustavo Emanuel Alves de Figueiredo Carranca
 Jaime José Matos da Gama
 João Cardona Gomes Cravinho
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira
 Jorge Lacão Costa
 Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
 José Alberto Sequeiros de Castro Pontes
 José António Fonseca Vieira da Silva
 José Apolinário Nunes Portada
 José Augusto Clemente de Carvalho
 José Carlos Correia Mota de Andrade
 José da Conceição Saraiva
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida
 José Manuel Santos de Magalhães
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros
 Júlio Francisco Miranda Calha
 Laurentino José Monteiro Castro Dias
 Leonor Coutinho Pereira dos Santos
 Luís Alberto da Silva Miranda
 Luís Manuel Capoulas Santos
 Luiz Manuel Fagundes Duarte
 Manuel Maria Ferreira Carriço
 Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia
 Maria Cristina Vicente Pires Granada
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
 Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina
 Maria do Carmo Romão Sacadura dos Santos
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
 Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta
 Maximiano Alberto Rodrigues Martins
 Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
 Nelson da Cunha Correia
 Nelson Madeira Baltazar
 Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
 Paulo José Fernandes Pedroso
 Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
 Rosalina Maria Barbosa Martins
 Rui António Ferreira da Cunha
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira
 Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
 Teresa Maria Neto Venda
 Vicente Jorge Lopes Gomes da Silva
 Victor Manuel Bento Baptista
 Vitalino José Ferreira Prova Canas
 Vítor Manuel Sampaio Caetano Ramalho
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

Partido Popular (CDS-PP):

Acílio Domingues Gala
 António Herculano Gonçalves
 Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca
 Diogo Nuno de Gouveia Torres Feio
 Henrique Jorge Campos Cunha
 Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos

João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
 João Rodrigo Pinho de Almeida
 Manuel de Almeida Cambra
 Narana Sinai Coissoró

Partido Comunista Português (PCP):

António João Rodeia Machado
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas
 Jerónimo Carvalho de Sousa
 José Honório Faria Gonçalves Novo
 Lino António Marques de Carvalho
 Maria Luísa Raimundo Mesquita
 Maria Odete dos Santos

Bloco de Esquerda (BE):

Francisco Anacleto Louçã
 João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia
 Isabel Maria de Almeida e Castro

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Secretário para dar conta do expediente.

O Sr. Secretário (Duarte Pacheco): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidas, as seguintes iniciativas legislativas: projectos de lei n.º 73/IX — Altera o regime jurídico do contrato de trabalho a termo, combatendo a precariedade no emprego, em especial entre os jovens (PCP), que baixou à 8.ª Comissão, 74/IX — Actualiza o subsídio familiar a crianças e jovens (PCP), que baixou à 8.ª Comissão, 75/IX — Criação de farmácias sociais e de farmácias públicas nos centros de saúde do Serviço Nacional de Saúde, e definição do novo regime jurídico das farmácias privadas (BE), que baixou também à 8.ª Comissão, 76/IX — Princípios da administração e regime jurídico dos hospitais e centros de saúde do Serviço Nacional de Saúde (BE), que baixou igualmente à 8.ª Comissão, 77/IX — Cria o sistema de avaliação para os estabelecimentos de ensino básico e secundário (BE), que baixou à 7.ª Comissão, 78/IX — Altera o estatuto dos alunos dos estabelecimentos públicos dos ensinos básico e secundário (BE), que baixou também à 7.ª Comissão, 79/IX — Define o número máximo de alunos por turma no ensino não superior (BE), que baixou igualmente à 7.ª Comissão, 80/IX — Reforça o sistema de segurança social (Altera a Lei n.º 17/2000, de 8 de Agosto) (BE), que baixou à 8.ª Comissão, 81/IX — Revoga a Lei n.º 1/2002, de 2 de Janeiro (BE), que baixou à 1.ª Comissão; projecto de resolução n.º 32/IX — Regularização de imigrantes clandestinos (BE).

Sr. Presidente e Srs. Deputados, temos ainda para apreciação um relatório e parecer da Comissão de Ética, do seguinte teor:

1 — Em reunião da Comissão de Ética, realizada no dia 19 de Julho de 2002, pelas 18 horas, foi observada a seguinte substituição de Deputado:

Substituição nos termos do artigo 5.º, n.º 2, alínea d), do Estatuto dos Deputados (Lei n.º 3/2001, de 23 de Fe-

vereiro), por um período não inferior a 50 (cinquenta) dias, com início em 20 de Junho corrente, inclusive:

Grupo Parlamentar do Partido Popular (CDS-PP):

Luis José Vieira Duque (Círculo Eleitoral de Santarém) por António Herculano Gonçalves.

2 — Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que o substituto indicado é realmente o candidato não eleito que deve ser chamado ao exercício de funções, considerando a ordem de precedência da respectiva lista eleitoral apresentada a sufrágio pelo aludido partido no concernente círculo eleitoral.

3 — Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis, reservando-se todavia a Comissão de Ética para uma sua apreciação posterior eventualmente mais em conformidade com a unidade de sentido do Estatuto dos Deputados, na sequência das alterações introduzidas pela Lei n.º 3/2001, de 23 de Fevereiro.

4 — A Comissão considera a justificação apresentada motivo relevante para efeitos de ser autorizada a substituição temporária, tal como previsto na alínea d) do n.º 2 do artigo 5.º do Estatuto dos Deputados.

5 — Finalmente, a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

A substituição em causa é de admitir.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos votar o parecer.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Sr.º e Srs. Deputados, tenho duas comunicações a fazer à Câmara, a primeira das quais, infelizmente, é má, mas a segunda é boa. A má é a seguinte: verificou-se que a eleição dos vogais designados pela Assembleia da República para o Conselho Superior de Defesa Nacional não preencheu o requisito constitucional da maioria de dois terços. Ora, o Conselho Superior de Defesa Nacional está previsto na Constituição como órgão cuja eleição está sujeita a maioria agravada, pelo que houve um lapso, do qual assumo total responsabilidade. Assim, as eleições, tanto a realizada ontem, como a de há 15 dias, têm de ser consideradas nulas e repetidas.

Tive oportunidade de trocar impressões com os presidentes de todos os grupos parlamentares e combinámos que esta eleição se faria hoje, juntamente com as que já estavam previstas, ou seja, a eleição do presidente e dos representantes da Assembleia da República no Conselho Nacional de Educação e a de seis representantes da Assembleia da República na Comissão Nacional de Eleições.

Peço imensa desculpa à Assembleia e aos Srs. Deputados em causa. Foi-me comunicado que as suas candidaturas se mantêm e combinei com os presidentes dos grupos parlamentares que desta vez procederemos à eleição em lista única.

Faço um apelo insistente e urgente a todos os Srs. Deputados para que votem nesta eleição e assegurem a maioria constitucional requerida, a fim de podermos proporcionar ao Sr. Presidente da República, como Presidente do Conselho Superior de Defesa Nacional, todas as condições para o funcionamento dos organismos que estão sob a sua

presidência e para o desempenho das funções constitucionalmente determinadas.

O boletim de voto para a eleição dos representantes da Assembleia no Conselho Superior de Defesa Nacional vai ser distribuído, pelas razões que invoquei. Peço às Sr.ºs e Srs. Deputados que, ao exercerem o seu direito de voto, não se esqueçam de votar também para esta eleição.

Uma vez assente este ponto, tenho outra comunicação, e esta boa, a fazer à Câmara. Recebi, há poucos dias, uma carta do Presidente do Parlamento nacional de Timor Leste a comunicar-me que este órgão deliberou, por unanimidade, ratificar o protocolo de cooperação estabelecido, em tempos, entre a Assembleia da República e a Assembleia Constituinte de Timor Leste. Este facto seria irrelevante se os parlamentares de Timor Leste não tivessem feito questão de aprovar este protocolo no próprio dia 10 de Junho para assinalarem, assim, o Dia de Portugal.

Trata-se de um gesto amistoso, particularmente significativo, que não deve passar sem um registo da parte da Assembleia da República. Por outro lado, ele testemunha a eficácia e o interesse, o grande interesse nacional da cooperação, nos planos técnico e parlamentar, que está a ser executada entre a Assembleia da República e o Parlamento de Timor. Aliás, há outros projectos em curso, também de cooperação nesse domínio, entre a Assembleia da República e os parlamentos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

O mérito desta iniciativa cabe todo, como é sabido, ao meu ilustre antecessor e constitui uma parte, entre outras, do legado presidencial do Sr. Deputado Almeida Santos que quero manter com muito brio, certo de estar a seguir um caminho de alto interesse nacional.

Dado que este assunto me parece merecer a atenção de todos, vou fazer circular entre os grupos parlamentares o protocolo de cooperação que temos com Timor Leste, a carta que recebi do Presidente do Parlamento nacional timorense, a carta que imediatamente lhe enviei em resposta e o texto da resolução aprovada, tão significativamente, conforme apontei, no próprio dia 10 de Junho.

Quero salientar que, na linha do estreitamento das nossas relações com os parlamentos dos Países de Língua Oficial Portuguesa, hoje mesmo a Secretaria-Geral da Assembleia da República segue para São Tomé e Príncipe para apurar o protocolo que temos em execução com o Parlamento deste país. De caminho, fará uma paragem em Angola para entregar uma mensagem minha dirigida ao Presidente do Parlamento de Angola, com quem tenho, de resto, mantido contacto, tanto por carta como por telefone, aliás à semelhança do que tem acontecido com o Presidente do Parlamento de Moçambique.

Estamos, pois, num diálogo alargado que, repito, segue os passos e o caminho aberto pelo Presidente Almeida Santos e que valoriza o papel do nosso Parlamento na construção da comunidade dos povos de língua portuguesa.

Srs. Deputados, o primeiro ponto da nossa ordem do dia de hoje é a discussão e votação do projecto de resolução n.º 30/IX — Viagem do Presidente da República a Copenhague (Presidente da AR).

Trata-se de uma deliberação da Assembleia da República no sentido de autorizar a saída para o estrangeiro do

Sr. Presidente da República, para uma viagem a Copenhague, a convite da Rainha da Dinamarca. Este processo é do conhecimento geral e foi objecto de relatório e de parecer favorável da Comissão de Assuntos Europeus e Política Externa, pelo que está em condições de ser votado.

Não havendo pedidos de palavra, vamos proceder de imediato à votação deste projecto de resolução.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Vamos agora passar ao debate sobre política de ambiente, nos termos da Deliberação n.º 2-PL/98. Trata-se uma iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista «Os Verdes», aliás da maior actualidade, e vai desenrolar-se nos moldes que constam da ordem do dia e que todos conhecem.

Para dar inicio ao debate, tem a palavra o Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.

O Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente (Isaltino Morais): — Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Deputados: Naturalmente, no tempo desta intervenção não cabe o vasto elenco de medidas programadas ou já em curso no que respeita à preservação do ambiente, à conservação da Natureza e ao ordenamento do território, em cumprimento do Programa do XV Governo, que a maioria desta Câmara sufragou, mas permitirá, com a resposta aos esclarecimentos que as Sr.º e Srs. Deputados tiverem a bondade de solicitar, dar testemunho do essencial das políticas do Governo nestes domínios.

Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Deputados: O Governo e, naturalmente, o Ministro do Ambiente deram já um sinal claro de uma nova atitude política face aos problemas e desafios que ao País se colocam. Essa atitude pode bem ser resumida em duas palavras: firmeza e determinação. Firmeza na afirmação do que não queremos e determinação na execução das medidas que acreditamos que devem ser levadas à prática.

Sinal primeiro dessa firmeza foi a decisão, legitimada pelo voto majoritário dos portugueses, de pôr fim à co-incineração dos resíduos industriais perigosos.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Determinação na execução de uma nova política que, nesta matéria, antes de mais aposte na salvaguarda da saúde pública, não correndo riscos desnecessários quando existem alternativas mais seguras e, sobretudo, mais responsabilizantes.

Determinação no sentido de apostar na prevenção em vez da rendição à «lei do menor esforço», afastando a opção de tratamento de fim de linha como medida privilegiada para o seu tratamento, dando preferência às soluções ambientalmente mais adequadas de prevenção, reutilização e reciclagem.

O sinal que os governos socialistas deram foi o contrário. Nos últimos seis anos, a mensagem foi esta: produzam-se resíduos que nós encontramos maneira de os queimar e ainda pagamos para os queimar!

Risos de alguns Deputados do PS.

Com esta mensagem, seria nulo o estímulo que os industriais teriam para reduzir, reciclar ou valorizar os resíduos que produzem. Como tudo queimariam, nem interessava saber o que produzimos.

Por isso, decidiu este Governo, sem mais delongas, assinar um protocolo com as Universidades para a rigorosa caracterização dos resíduos. Esta caracterização constitui um elemento indispensável, direi mesmo um pressuposto, para aferir da utilidade e dimensionamento da componente de valorização energética.

Como não procuramos subterfúgios para justificar a inércia, e estamos certos de que uma expectativa de queima não esconde os verdadeiros problemas que urge resolver, estamos já a avançar para que o Plano Nacional de Prevenção de Resíduos Industriais (PNAPRI) saia da gaveta do Ministério para onde foi remetido, de forma a implementá-lo no tecido empresarial. Esta acção será realizada através de um grupo de coordenação que procurará sinergias na colaboração, que acredito que ocorrerá, entre a Administração Pública e os industriais.

Determinação, também, na decisão de enfrentar os grandes passivos ambientais, sistematicamente ignorados, nomeadamente através do desenvolvimento de soluções de estabilização e confinamento de resíduos industriais perigosos, que no passado ninguém quis assumir.

Firmeza para colocar em funcionamento o sistema de regeneração por fileira. Brevemente, estarão concluídos os instrumentos legais e estruturais para a sua gestão, nomeadamente dos acervos de pneus, pilhas, óleos usados, material eléctrico e outros.

Determinação no atalhar do caminho perigoso da gestão conjunta de resíduos domésticos e resíduos industriais banais. Com este objectivo estarão, até final do ano, em funcionamento três aterros para resíduos industriais banais. Além destes, pelo menos mais quatro entrarão em breve em fase de construção.

Aliás, a propósito dos resíduos domésticos, o Ministério do Ambiente irá dar cumprimento, finalmente, à Directiva Aterros e elaborar a estratégia nacional para redução das quantidades de resíduos urbanos biodegradáveis a enviar para aterros.

Aplausos do PSD.

Firmeza e celeridade é também, afinal, o que se impõe para resolver o grave problema do cumprimento da legislação ambiental. Podemos ter muita e boa legislação ambiental, mas não nos orgulharemos dela, se não a soubermos aplicar e fazer cumprir.

Aplausos do PSD.

Temos consciência de que a cada vez maior sensibilização dos portugueses para os problemas do ambiente e a assinalável dinâmica das associações e organizações que na sociedade civil com eles se preocupam podem e devem ser aproveitadas pelo Estado em proveito de um maior controlo e uma mais rápida e eficaz actuação em caso de ameaça de agressão ambiental ou de infracção.

Para isso, estará a funcionar, no prazo de 30 dias, uma linha «SOS Ambiente», um serviço que vai assegurar, 24 horas por dia, a possibilidade de denúncia de todas as agressões ambientais e o seu encaminhamento e acompanhamento em tempo útil pelos serviços da administração do ambiente.

Aplausos do PSD.

Em matéria de compromissos internacionais, que fique hoje aqui claro que este Governo leva a sério e está empenhado no desafio das alterações climáticas, em particular quanto aos compromissos a que nos encontramos vinculados pelo Protocolo de Quioto.

É um desafio que envolverá o empenhamento de todos os Ministérios deste Governo, mas também das regiões autónomas e dos municípios, bem como dos agentes económicos e da sociedade civil em geral. No quadro do Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC), será aprovado, ainda este ano, um pacote detalhado e quantificado dos instrumentos necessários para cumprir Quioto.

Entre esses instrumentos poderão incluir-se: o estímulo ao investimento em energias renováveis ou limpas, tais como a instalação de unidades de energia eólica e solar; em alguns corredores de acesso aos grandes centros urbanos, a criação de faixas privativas destinadas a viaturas com mais de dois ou três passageiros, ou soluções técnicas visando o objectivo de «premiar» os veículos com dois ou três passageiros, por exemplo através do preço da portagem; a utilização dos mecanismos de mercado, como o comércio de direitos de emissão no quadro do mecanismo europeu em negociação, e instrumentos de natureza fiscal e financeira a estudar.

Mas firmeza, Sr. Presidente e Srs. Deputados, também no que respeita à adopção de medidas autênticas de conservação da Natureza e da biodiversidade. Não interessa a este Governo a política de exibicionismo dos anteriores governos socialistas de implosão de torres para as câmaras de televisão ou, mais correctamente, o anúncio da implosão, anúncio que nenhum problema resolveu mas que a opinião publicada recebeu — como quase sempre que se apela ao espectáculo — com grande gáudio e simpatia.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — A contínua erosão da costa, essa, ficou por resolver.

Sr.^{as} e Srs. Deputados: Onde for necessário demolir para proteger o litoral, o Ministro e os Secretários de Estado não hesitarão um segundo a determiná-lo, sobretudo quando em causa estiver a reposição da legalidade.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Fizeram-no já, nestas escassas semanas da nova governação em que se ordenou o início do processo de demolição de habitações clandestinas na área do Parque Natural da Serra da Arrábida, processo que os governos socialistas, apesar de prearem a defesa da Natureza, nun-

ca, sequer, iniciaram. Este Governo não teme, aqui como noutras áreas, a voz e a pressão dos pequenos e dos grandes *lobbies*. E não cede, como outros no passado recente, perante a ameaça do pretenso escândalo ou da arruça quando se trate de defender valores essenciais de interesse público.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Mas firmeza e determinação na defesa efectiva das áreas ecologicamente sensíveis. Este Governo veio encontrar uma situação insustentável no que respeita aos regimes de protecção de parques e áreas protegidas, algumas das quais sujeitas a fortíssimas pressões e agressões, como é o caso do Parque Natural Sintra-Cascais. Neste caso — que é o mesmo de muitos outros parques e áreas protegidas — os planos de reordenamento, que os anteriores responsáveis governamentais pelo ambiente e conservação da Natureza anunciaram, ficaram na gaveta, enquanto continuaram impunes as agressões tacitamente consentidas.

A estratégia socialista era simples: encontrava-se um qualquer empreendimento do Abano, um qualquer prédio Coutinho ou umas torres de Ofir para que o Ministro aparecesse na televisão ou nos jornais com a imagem do grande justiceiro do ambiente, o grande conservador da Natureza! O que ficava longe das câmaras, mas não obstante acontecia pela total irresponsabilidade e incapacidade socialista, eram os parques de sucata, as casas clandestinas, as unidades industriais não licenciadas, a devastação dos valores florísticos e faunísticos e de importantíssimos recursos genéticos. Acontecia no Parque Natural Sintra-Cascais apesar das mediáticas proclamações do anterior Ministro do Ambiente.

Urge, também neste domínio, ser determinado no que às políticas de conservação da Natureza e da biodiversidade concerne, mas urge sobretudo ser eminentemente sério. Manda a seriedade política que se não governe em função da imagem mediática do governante, procurando a qualquer custo a «boa imprensa».

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, ser politicamente sério, firme e decidido é fazer o que, nestes dois escassos meses de governação, já fizemos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

É quebrar a inacção e o torpor em que decaíram os serviços da administração pública responsáveis pela gestão das áreas protegidas. É retirar das gavetas os planos e estudos que as conveniências políticas para aí remeteram. Por isso, foi já determinada a conclusão urgente dos planos de ordenamento dos parques e áreas protegidas de modo a não comprometer o regime de classificação e inerente protecção ambiental dessas áreas do território, tão importantes para garantir um desenvolvimento sustentável.

E por falar, Sr.^{as} e Srs. Deputados, em desenvolvimento sustentável, este Governo foi confrontado no preciso momento da sua investidura, a menos de meio ano da Cimeira

de Joanesburgo e a três meses do Conselho Europeu de Sevilha, com a mais completa ausência da estratégia nacional para o desenvolvimento sustentável, apesar das promessas socialistas que mereceram honras de resolução do Conselho de Ministros de Março passado. Portugal arriscava-se a um humilhante contributo nulo sobre este decisivo tema que é, como sabem, um dos pilares da União Europeia. Em menos de dois meses, dois escassos meses, foi apesar de tudo possível apresentar para discussão pública um documento. Com o empenhamento do Primeiro-Ministro, apelou-se à maior participação possível dos agentes de desenvolvimento sustentável. Desde o cidadão comum à ONG, das associações sindicais e empresariais às Universidades. É um documento incompleto, imperfeito? Talvez seja! Mas é a oportunidade que este Governo criou — e os anteriores negaram — de o País se pronunciar sobre a forma como hoje devem ser utilizados os recursos de modo a não comprometer a sua utilização pelas gerações que nos seguirão. Enriquecido com os contributos da sociedade civil, Portugal chegará a Joanesburgo com a sua estratégia em concerto com a estratégia europeia, a qual será proximamente debatida no Conselho Europeu de Sevilha.

Uma referência, Sr.º e Srs. Deputados, à política que tem como objecto esse bem essencial que é a água. A determinação do Governo é a de, nesta matéria, cumprir a ambição do Plano de Desenvolvimento Regional e do Plano Nacional da Água: aumentar, até 2006, em 10% a população servida por sistemas públicos de abastecimento e assegurar a cobertura do País por sistemas multimunicipais e intermunicipais dotados da necessária sustentabilidade técnica e económica e a garantia de prestações de qualidade. Trabalharemos no sentido da conclusão do arrastado Programa de Monitorização da Qualidade da Água e daremos passos seguros no sentido de racionalizar e controlar as origens. Racionalizaremos e disciplinaremos o quadro institucional de gestão deste recurso no âmbito da elaboração, já em estudo, de uma lei-quadro da água e da transposição para o Direito interno da Directiva-Quadro da Água.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O País não se iludiu com a política virtual de ambiente de conservação da Natureza dos governos do engenheiro António Guterres. O novo Ministério das Cidades, do Ordenamento do Território e do Ambiente não actuará no quadro de campanhas de pura propaganda como outrora outros o fizeram. Preferimos garantir a qualidade da água do que publicitá-la; dar passos seguros no que respeita ao controlo das emissões do que proclamar que iremos controlar; racionalizar os usos compatíveis com a existência (e a defesa intransigente) de uma rede ecológica fundamental, em vez de, hipocrita mente, meter a Natureza numa redoma normativa onde ninguém toca, de que ninguém usufrui, onde cada vez menos habitam e poucos têm condições para trabalhar. Que o mesmo é dizer: somos claramente contrários à desertificação do interior, afirmando a nossa convicção de que é possível aproveitar os recursos endógenos para fixar as populações e travar a crescente pressão urbanística sobre as grandes cidades e sobre o litoral.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Finalmente, Sr.º e Srs. Deputados, por sabermos que a alavanca essencial da protecção do ambiente é o desenvolvimento da consciência cívica dos nossos concidadãos, não desistiremos de implementar uma verdadeira estratégia de sensibilização e educação ambiental. Temos, afinal, Sr. Presidente e Srs. Deputados: uma visão antropocêntrica do ambiente e da qualidade de vida. Outros, antes de nós, tiveram — de resto, com alguma soberba que ainda se faz sentir... — uma visão egocêntrica.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, inscreveram-se para pedir esclarecimentos ao Sr. Ministro das Cidades, do Ordenamento do Território e do Ambiente os Srs. Deputados Pedro Silva Pereira, Maria Eulália Teixeira, Heloísa Apolónia, Honório Novo, Renato Sampaio e Maria Santos. Tem a palavra, Sr. Deputado Pedro Silva Pereira.

O Sr. Pedro Silva Pereira (PS): — Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Deputados, Sr. Ministro das Cidades, do Ordenamento do Território e do Ambiente, o novo Governo tem apenas dois meses de funções — é cedo, portanto, para um julgamento da política ambiental do Governo, mas é muito oportuno fazermos aqui o balanço destes primeiros meses de actividade do Governo. A primeira coisa a dizer, Sr. Ministro, é que V. Ex.ª acaba de perder uma excelente oportunidade de vir aqui, a esta Câmara, apresentar uma política de ambiente e de procurar, em torno dela, construir um consenso a bem do desenvolvimento sustentável do País.

Mas deixe-me dizer-lhe também, Sr. Ministro, que a actividade do Governo deixa já duas marcas muito claras: a primeira é a desvalorização do ambiente, em contraste com a afirmação desta área política nos últimos anos; a segunda é o recuo nas posições do Ministério do Ambiente.

Esta desvalorização do ambiente era já patente na própria orgânica do Governo — o Sr. Ministro não pode negá-lo, já que é o último Ministro na hierarquia do Governo! E, mais do que isso, o ambiente perdeu prioridade no interior do próprio Ministério: a verdade é que o ambiente passou a ser agora a última competência do último Ministério deste Governo! Deixe-me dizer-lhe também, Sr. Ministro, que poderá sustentar que isto são tudo questões formais — mas eu digo-lhe que não. São sinais políticos de um Governo com menos força na área do ambiente.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A prova para saber se um governo tem força para implementar uma política de ambiente depende da integração de políticas: é saber como é que os outros Ministros incorporam as preocupações ambientais. Também sobre essa matéria nós não nos precipitamos em conclusões, limitamo-nos a basear-nos no seu juízo, Sr. Ministro. Ora, na sua recente entrevista ao semanário *Expresso*, teve V. Ex.ª ocasião de dizer que o Sr. Ministro da Economia tinha da intervenção do ambiente nos processos de decisão a visão de que «os do ambiente são só uns empatas»!

Poderia até ser um caso isolado este do Sr. Ministro da Economia, ou porventura perdido, mas não! O Sr. Ministro Isaltino Morais esclarece que os demais Ministros do Governo também não estão conscientes da necessidade de integrar as preocupações ambientais — esta é que é a verdade!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E aquilo que o Sr. Ministro diz que são afirmações de uma nova atitude são afinal recuos: recuo em matéria do tratamento de resíduos industriais perigosos para lado nenhum, isto é, para solução nenhuma; recuo em matéria da demolição das torres de Ofir, aí em benefício da construção certamente de mais esporões para defender aquelas torres, que são escandalosas no nosso litoral; recuo também na perspectiva sobre a Reserva Ecológica Nacional, que o Sr. Ministro vem dizer que é, afinal de contas, um ónus que prejudica o desenvolvimento do interior do País; mas não haverá recuo mais escandaloso do que aquele que diz respeito às alterações climáticas!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — É porque o Sr. Ministro disse ao jornal *Público* que, afinal de contas, os Estados Unidos da América não ratificaram o Protocolo de Quioto porque a Europa tinha sido muito radical! Quer dizer, os Estados Unidos é que tiveram bom-senso nas negociações do protocolo de Quioto e a Europa é que foi, afinal de contas, radical!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se.

O Orador: — Término já, Sr. Presidente.

Espero, Sr. Ministro, que possa rectificar essa posição e contribuir, em Joanesburgo, para que a Europa continue a afirmar a sua liderança na agenda internacional em matéria de política de ambiente.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — O Sr. Ministro fez saber à Mesa que responderá aos pedidos de esclarecimento em blocos de três, dado que o seu tempo é muito limitado — aliás, beneficia já de cedências de tempo por parte do PSD e do CDS-PP.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria Eulália Teixeira.

A Sr.^a Maria Eulália Teixeira (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, o Grupo Parlamentar do PSD ficou preocupado com as referências que V. Ex.^a fez quanto à situação das áreas protegidas. Se bem se percebeu, não foram atempadamente elaborados pelo anterior governo os Planos de Ordenamento dos Parques Naturais, o que pode significar que enfraqueceu o regime de protecção destas áreas. Estamos conscientes da gravidade da situação, mas sobretudo preocupados com a necessidade urgente de resolver o problema que mais esta atitude demissionária dos governos socialistas criou.

Pode V. Ex.^a esclarecer melhor esta Câmara acerca de como pensa o Governo resolver este problema?

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, passados três meses da tomada de posse do Governo, já tivemos oportunidade de conhecer algumas medidas pontuais tomadas por este Ministério.

Os Verdes querem deixar aqui perfeitamente expressa a nossa grande preocupação relativamente à intenção do Governo de privatizar um sector fundamental ao desenvolvimento — o sector da água. O Governo desresponsabiliza-se, passando para os privados o sistema em baixa, sem dar conta aos portugueses das consequências que esta desresponsabilização do Estado trará ao nível do aumento das tarifas, da diminuição da qualidade dos serviços à população ou até numa gestão virada para a poupança do recurso água.

A pergunta que quero fazer prende-se com o sistema em alta: os sistemas multimunicipais foram criados para a gestão integrada e sustentável, nomeadamente nas vertentes ambiental e económica; independentemente das maiores municipais ou das Águas de Portugal, tem dado resultado essa gestão totalmente pública — agora, o Governo quer concessionar essa gestão ao sector privado. Pergunto, Sr. Ministro, se a estratégia do Governo neste sector é a sua total desresponsabilização.

Por outro lado, Sr. Ministro, gostava de colocar-lhe uma outra questão, não sem antes referir o seguinte: ouvir o responsável pela área do ambiente no Governo dizer que a Reserva Ecológica Nacional tem sido um obstáculo ao desenvolvimento do interior e a razão do seu despovoamento é, no mínimo, Sr. Ministro, arrepiante!

A Reserva Ecológica Nacional não foi criada por acaso: protege diversidade, protege linhas de água, protege zonas sensíveis — é evidente que pode ser reajustada, mas sem perder este objectivo de vista. A Reserva Ecológica Nacional não deve ser ridicularizada, Sr. Ministro! O Sr. Ministro disse, na sua intervenção: «somos contrários à desertificação do interior», pois bem, deveria influir no seu Governo, Sr. Ministro, sobre algumas medidas tomadas relativamente ao encerramento de algumas escolas, também no interior, ou relativamente a alguns encerramentos de ramais ferroviários que o anterior governo do PSD também tomou como suas medidas prioritárias.

Já agora, para terminar, Sr. Ministro, pergunto-lhe: a questão das demolições que referiu, relativamente ao Parque Natural da Arrábida, são por acaso aquelas que a Câmara Municipal de Setúbal teve de tomar em mãos devido à falta de verbas por parte do Parque Natural da Arrábida para as levar a efeito?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro das Cidades, do Ordenamento do Território e do Ambiente.

O Sr. Ministro das Cidades, do Ordenamento do Território e do Ambiente: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputadas e Srs. Deputados, são tantas as questões que me colocaram que é muito difícil responder com clareza.

Gostaria, no entanto, de dizer que não vale a pena perder tempo com as questões de natureza hierárquica do Ministério, ou questões protocolares do Ministério. Se eu tivesse tempo, contava-vos uma história de há 40 anos atrás, mas julgo que não vem a propósito — recomendo-vos apenas a leitura do Protocolo de Estado e aí saberão por que é que o Ministério das Cidades, do Ordenamento do Território e do Ambiente ocupa a posição que ocupa na orgânica do Governo. Isso não é importante, o conteúdo é que é importante, não o aspecto formal — com o formal, preocupou-se muito o Sr. Deputado Pedro Silva Pereira e o resultado está à vista!... Está tão à vista que, no que respeita a referências a entrevistas que eu tive oportunidade de dar a propósito dos desentendimentos eventuais com outros membros do Governo quanto às políticas do ambiente, não deixa de ser estranho que, no Governo anterior, não houvesse esses desentendimentos — isso é que é estranho! Isso significava que o Ministério do Ambiente não tinha peso e, portanto, não conseguia impor as políticas ambientais.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

É porque todos nós sabemos que não é possível um ministro do ambiente entender-se com um ministro da economia ou com um ministro das obras públicas!... O ministro das obras públicas quer fazer obras ao mínimo de custos; o ministro da economia, naturalmente, no exercício do seu *munus*, quer favorecer os empresariados e a economia e sabemos que nem sempre estes valores são compatíveis.

Portanto, assumir esta realidade só demonstra que o Ministério das Cidades, do Ordenamento do Território e do Ambiente tem um peso, que, de resto, já foi demonstrando pelo Sr. Primeiro-Ministro a propósito da apresentação do Plano da Estratégia para a Sustentabilidade.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Estranho que o Sr. Deputado Pedro Silva Pereira venha aqui referir a questão das torres de Ofir, ou outras políticas, que, de resto, referi na minha intervenção inicial.

O problema é este: de facto, o governo anterior, a sua equipa do Ministério do Ambiente, propôs-se demolir um conjunto de edifícios em Ofir. Mas o que é estranho é que, em relação àqueles edifícios que são claramente clandestinos, como, por exemplo, as residências do Parque da Arrábida, que são, repito, absolutamente clandestinas, os dirigentes do Parque tivessem dito que não faziam as demolições porque não havia dinheiro, porque o Ministério do Ambiente não tinha dinheiro, porque não havia dotações. Isto está escrito, consta das entrevistas. Leiam-nas porque ainda há oito dias o Director do Parque da Arrábida dizia exactamente isso, que há sentenças do tribunal a ordenar as demolições, mas que o Ministério do

Ambiente não as fazia porque não havia dotações orçamentais para as fazer.

Quero dizer-vos que comigo, com esta equipa, não faltarão dinheiro para as demolições de construções clandestinas que vamos fazer em todos os parques e reservas naturais.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Até estranho que se fale em ordenamento quando havia 10 planos de ordenamento que estavam parados, que nem sequer tinham sido iniciados...! Portanto, em matéria de ordenamento do território o que encontrámos foi uma desolação. Mas podemos dizer que, até ao fim do ano, mais de 10 planos de ordenamento estarão em discussão pública!

Relativamente aos sistemas multimunicipais e à questão da água, quero dizer que esta é uma das políticas em que quase subscreveria a do meu antecessor; considero que, em matéria de política da água, os sistemas municipais são um modelo de gestão excelente, que, de resto, não foi uma inovação do anterior governo. Mas a verdade é que os anteriores governos souberam potenciar esses sistemas e não tenho dúvidas em afirmar que se não fora assim estariam muito mais atrasados em matéria de abastecimento de água para consumo humano, no tratamento das águas residuais, bem como no tratamento dos resíduos sólidos urbanos.

Portanto, considero que o que tem que se fazer agora é potenciar esta política, fomentá-la, desenvolvê-la e acelerá-la. E é por isso que desde que assumi estas funções não tenho feito outra coisa senão reunir com presidentes de câmaras municipais — já reuni com dezenas de presidentes de câmaras, porque havia problemas complicados justamente no funcionamento, na institucionalização de alguns sistemas e vários deles estão já em vias de concretização.

Quanto à questão colocada pelo Sr. Deputado que terá a ver com a privatização, devo dizer que o Governo já anunciou que irá privatizar o sector das águas, mas não será privatizada irresponsavelmente a sua totalidade, será feita uma privatização gradual, que não põe em causa o modelo de gestão dos sistemas multimunicipais, e que a seu tempo será anunciada.

Quanto à REN...

O Sr. José Sócrates (PS): — E Quioto?

O Orador: — Bom, quanto a Quioto diria que os socialistas são os últimos com autoridade...

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, o seu tempo esgotou-se, terá de concluir.

O Orador: — Peço-lhe apenas mais 1 minuto só para concluir, Sr. Presidente.

Quanto a Quioto, a anterior equipa governativa fez zero nessa matéria. Não basta fazer programas, são precisas medidas e acções, é preciso quantificar essas acções, os projectos e os objectivos. Caso contrário, zero e os senhores fizeram zero!

Quanto à REN, diria o seguinte: as escolas são abandonadas ou vão fechar porque as populações desapareceram, isso tem a ver com a desertificação. A REN não deve ser diminuída, mas também não deve ser sacralizada.

Se a Sr.^a Deputada, porventura, se deslocar ao interior e conhecer a sua realidade verá que é assim.

Obviamente que estou inteiramente de acordo consigo: há que ajustar a REN à realidade — e é isso que pretendemos fazer —, às necessidades das populações, porque o que acontece hoje na Reserva Ecológica Nacional é que ninguém faz construções legais, toda a gente faz construções clandestinas. Portanto, é fundamental que as populações que residem nessas áreas possam ter as mesmas condições de conforto que têm os que vivem na cidade, que tenham direito a ter uma casa de banho, a ampliar um quarto porque nasceu mais um filho...

Por isso estranho que a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia tenha uma visão sacralizadora da Reserva Ecológica Nacional.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Presidente: — Também para pedir esclarecimentos ao Sr. Ministro, tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, o problema central na política do ambiente em qualquer país, e no nosso sobretudo, nos últimos anos, é o tempo, isto é, o enorme tempo que passa entre o anúncio e a concretização, entre a promessa e o compromisso e a obra.

É conhecido o estilo prolixo do Sr. Ministro, que fez um intervenção em que falou de muita coisa: desde a erosão, à desertificação, ao Parque Natural de Sintra-Cascais, aos resíduos industriais, perigosos, banais, etc. Mas como «gato escaldado de água fria tem medo» vou passar a ser como S. Tomé, a «ver para crer» e, portanto, quando o Sr. Ministro nos apresentar metas, objectivos, prazos, calendários e meios financeiros, voltamos a conversar sobre todos e cada um dos anúncios práticos que aqui fez hoje.

Vamos a coisas concretas da responsabilidade já deste Governo, Sr. Ministro: e um documento que é já da responsabilidade deste Governo é o da estratégia nacional do desenvolvimento sustentável, que é um documento extremamente vago, Sr. Ministro! E é estranhamente vago — e é pouco aceitável que seja tão vago, tão pouco caracterizador — porque vai amanhã à Cimeira de Sevilha e vai depois ser a base para o trabalho da cimeira de Joanesburgo.

Portanto, o que quero que o Sr. Ministro nos diga é como é que pensa acabar o trabalho. Não me vai responder burocraticamente que «está em discussão pública», porque isso não me serve. O que quero saber é com quem, quando e como vai trabalhar para termos, de facto, uma estratégia nacional de desenvolvimento sustentável.

Já agora, Sr. Ministro, diga-me uma coisa: na proposta da estratégia nacional, apesar de imprecisos e sobretudo pouco consignados, há alguns meios financeiros que decorrem do Quadro Comunitário de Apoio. Isto é, há um referencial financeiro genérico até 2006. Mas... e depois de 2006, Sr. Ministro? Nada há! A estratégia ambiental do

Ministério acabou, do ponto de vista financeiro, do ponto de vista das orientações, do ponto de vista das linhas programáticas, em 2006? Não há esforço nacional para a política ambiental depois de 2006?

Responda-nos a isso! É que se a estratégia nacional é vaga, do ponto de vista financeiro, até 2006, depois de 2006 nada diz e isto é muito preocupante, há que convir, Sr. Ministro!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Renato Sampaio.

O Sr. Renato Sampaio (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, quem seguia a actuação do seu Ministério encontrava uma marca distintiva em relação ao resto do Governo: o Sr. Ministro não fazia o discurso da «pesada herança», o que até era positivo! Mas, hoje, o Sr. Ministro perdeu esse elemento positivo e tudo o resto nos merece crítica, não pelo que fez mas pelo que desfez.

O Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente até agora nada fez, mas já desfez muito! Desfez a co-incineração para mandar elaborar o oitavo inventário de resíduos, deixando o País sem solução e o Estado fragilizado! Desfez a co-incineração com o argumento da insuficiência de resíduos para incinerar, mas logo pré-anunciou um processo de tratamento mais rígido, mais caro, menos eficaz: as cinco incineradoras portáteis!

Diga-nos, Sr. Ministro: vai o Governo construir as incineradoras, pondo em causa o princípio da responsabilidade do produtor pelo destino final de resíduos? Quanto vão custar ao País as cinco incineradoras que vai construir? Onde vai localizá-las? Quanto tempo vamos ficar sem solução? E para onde vão os novos resíduos produzidos por elas? Aqui o Governo andou muito mal!

Mas, Sr. Ministro, o Governo também andou mal nas torres de Ofir, uma vez que anulou uma das mais importantes e emblemáticas medidas de defesa do litoral. O Sr. Ministro, ao anular a demolição de um dos maiores escândalos urbanísticos, regressa à velha política dos esporões: mais esporões para proteger esporões!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — V. Ex.^a opta por proteger o mal, em vez de debelar a doença, em vez de encontrar as soluções que exigem coragem — é verdade! —, mas que são as únicas que defendem em definitivo o litoral. Como alguém disse: «As muralhas de pedra são como os antibióticos: protegem, mas deixam efeitos colaterais».

Ao anular a decisão tomada, mais uma vez, o seu Ministério cede aos interesses, recua perante os protestos e não atenta aos estudos elaborados.

O Sr. José Sócrates (PS): — Muito bem!

O Orador: — Diga-nos, Sr. Ministro: para além de anular, de recuar e de desfazer, que medidas já tomou para preservar, em segurança, o litoral de Ofir?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Diga-nos, Sr. Ministro, quanto vai custar aos bolsos dos contribuintes a protecção das torres de Ofir. Em vez de anular, recuar e desfazer, o Sr. Ministro não pensa que é este o momento de começar a fazer alguma coisa no seu Ministério?

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria Santos.

A Sr.^a Maria Santos (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, acabou a fase do eleitoralismo fácil! Os senhores são agora Governo. Não podem continuar a refugiar-se no populismo. Não podem manter-se fechados no seu «pequeno mundo» de fazer oposição. Hoje, o Sr. Ministro tinha uma oportunidade única para explicar qual a opção estratégica do seu Ministério, e não o fez! O Sr. Ministro teve hoje oportunidade para clarificar as omissões e a panóplia de generalidades do Programa do Governo, e não o fez!

Sei que o Sr. Ministro nos vai dizer que podemos ficar descansados — como disse, aliás, numa recente entrevista —, que, no seu Ministério, se transpira ambiente por todos os poros. Até pode transpirar muito, Sr. Ministro. Mas do que se trata é de saber objectivamente qual é a política do seu Ministério.

Vou dar um exemplo que me parece relevante: resíduos industriais perigosos.

Em relação a esta matéria, já se ouviu de tudo. Aliás, o Sr. Ministro tem sido extremamente prolixo. Disse, numa entrevista (mais uma entrevista...), que se «inclina» para uma incineradora dedicada! Numa outra entrevista, falou de uma incineradora a meias com Espanha! O meu colega Renato Sampaio também já referiu outra das suas soluções: a construção de cinco unidades de incineração mais pequenas — uma por cada região do País! Ou seja, aplicaria aqui a «metodologia da régua e do esquadro». Recorrentemente, fala da exportação de resíduos. Nesta matéria, fico extremamente preocupada, porque me faz logo lembrar os «velhos tempos» em que os resíduos eram despejados nos solos ou eram exportados para os países em vias de desenvolvimento.

Ora bem, como, relativamente aos resíduos, já ouvimos e vimos de tudo por parte do Partido Social Democrata, que tem gerido este *dossier* com uma grande irresponsabilidade política, pois, entre outras coisas, contribuiu para a promoção da erosão da legitimidade científica e para a proliferação do analfabetismo ambiental, pergunto ao Sr. Ministro: afinal como é? Estabelece um novo protocolo com as universidades, mas vai lançando soluções a torto e a direito?! O País, Sr. Ministro, merece, nesta matéria, uma abordagem realista, responsável e credível.

Qual é efectivamente o seu objectivo político: o de confundir para exportar? Qual é a sua posição relativamente à exportação de resíduos?

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, para responder aos pedidos de esclarecimento, por um novo período de tempo cedido pelos partidos que apoiam o Governo.

O Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente: — Sr. Presidente, Sr.^a e Srs. Deputados, se eu não fizer agora o discurso da «pesada herança», não é daqui a seis anos que o irei fazer. Não estão à espera disso, com certeza!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Querem dizer-me que o governo do Partido Socialista andou seis anos a desculpar-se com os governos do Professor Cavaco Silva e que o Ministro do Ambiente não pode desculpar-se com seis anos de governos socialistas quando apenas está há três meses no Governo?! Quem está a ser julgado neste momento pela política do ambiente em Portugal são os senhores!

Aplausos do PSD.

Vozes do PS: — Não, não!

O Orador: — Aliás, isto leva-me a começar pelo fim, dizendo que em seis anos o vosso governo não conseguiu implementar a co-incineração!

O Sr. Pedro Silva Pereira (PS): — E porquê?!

O Orador: — Quanto ao problema do inventário, gostava que ficasse claro que se fizeram muitos inventários, mas a verdade é que nenhum serve porque estão todos errados, são todos falaciosos e nenhum permite tomar qualquer decisão! Todos esses estudos são meras estimativas que, como toda a gente diz, não têm qualquer sustentabilidade ou fiabilidade.

Por outro lado, é estranho que se tenham querido demolir as torres de Ofir e que essa intenção tenha sido anunciada pelo ex-Ministro quando o governo já estava em gestão. Isto é estranhíssimo! Falam-me em pressões de Ofir?! Os moradores das torres de Ofir bateriam palmas se as torres fossem demolidas! Era o que eles queriam!

O Sr. José Sócrates (PS): — Não, não!

O Orador: — Devo dizer-vos que as informações que recebi dos moradores das torres de Ofir davam conta de que eles gostariam que as torres fossem demolidas!

Protestos do PS.

Não recebi qualquer pressão de Ofir nesse sentido!

Por outro lado, quem falou em esporões foram VV. Ex.^a, não fui eu! No entanto, é preciso proteger a costa!

O Sr. José Sócrates (PS): — Ah!

O Orador: — E, respondendo ao Sr. Deputado Honório Novo, posso dizer que nos próximos dois anos, ou seja, a

partir de Março do próximo ano, deixarão de ver discursos e passarão a ver obra concreta em toda a costa portuguesa!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Serão mais de 25 milhões de contos aqueles que serão investidos na costa portuguesa, precisamente para a proteger, o que significa que este investimento incidirá nas áreas mais sensíveis. A muito breve prazo, os Srs. Deputados terão conhecimento concreto e rigoroso de quais serão as intervenções cirúrgicas que vão ser feitas.

A Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia falou em Joanesburgo e na estratégia nacional de desenvolvimento sustentável, dizendo que ela era vaga. Vaga, Sr.^a Deputada?! Julgo que V. Ex.^a se devia virar para a bancada do Partido Socialista! Para além disso, não percebo o que é que pretendem, sabendo, como sabem, que este documento foi elaborado apenas em dois meses por este Governo! Quem é que poderia fazer melhor?! Lembro-lhes, aliás, que a preparação deste documento devia ter sido começada, já não digo em 1992, mas, pelo menos, a partir da 19.^a Conferência das Nações Unidas, em 1997. A verdade é que desde 1997 que esta estratégia devia estar a ser elaborada, mas o governo anterior adormeceu e foi apenas no dia 2 de Março deste ano, a um mês de cessar funções, que mandou elaborar a estratégia nacional de desenvolvimento sustentável.

O Sr. Honório Novo (PCP): — E quando é que vão acabar o trabalho?! É isso que queremos saber!

O Orador: — Como se vê, o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território do anterior governo nada fez em matéria de estratégia para o desenvolvimento sustentável!

Assim sendo, temos de compreender que agora haja discussões com os agentes económicos, com as universidades e que estejam agendadas reuniões várias ao nível das Direcções Regionais do Ambiente e Ordenamento do Território (DRAOT), como organismos desconcentrados do Ministério do Ambiente. Por outro lado, naturalmente, serão convidadas, pelo Instituto Nacional de Ambiente e, mesmo, directamente pelo Ministro, personalidades de diversas proveniências, tendo em atenção a distribuição geográfica, o território, os diversos saberes e conhecimentos que irão ser chamados a pronunciar-se justamente sobre este documento. Como tal, o que espero é a máxima colaboração de todos os Deputados, designadamente dos Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que nesta matéria têm uma responsabilidade enorme, já que, ao contrário do que aconteceu, deviam ter deixado este documento feito. Sobre esta matéria, penso que está tudo dito!

O Sr. Renato Sampaio (PS): — Dito, mas não feito!

O Orador: — Um Sr. Deputado socialista, pedindo-me esclarecimentos, disse que o País ficou sem solução. Sinceramente, penso que sem solução ficou o País durante os últimos seis anos, visto que se fizeram largos investimen-

tos para a construção de aterros para resíduos sólidos urbanos e descurou-se a construção de aterros para resíduos industriais banais. Aliás, todos os aterros de resíduos sólidos urbanos em Portugal estão a ser ocupados com resíduos industriais banais, facto que convém salientar porque já não há onde colocar estes resíduos! Na verdade, o descuido e desleixo foram extraordinários, razão pela qual penso que devia ter havido uma acção mais célere e uma vontade mais firme e determinada do anterior governo no sentido de construir esses aterros. É que daqui a dois ou três anos esses aterros esgotam a sua capacidade e vamos ter de gastar novamente milhões de contos a construir aterros para resíduos sólidos urbanos.

A Sr.^a Elisa Ferreira (PS): — Não é verdade! Temos os fundos das empresas!

O Orador: — Devo dizer-vos que, em matéria de resíduos e em matéria de ordenamento do território, a política do anterior governo foi desastrosa! No entanto, ressalvo aqui as questões que estão relacionadas com a água, área na qual — e quero ser o primeiro a salientá-lo — penso que foi feito um bom trabalho.

Sinceramente, Srs. Deputados, estranho que façam essas considerações acerca do actual Ministério do Ambiente, sobretudo quando aqueles que nos antecederam — e talvez decorram daí alguns recalcamentos da anterior equipa ambiental — mais pareciam fazer parte do «ministério da co-incineração»! Era o «ministério da co-incineração», em vez de ser o Ministério do Ambiente!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a Maria Santos (PS): — Por favor, Sr. Ministro!...

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Silva Pereira.

O Sr. Pedro Silva Pereira (PS): — Sr. Presidente, Sr.^a e Srs. Deputados, Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente: O presente debate parlamentar sobre política de ambiente tem lugar quando o novo Governo se encontra em funções há pouco mais de dois meses. Não vamos, portanto, precipitar-nos no julgamento da política ambiental do Governo, mas vamos fazer, podem estar certos, o balanço destes primeiros meses de actividade do Governo.

A Sr.^a Maria Santos (PS): — Muito bem!

O Orador: — Já hoje aqui salientei que a primeira marca do novo Governo é a desvalorização do ambiente. É certo, manda a verdade dizê-lo, que nada fazia prever o contrário. Na oposição, os partidos da actual coligação do Governo nunca se notabilizaram por uma especial atenção à política de ambiente. O Partido Popular, aliás, chegou mesmo a defender — convirá recordá-lo — a redução do ambiente a uma mera secretaria de Estado do Ministério da Agricultura. O PSD, por seu turno, nunca foi capaz de esboçar um projecto alternativo ou, sequer, complementar

que pudesse inspirar uma política de ambiente ambiciosa para o actual Governo.

O Sr. José Sócrates (PS): — Muito bem!

O Orador: — De resto, quando se tratou de constituir a actual equipa governativa, o próprio Primeiro-Ministro acabou por confessar a fragilidade da oposição do PSD na área do ambiente ao ter de mobilizar à pressa para o lugar de Ministro do Ambiente nem mais nem menos do que o porta-voz do PSD para as obras públicas, que assim se viu forçado a um processo de reconversão acelerada às temáticas ambientais!

O Sr. José Sócrates (PS): — Muito bem!

O Orador: — Nestas circunstâncias, não é evidentemente fácil a tarefa que se depara ao novo Ministro, sobretudo porque o seu primeiro e mais óbvio desafio devia consistir em manter e consolidar a afirmação da política de ambiente em Portugal. E isto num Governo que, manifestamente, não está para aí virado, num Governo em que o Ministério do Ambiente desce para o último lugar na hierarquia do Executivo, não certamente por razões protocolares, em que o ambiente é até atirado para um canto do seu próprio ministério, agora chamado das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente e num Governo em que, segundo o próprio Ministro do Ambiente, o Ministro da Economia tem da intervenção do Ministério do Ambiente nos processos de decisão a visão extraordinária de que os do ambiente são só uns «empatas»!

O Sr. José Sócrates (PS): — Incrível!

O Orador: — Mais: este é um Governo em que, ainda segundo o Ministro do Ambiente, os Ministros não estão conscientes de que o ambiente tem de informar todas as decisões políticas sectoriais!

É por isso, Sr. Ministro, que a questão que se coloca à estratégia nacional de desenvolvimento sustentável que o Governo colocou à discussão pública não é a de saber se o documento está bem redigido. A verdadeira questão é a de saber se o Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente tem a força política necessária para condicionar as diferentes políticas sectoriais.

Aplausos do PS.

E deixe-me dizer-lhe, Sr. Ministro, que está mal informado sobre o processo de preparação deste documento. Neste documento, que o Sr. Ministro pôs à discussão pública, é dito, na página 5, que a estratégia nacional de desenvolvimento sustentável resulta de uma colaboração interdepartamental, de uma interacção constante entre os diversos ministérios, de várias reuniões e de versões sucessivas, num processo interactivo e integrador. O Sr. Ministro foi, portanto, mal informado quanto ao estado de preparação da estratégia nacional de desenvolvimento sustentável, como, aliás, foi mal informado quanto ao seu calendário, já que, ao nível da União Europeia, tinha sido

acordado que os vários Estados-membros deveriam ter as suas estratégias prontas até Joanesburgo e não necessariamente antes. Para além disso, estas deviam ser articuladas com a estratégia europeia de desenvolvimento sustentável, que, como sabe, apenas ficou concluída em 2001. O que está em causa é, portanto, a credibilidade do Ministério do Ambiente para levar mais longe estes seus compromissos na direcção do desenvolvimento sustentável.

Não tenhamos, no entanto, ilusões. Ninguém se deixará mobilizar e muito menos condicionar por um ministério sem força nem iniciativa política. É certo que em diversos domínios o Sr. Ministro teve o elementar bom senso de desautorizar os que construiram o discurso do PSD na oposição, optando por dar continuidade às políticas que estavam em curso. São exemplo disso os domínios da água e das alterações climáticas, sobre as quais o Sr. Ministro diz que o governo anterior não fez nada, vindo, no entanto, afirmar que vai aplicar a política por nós desenhada no que respeita à aplicação do Programa Nacional de Combate às Alterações Climáticas. É ainda o que se passa no que respeita à conservação da natureza e à implementação da sua estratégia e à aplicação do Programa Polis, que alguns queriam suspender, anular ou congelar.

Mas, Sr. Ministro, faltou-lhe força ou — sabe Deus — vontade para se libertar de outras concessões à demagogia que o percurso de oposição escolhido pelo PSD implicou. É o caso do problema do tratamento dos resíduos industriais perigosos, em relação ao qual o Governo se precipitou, abandonando o processo da co-incineração mesmo sem apresentar ao País uma alternativa.

O Sr. José Sócrates (PS): — É um escândalo!

O Orador: — E não adianta tentar iludir o problema! Sabemos todos nesta Câmara que a política dos resíduos deve privilegiar a redução, a reciclagem e a reutilização. Sabemos, igualmente, que os resíduos que carecem de incineração são apenas uma parte dos resíduos industriais perigosos que precisam de tratamento. Mas sabemos também que há resíduos que precisam de incineração e é preciso resolver esse problema e sabemos, por outro lado, que o País não pode esperar mais. Aliás, sabemos que o País não precisa de esperar mais! A solução da co-incineração que o Governo abandonou estava disponível e foi repetidamente confirmada, como os portugueses sabem, do ponto de vista técnico e científico, exactamente nos termos deliberados por esta Assembleia, incluindo os partidos que hoje integram a coligação do Governo.

O Sr. José Sócrates (PS): — Muito bem!

O Orador: — O que o novo Governo fez foi trocar uma solução disponível pelo adiamento da resolução do problema. Ora, não é com adiamentos que se constrói uma forte política de ambiente. Em vez de resolver o problema, o Governo escolheu promover o oitavo inventário de resíduos industriais perigosos. Mas engana-se o Governo se pensa que com isso se livra do problema até ao final do ano! Não o faz, porque os resíduos industriais perigosos aí es-

tão, ameaçando o ambiente e a saúde pública. E mais: não o faz porque, até lá, o Governo tem a responsabilidade de dar respostas a perguntas precisas e concretas, algo que o Sr. Ministro, mais uma vez, não fez hoje neste debate. Então, Sr. Ministro, a exportação é uma solução para o tratamento dos resíduos industriais perigosos?! Mas exportação para onde, Sr. Ministro?! E a que preço?! E paga por quem?! Será uma exportação para a nossa vizinha Espanha, onde se faz co-incineração em diversas cimenteiras?! Será que o Governo admite recusar a co-incineração em Portugal e ir fazê-la para Espanha?! E será que nesta ideia extraordinária de exportar o problema não há sequer uma sombra de conflito com o princípio basilar da política europeia de resíduos que preconiza a responsabilidade do produtor ou o tratamento dos resíduos no país de origem?!

Também tem o Sr. Ministro de responder a outras perguntas sobre a incineração dedicada, que é a verdadeira opção deste Governo. Sucedeu que com essa opção cai a máscara sobre a prioridade que o Governo pretendia dar à política dos três R, porque toda a gente concorda que a incineração dedicada é mais rígida e, portanto, contrária ao desenvolvimento daquela política. Nada justifica que o Sr. Ministro não nos dê respostas a perguntas simples, como estas: quanto tempo vai demorar a construir as incineradoras dedicadas? Quem vai pagar a construção dessas incineradoras? Onde vai instalá-las? Sr. Ministro, é esta trapalhada em que, também aqui, se meteu o Governo que precisa de ter uma resposta. No entanto, essa resposta apenas pode vir de um Governo forte na área do ambiente e todos estes que acabei de assinalar são sinais preocupantes de um recuo.

Precisamos de uma política de ambiente forte para que os compromissos do Governo tenham credibilidade. Precisamos de uma política de ambiente forte para que Portugal prossiga no caminho da convergência ambiental que a OCDE proclamou como sendo o resultado da acção governativa dos últimos anos. Precisamos, ainda, de uma política de ambiente forte para que nas negociações internacionais não tenhamos receio de contribuir para o reforço da liderança da União Europeia no desenvolvimento de uma política ambiental da comunidade internacional. Uma liderança da Europa que saiba ser ambiciosa e firme, como foi na discussão do Protocolo de Kyoto, mesmo que injustamente acusada de radical e mesmo enfrentando a resistência da maior potência económica do planeta. É disso que precisamos e, acredite, Sr. Ministro, o Partido Socialista saberá estar do seu lado sempre que V. Ex.^a souber estar do lado certo!

Aplausos do PS.

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Narana Coissoró.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Vitor Reis.

O Sr. Vitor Reis (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Silva Pereira, ouvimo-lo repetir frequentemente

que este Governo colocou o Ministério do Ambiente a um canto e que, mesmo dentro deste Ministério, o Ambiente está a um canto, aparecendo depois das Cidades. Aliás, sistematicamente e com um Governo que está em funções há dois meses, os senhores têm uma enorme pressa em fazer crer às pessoas que, de facto, a política de ambiente não existe, não vai existir, não poderá existir, tal é a vos-sa preocupação em relação àquilo que verdadeiramente deixaram por fazer.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Mas, Sr. Deputado, se houve alguém que ficou num canto, foram os senhores no passado dia 17 de Março. Os portugueses colocaram-vos a um canto!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — As perguntas que quero fazer-lhe, Sr. Deputado Pedro Silva Pereira, são muito simples. O que é que se passou nos governos do Partido Socialista com os planos para as 10 áreas protegidas? Para hoje estarmos neste estado, os senhores terão colocado os planos para um canto? Sr. Deputado, o que é que se passou com o Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sintra/Sado e com o Plano de Ordenamento da Orla Costeira Vilamoura/Vila Real de Santo António? Sr. Deputado, terão colocado os planos nalgum canto?!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Para responder, querendo, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Silva Pereira.

O Sr. Pedro Silva Pereira (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Vitor Reis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista teve o cuidado de assinalar, por várias vezes, que não se precipitava no juízo sobre o Governo. Agora, factos são factos: o Sr. Ministro é o último da hierarquia do Governo e a competência em matéria de ambiente é a última competência do último Ministério do Governo. Esse é um facto!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — E isso é grave!

O Orador: — Depois, Sr. Ministro, vejo outras coisas também. Vejo, por exemplo, as declarações do Sr. Ministro. E sabe o que é que o Sr. Ministro diz dos seus colegas de governo? Diz que o Ministro da Economia não quer saber da intervenção do ambiente, porque acha que os do ambiente são só «uns empatas». Diz que os outros Ministros não têm consciência para a integração dos problemas ambientais.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — E os planos?!

O Orador: — Quanto à avaliação da actuação do governo anterior, Sr. Ministro, como sabe, a OCDE já fez esse juízo...

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — E já fez os planos?!

O Orador: — ... e concluiu que os últimos 10 anos foram anos de convergência ambiental com os países mais desenvolvidos da Europa. Essa é que é a verdade!

O Sr. Guilherme d'Oliveira Martins (PS): — Muito bem!

O Orador: — Quanto aos planos, Sr. Deputado, dou-lhe uma resposta. E a resposta é simples, porque o Sr. Ministro ajudou-me. Garanto-lhe uma coisa: se o Sr. Ministro aqui teve a oportunidade de anunciar que iria colocar esses planos à discussão pública brevemente, não é certamente porque os «fez em cima do joelho» agora «do pé para a mão»!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Se calhar, estavam lá a um canto!...

O Orador: — Digo-lhe mais, Sr. Deputado: quanto aos Planos de Ordenamento da Orla Costeira, posso dizer-lhe, porque o balanço é muito simples, que os governos do Partido Socialista tiveram oportunidade de fazer sete, enquanto que os governos anteriores do PSD fizeram «zero»! E eu tenho a certeza de que farão estes dois Planos que faltam, exactamente porque os mesmos estão em condições de ser aprovados pelo novo Governo.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Isso é uma desculpa de mau pagador!

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Srs. Deputados, antes de prosseguirmos o debate, informo que se encontram a assistir à sessão um grupo de 38 alunos da Escola EB 2.º e 3.º Ciclos de Nuno Gonçalves, de Lisboa, um grupo de 55 autarcas da Junta de Freguesia de Tondela, um grupo de 90 alunos da Escola EB Integrada de Vila Cova, Barcelos, um grupo de 27 alunos do Externato Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, do Porto, um grupo de 67 alunos da Escola do Parque, de S. João da Madeira, um grupo de 154 alunos da Escola EB 2.º e 3.º Ciclos Sofia de Mello Breyner, de Arcozelo, e um grupo de 69 alunos da Escola EB 1.º Ciclo de Carvalhal e Aldriz, de Santa Maria da Feira.

Peço para eles uma calorosa saudação de todos nós.

Aplausos gerais, de pé.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Nazaré Pereira.

O Sr. António Nazaré Pereira (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro, Srs. Secretários de Estado: As questões de ambiente colocam-se em Portugal com a acuidade e o relevo que acabámos de ouvir na intervenção do Sr. Ministro. Porém, a situação em Portugal está intimamente associada ao que se verifica no domínio do ambiente nos demais países do mundo e influencia e

sofre influências de todos os demais sectores da actividade do homem.

Neste momento, regista-se burburinho na Sala.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Sr. Deputado, permita-me que o interrompa.

Srs. Deputados, agradeço que façam silêncio para que o orador possa ser ouvido. É que há muito ruído na Sala!

O Orador: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, nesta Assembleia, talvez melhor do que em qualquer outro parlamento do mundo, percebemos a globalidade dos problemas ambientais e, por isso, somos bem sensíveis à sua complexidade.

Aliás, se me permitem, direi que esta questão do ambiente «ruidoso», de certa forma, também faz parte da nossa própria sensibilidade — nalguns casos, infelizmente, pequena! —, sobretudo em relação ao actual Governo da Nação, que tem ouvido tanto ruído das bancadas da oposição!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Efectivamente, decorre do Programa do Governo, ratificado por esta Câmara, não apenas uma plena consciencialização para os temas e os problemas relevantes e prementes do sector mas também, e acima de tudo, as correspondentes propostas de acção e modelos de intervenção.

Um dos problemas que tem sido colocado à afirmação das questões do ambiente como questões fundamentais na sociedade é o de conciliar a necessidade da preservação da sua boa qualidade com a melhoria das condições de vida dos cidadãos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — De facto, apesar de, na Declaração do Rio 92, do foro global de organizações não-governamentais e movimentos sociais, realizada em 1992 — à margem da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco 92), no Rio de Janeiro —, se afirmar inequivocamente ter-se «(...) consciência da contradição existente entre o modelo de civilização dominante, injusto e insustentável, construído sobre o mito do crescimento ilimitado e que ignora os limites finitos da Terra», tem sido longo (longo no duplo sentido de longo período de tempo e de longo processo de alteração de mentalidades) o percurso que conduz ao estabelecimento da credibilidade de modelos alternativos.

Em Portugal, esta realidade adquiriu mesmo dimensões preocupantes, uma vez que, apesar dos esforços de inúmeras organizações, muito poucos foram os progressos realizados durante a segunda parte da década de 90 e muito menor ainda foi o trabalho de consciencialização social para o desafio que urge enfrentar.

Os princípios da Declaração do Rio foram ficando pelo papel, raramente assumiram forma concreta e tradução em claras inflexões de estratégia. Aparentemente, pelo menos, comprehende-se que assim tenha sido, porque as profundas

alterações que a sua aplicação exige devem causar tremuras a quem se mostrou tão avesso a reformas estruturais.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento anuncia, no seu princípio 4, o seguinte: «A fim de alcançar o desenvolvimento sustentável, a protecção do meio ambiente deve constituir parte integrante do processo de desenvolvimento e não poderá considerar-se de forma isolada.»

Na União Europeia, a dimensão de carácter ambiental apenas foi acrescentada durante a presidência sueca, no Conselho de Gotemburgo, a 15 e 16 de Junho de 2001. Nessa altura, foi acrescentada à estratégia de renovação económica e social assumida pela União. A nova abordagem para a definição de políticas – hoje, critério essencial pelo qual deve ser avaliado, de facto, o progresso – constituiu-se assim como uma inflexão à estratégia de Lisboa, de Março de 2000, definida oito anos após a Conferência do Rio de Janeiro e cinco anos após a assunção pelas Nações Unidas do conceito de sustentabilidade como basilar em qualquer modelo de desenvolvimento. Poder-se-á dizer, pelo menos, que neste campo a presidência portuguesa da União Europeia andava cinco e oito anos atrasada.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A estratégia da União para o desenvolvimento sustentável, baseada no princípio de que todos os efeitos económicos, sociais e ambientais de todas as políticas deverão ser analisados de forma coordenada e tidos em conta no processo de decisão, foi, desde a Conferência do Rio, em 1992, e, de forma clara, desde o Conselho de Gotemburgo, em 2001, uma obrigação para o Estado português.

De facto, em Gotemburgo, o Conselho convidou os Estados-membros a elaborarem as suas próprias estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável e propôs-se analisar os progressos no desenvolvimento e na implementação da estratégia, por ocasião da sua reunião anual da Primavera, a primeira das quais terá lugar na próxima sexta-feira e sábado, dias 21 e 22, em Sevilha.

Tivemos ocasião de saber que o novo Governo de Portugal encarou tal desafio seriamente nas condições já descritas aqui pelo Sr. Ministro na sua intervenção. Pôde, assim, o Governo português apresentar no Dia Mundial do Ambiente, dia 5 deste mês, uma versão para discussão pública da estratégia nacional de desenvolvimento sustentável.

É com satisfação que registamos esse facto e exortamos os nossos concidadãos a que participem nessa discussão pública, que durará 60 dias. Não podemos, porém, deixar de invectivar quem acusa tal documento de incompleto ou de superficial quando, durante largo tempo, ocupando ou apoiando quem ocupava lugares de governação do País, pouco ou nada fez para que a discussão pública pudesse ter por suporte documentos mais completos ou diferentemente elaborados.

Na intervenção que aqui ouvimos por parte do Sr. Deputado Pedro Silva Pereira, o PS procurou aqui, hoje, justificar o injustificável, demonstrando uma clara irresponsabilidade governativa ao longo do tempo que antecedeu este Governo!

O exercício da cidadania é um direito de todos nós. Mas esse exercício impõe também o dever de responsabilidade, e desse dever de responsabilidade ninguém pode ou deve tentar fugir.

Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Entre as 12 linhas de orientação propostas no documento de apoio à discussão pública da estratégia nacional de desenvolvimento sustentável encontra-se uma (a décima) explicitamente associada à educação. Desenvolver a educação, a sensibilização, a informação, a participação, o acesso à justiça e a responsabilização em matéria de desenvolvimento sustentável foi considerada uma linha de orientação fundamental, e o Sr. Ministro, na intervenção que acabou de fazer nesta Câmara, quis igualmente salientar a importância da educação ambiental como factor de desenvolvimento da cidadania e da participação consciente na conservação dos recursos e na utilização desses mesmos recursos de forma sustentável.

Pérmite-me, pois, Sr. Ministro, relevando essa parte da sua intervenção, salientar-lhe, em tempo de discussão pública da estratégia, a importância que o PSD coloca nessa linha de orientação e expressar-lhe a nova vontade de ver tal linha de orientação não apenas reforçada em termos de rumo mas também de meios e efectiva concretização.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Programa do Governo na área do ambiente inclui várias medidas, quer de reforço dos mecanismos de participação dos cidadãos na definição das estratégias de política urbana, quer de participação dos cidadãos em processos de consulta pública de instrumentos de planeamento e gestão do ambiente, como sejam as políticas nacionais de ordenamento, os planos regionais de desenvolvimento do território, os planos intermunicipais de ordenamento do território, os planos estratégicos de cidade e a actualização dos planos directores municipais, entre muitos outros. Tal participação exige uma consciência crítica, documentada e ambientalmente formada dos cidadãos, nomeadamente dos jovens cidadãos, garantia para um futuro mais partilhado e ambientalmente mais equilibrado.

Releve-se, pois, Sr. Ministro, a educação ambiental e estaremos todos, Governo e Assembleia da República, a promover a cidadania responsável, o desenvolvimento sustentado, o ambiente equilibrado para os nossos filhos e para os nossos netos. Estaremos todos melhor a respeitar o ambiente, nesta casa comum, global, que é a Terra, e a melhor garantir, afinal, o futuro do nosso país.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Ainda nesta semana se comemorou o Dia Mundial de Combate à Desertificação. Por isso — perdoem-me —, é natural que, em nome do PCP, comece este debate exactamente por aqui.

Registo que, apesar de Portugal ter, há muito, ratificado a Convenção Internacional de Combate à Desertificação, só em 1999 aprovou o respectivo Plano Nacional de Ação e só agora se prepara para lançar alguns, muito poucos, projectos-piloto no interior do País.

Foram precisos quase oito anos para se iniciar — sublinho, para se iniciar — um programa integrado que, por exemplo, combata a eucaliptização desregada, ponha em marcha efectiva os planos regionais de ordenamento florestal, faça respeitar os instrumentos municipais e regionais de ordenamento do território e adeque e potencie a actividade agrícola com as características climáticas e com antigas e novas disponibilidades em recursos hídricos.

Oito anos é, convenhamos, tempo a mais. E este é, certamente, um dos grandes problemas da política ambiental no nosso país, o problema do enorme lapso de tempo que medeia entre a intenção e a concretização, e cuja responsabilidade cabe por inteiro aos sucessivos responsáveis governamentais do ambiente em Portugal. É tempo a mais, é tempo que gera frustrações nas populações, é tempo que provoca enormes e, por vezes, irrecuperáveis atrasos para o ambiente e para a natureza em Portugal.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Promover e executar a reciclagem — o Sr. Ministro disse-o — é um objectivo ambiental central e consensual, pelo menos nas intenções, mas vai ver-se no concreto e a prática contradiz o discurso. Verifica-se, por exemplo, que, das cerca de 400 000 t de resíduos de embalagens que se previam reciclar em 2001, apenas foram recicladas pouco mais de 100 000, isto é, mais ou menos 25% do previsto.

E, pior do que isso, o sistema instalado não só não recicla o previsto como, ainda por cima, limita a recepção destes resíduos, discriminando autarquias e a generalidade dos poluidores privados, ao mesmo tempo que privilegia as grandes superfícies comerciais, onde a recolha é, naturalmente, mais simples e barata, mas onde são pagos os mesmos valores.

Perante a passividade do Instituto dos Resíduos, a quem competiria intervir para fazer cumprir todas as condições contratuais, está a assistir-se à criação de um novo conceito, não o conceito do poluidor-pagador mas, sim, o conceito do poluidor-recededor, sendo que, curiosamente, mas, porventura, não por acaso, os recebedores são os grandes hipermercados e as grandes superfícies comerciais.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — É bem verdade!

O Orador: — Mas hoje, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, é, seguramente, incontornável abordar com algum detalhe a proposta do Governo para uma estratégia nacional de desenvolvimento sustentável. É que a Cimeira Europeia de Sevilha, que amanhã começa, vai apreciar as

estratégias nacionais dos Estados-membros da União Europeia no quadro da preparação da Cimeira de Joanesburgo. Portanto, no Conselho Europeu do próximo fim-de-semana, Portugal deveria apresentar a sua estratégia nacional de desenvolvimento sustentável, só que não há, de facto, qualquer estratégia ou qualquer documento de estratégia; haverá, quando muito, um contributo, uma espécie de «borrão» mais ou menos burocrático, um elencar de referências mais ou menos conexas, mais ou menos exaustivas.

Em vez de um documento elaborado de forma atempada e participada, em vez de um documento que não só corporize um compromisso assumido há 10 anos no Rio de Janeiro como projecte o desenvolvimento sustentável do País, a proposta que o Governo leva a Sevilha é um documento vago, impreciso e que não corresponde nem às expectativas nem às necessidades de Portugal.

A proposta do Governo para a estratégia nacional de desenvolvimento sustentável não consegue estabelecer e diferenciar os princípios de que parte, antes confunde princípios com objectivos a atingir. Isto, aliás, não é opinião do PCP, é opinião do próprio Conselho Nacional de Ambiente, no seu parecer.

Por isso, não admira que a situação de referência seja parcelar e incompleta; por isso, não se estabelecem horizontes temporais para a concretização de objectivos; por isso, a proposta do Governo não quantifica a generalidade dos objectivos, nem, muito menos, especifica os meios e os recursos financeiros que lhes irão estar afectos.

É certo que esta proposta deveria ter sido apresentada há mais tempo, mas, afinal, só em Março passado se iniciou o processo da sua elaboração. Mas tal não justifica, por si só, que, por exemplo, a proposta aborde quase exclusivamente a faceta ecológica e quase esqueça — sublinho, quase esqueça — outras abordagens absolutamente essenciais, como sejam a coesão social ou a inovação institucional, e que nem sequer, na tão mediática questão do tratamento de resíduos industriais perigosos, clarifique as intenções, os métodos e os prazos definidos pelo Governo, provavelmente para que os seus parceiros europeus não fiquem já a saber que, a fazer fé em declarações governamentais, Portugal poderá vir a ter não apenas uma mas quatro ou cinco novas unidades industriais exclusivamente dedicadas à queima destes resíduos, que, naturalmente, será preciso rentabilizar.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Para o PCP, a sustentabilidade do desenvolvimento passa também pela sustentação produtiva do País e pela preocupação estratégica na criação de condições integradas para a sustentabilidade humana, seja ao nível dos serviços públicos, seja ao nível da educação, da saúde ou da segurança social.

Para o PCP, a proposta de estratégia nacional de desenvolvimento sustentável tem de ser profundamente alterada, profundamente reformulada e profundamente completada.

Uma estratégia nacional de desenvolvimento sustentável tem de abordar as questões do desenvolvimento sob o ponto de vista económico, ambiental e social e o documento (ou o «borrão») do Governo não o faz; uma estratégia nacional de desenvolvimento sustentável exige trans-

parência na informação de partida, impõe a definição de metas e objectivos, necessita da afectação clara de meios e exige uma adequada e racional programação e hierarquização. Ora, o documento (ou o «borrão») do Governo não o faz.

Esperemos que, depois de Sevilha, o tema seja recuperado e o Governo se disponibilize para alterar profundamente a sua proposta e para que uma outra imagem do País seja dada em Joanesburgo.

Termino, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, lançando um repto: não se empurrem uns aos outros, não percam muito tempo com a questão das heranças, em saber quem é responsável porquê! É que já se perdeu muito tempo e, enquanto os senhores perdem tempo a acusarem-se uns aos outros e a saberem qual é a dimensão da herança, é Portugal que sai prejudicado, são os portugueses que assistem à degradação ambiental.

Pela nossa parte, estamos inteiramente dispostos e mais interessados em resolver os problemas.

Aplausos do PCP e do BE.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Gonçalves.

A Sr.ª Isabel Gonçalves (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.º e Srs. Deputados: Foi aqui deixado claro pelo Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente que Portugal precisa de uma política ambiental e de ordenamento do território consciente, séria e intransigente, essencial para que se possa assegurar um crescimento económico sustentado, o bem estar e a qualidade de vida das populações, quer actuais quer futuras, e a sobrevivência e a preservação do património, da fauna e da flora e o equilíbrio dos ecossistemas. E, se bem que já tenha sido feito algo nestes domínios nos últimos anos, muito há ainda para fazer.

Lembrando a situação relativa às questões ambientais, refiro-me, por exemplo, à política para o litoral. Verifica-se que, neste domínio, tem faltado uma estratégia, tem faltado uma política de gestão integrada nas zonas costeiras e tem faltado uma política de preservação deste recurso tão importante para o nosso país, onde a erosão vai pouco a pouco levando parte do nosso território, havendo necessidade urgente de diminuir a pressão sobre a orla costeira e de estabelecer uma política que permita a redução das assimetrias entre o litoral e o interior que permita a fixação das populações no interior.

Já aqui foi referida a questão dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira. Ora, a falta de actuação que se verificou nesta área tem vindo a provocar danos irreversíveis.

No que respeita aos recursos hídricos muito há também a fazer quanto ao seu correcto aproveitamento, preservação e optimização. Embora a evolução na década de 1990 a 2000 tenha sido acentuada e positiva, o certo é que os níveis de atendimento continuam a ser inferiores aos da maioria dos países da União Europeia.

A população servida com abastecimento de água registou, nesta década, um acréscimo de 13%, no entanto, o

abastecimento de água não tem ainda uma cobertura satisfatória, quer em termos de quantidade, quer em termos de qualidade, registando-se desequilíbrios e assimetrias regionais acentuadas.

O Sr. Diogo Feio (CDS-PP): — Exactamente!

A Oradora: — Sentem-se especialmente deficiências nos consumos de ponta urbanos, agrícolas e industriais, pelo que também aqui se impõe uma política de prioridade ao aprovisionamento. A água tem de ser bem aproveitada, como recurso escasso que é, pelo menos na medida da capacidade do seu aproveitamento para utilização das necessidades básicas e primárias do homem, pois, embora considerada um recurso renovável, verifica-se uma crescente e progressiva degradação da sua qualidade. Há, por outro lado, que reequacionar as actuais redes de abastecimento de água, com vista a adequar a qualidade da água captada aos tipos de utilização final a que se destina.

Portugal mantém-se ainda, passados uma série de anos, como um dos países da União Europeia com índices mais baixos de tratamento de esgotos urbanos e industriais.

Quanto à recolha e tratamento de águas residuais urbanas, os níveis de atendimento em Portugal são bastante inferiores aos valores comunitários. Na referida década, e no que respeita a drenagem de águas residuais, verificou-se também um acréscimo, com um atendimento de cerca de 75% da população no final da mesma, no entanto, e no que respeita à população servida com tratamento de águas residuais, embora o acréscimo verificado tivesse sido de cerca de 34%, ainda só cerca de 55% da população é contemplada com sistemas de tratamento das suas águas residuais.

Estes valores podem, no entanto, não ser indicadores perfeitos da realidade em termos ambientais, já que, das ETAR existentes, apenas uma parte funciona em boas condições e, portanto, só essa parte devolve ao meio receptor um efluente com características adequadas a esse mesmo meio receptor, sabendo-se que uma parte ainda se encontra fora de serviço ou funcionando em deficientes condições.

Também aqui a deficiente gestão e utilização tem vindo a provocar alterações no ciclo natural dos recursos hídricos, cujo impacto supera em muitos casos a capacidade de regeneração dos mesmos.

Há, por tudo isto, que não descurar a importância da água, quer no aspecto já referido da satisfação das necessidades básicas do homem, quer na manutenção do equilíbrio dos ecossistemas.

No âmbito da implementação da Directiva-Quadro da Água, foram já integrados alguns dos seus princípios, nos planos de bacia e no Plano Nacional da Água, finalizados recentemente. No entanto, o cumprimento da calendarização imposta representa um grande desafio, face às carências ainda existentes.

No que respeita aos resíduos sólidos, que também já foram referidos, verificou-se um bom trabalho no encerramento das lixeiras e no aumento da recolha selectiva, faltando, no entanto, a resolução e implementação de estratégias nas áreas dos resíduos industriais, quer banais, quer

perigosos, que, no presente, este Governo, e mais concretamente o Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, tem como especial preocupação, e também aqui estamos confiantes de que, a curto prazo, Portugal será confrontado com soluções adequadas nesta área.

O Sr. Ministro falou-nos das soluções e projectos já em curso.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A Oradora: — Finalmente, e embora muitas áreas tenham de ficar sem ser referidas, não gostaria de terminar sem mencionar a situação das energias renováveis e alternativas. Ainda há bem pouco tempo se pôde ler, na comunicação social, que «Portugal viola Protocolo de Quioto». O certo é que, em 2000, em Portugal, foram emitidos mais 16,6% de gases com efeito de estufa do que o valor estimado no Protocolo de Quioto.

Apesar de Portugal fazer parte dos países industrializados com um rácio mais baixo de emissão de gases de efeito de estufa/habitante, verificou-se um forte crescimento destas emissões que, na década de 1990 a 2000, ascenderam a cerca de 28%, situação esta a que é urgente pôr cobro e para a qual se tornava necessário, também, definir políticas adequadas. Estas políticas já estão a ser definidas, como também aqui nos transmitiu o Sr. Ministro.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A Oradora: — Em Portugal, estão ainda detectadas situações de agressão e causadoras de desequilíbrios ambientais: contaminação dos aquíferos, linhas de água e recursos hidricos; deposição descontrolada de resíduos; carência de equipamentos e infra-estruturas básicas de abastecimento de água e de drenagem de esgotos; negligéncia quanto ao impacte ambiental de muitas actividades produtivas.

Em resumo: Portugal defronta-se com problemas ambientais graves, que, não temos dúvidas, vão merecer um tratamento global, integrado e prioritário, numa política de valorização dos recursos de que dispomos.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Já algo se procurou realizar, mas muito há para fazer e muito terá de ser feito.

Neste muito, inserem-se naturalmente os objectivos deste Governo e deste Ministério, de assegurar a permanente compatibilização das políticas de desenvolvimento, no sentido de fazer funcionar o mercado a favor do ambiente, passando também, natural e especialmente, pela sensibilização e educação dos cidadãos e dos agentes económicos em geral.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado João Teixeira Lopes.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, já que falou das questões relacionadas com

a água, gostava de lhe colocar, muito brevemente, duas questões. Enquanto Deputada de um partido da maioria que apoia o Governo, gostava de saber o que pretende fazer em relação às sistemáticas situações de poluição que vêm transformando o rio Douro num autêntico esgoto, designadamente as descargas recentes de nafta que aí se vêm verificando, e se apoiaria a hipótese de a bacia hidrográfica do rio Douro ser considerada uma zona de reserva ecológica, como há muito as associações ambientais do distrito do Porto vêm reclamando.

Em segundo lugar, a Sr.^a Deputada falou, e muito bem, sobre a importância vital da água. Gostava de saber qual a opinião do seu partido no que se refere ao processo de privatização deste sector, anunciado pelo Governo. Como sabe, a água é um recurso estratégico, vital, é uma questão de soberania nacional e é daqueles últimos redutos onde o Estado tem permanecido, por essa Europa e por esse mundo fora, como garante da qualidade, como obstáculo às lógicas de lucro e, acima de tudo, como regulador interveniente activo. Assim, pergunto: o que pensa a Sr.^a Deputada e o seu partido a propósito da privatização deste sector?

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Gonçalves.

A Sr.^a Isabel Gonçalves (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, as sistemáticas situações de poluição no rio Douro, que referiu, infelizmente, têm como causa o pouco que tem sido feito, bem como a falta de actuação a nível ambiental, neste domínio.

Vozes do CDS-PP: — Exactamente!

A Oradora: — Relativamente à questão vital, que referiu, da água, e porque tenho muito pouco tempo, direi apenas que apoiámos o Programa do Governo e essa questão está aí referida. O Programa foi discutido e aprovado e, portanto, merece todo o nosso apoio.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Teixeira Lopes.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Pretendo abordar uma questão que liga, precisamente, as temáticas deste próprio Ministério, designadamente no que se refere a uma tríade que me parece indissociável, os transportes urbanos, o ordenamento urbano e a poluição sonora e atmosférica.

De facto, ao contrário de um velho adágio alemão, que dizia que os ares da cidade libertam, verificamos cada vez mais que os ares da cidade intoxican. Parece-nos fundamental, por isso, reduzir os movimentos pendulares como uma das prioridades para o combate à poluição atmosférica e sonora, aproximando a casa do trabalho.

Naturalmente, esta questão relaciona-se — e de que maneira! — com a questão do parque habitacional, com

medidas que evitem a degradação do centro das cidades, com a recuperação urgente dos edifícios degradados. Reparem, Sr.^{as} e Srs. Deputados, que a recuperação da habitação representa apenas 4%, face à construção nova, perante uma média europeia que ronda os 33%.

Impõe-se, por isso, porque é necessário, de facto, reduzir a distância casa/trabalho para reduzir também o uso do automóvel e melhorar os níveis de qualidade do ar, revitalizar igualmente o mercado de arrendamento e ter uma política fiscal adequada para incentivar a recuperação dos edifícios degradados.

Impõe-se, também, a tomada de uma medida simples, o uso de aparelhos de medição do ar que permitam a informação imediata e precisa a todos os cidadãos.

De quando em vez, somos informados que a qualidade do ar das nossas cidades é irrespirável, mas apenas de quando em vez! Seria necessário que cada cidadão tivesse informação actualizada diariamente sobre essa qualidade do ar. Por isso, gostaríamos que o Governo tomasse medidas a este respeito.

Por outro lado, parece-nos também que importa modificar a visão sobre os transportes públicos, enquadrando-os numa prioridade clara, não tendo receio de fazer discriminação positiva, fazendo baixar, inclusivamente, o preço dos transportes públicos e melhorando as estruturas de circulação, de forma a permitir vias próprias para os transportes públicos, o que propiciaria não só rapidez mas também aumento da frequência dos mesmos, e, obviamente, melhorando a sua comodidade, porque os transportes públicos não podem ser, como são, hoje, nas nossas cidades, autênticas situações de desconforto permanente.

Parece-nos também que importa contrariar a lógica (que, está claro, dá muito lucro) de construção de parques subterrâneos, para atrair ainda mais o trânsito às cidades. Importa construir parques na orla periférica das cidades e reservar os parques subterrâneos, existentes ou em construção, para os moradores locais.

Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Importa igualmente favorecer os meios de transporte alternativos, não como medida «folclórica» ou lúdica mas como garante real de possibilidade de utilização, por exemplo, de ciclovias, as quais devem ser o mais extensas possível, sempre que o relevo o permita. Mas importa, acima de tudo, dar prioridade ao peão, aos trajectos pedestres e pedonais, e a revitalização das áreas comerciais tendo em conta este atrativo adicional. Trata-se de medidas que esperamos que venham a ser cumpridas, medidas que têm tudo que ver com a articulação de que este Ministério se reclama e que são urgentes para que a qualidade de vida das nossas cidades seja aquilo que merecemos.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Em vésperas da Cimeira de Joanesburgo, onde também se avaliarão os 10 anos decorridos sobre a Conferência do Rio, é fundamental pensar e debater o desenvolvimento sustentável, o que deveria, aliás, ter acontecido nestes 10 anos.

Neste debate, não vou deter-me com a preparação e as expectativas sobre a Cimeira de Joanesburgo, na medida em que esse debate, por proposta de Os Verdes, tem estado a ser feito, em sede de comissão parlamentar, com diferentes organizações e entidades. O que quero aqui expressar, nos escassos minutos que tenho para intervir, é que insistir em pensar o desenvolvimento sustentável sem, ao nível interno, assumir o ambiente como uma das suas quatro componentes, é negá-lo em definitivo.

Ora, as posições e as medidas pontuais que o Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente tem tomado revelam, precisamente, que este Governo continua a entender o ambiente como algo sectorial e, pior, como um obstáculo ao desenvolvimento.

Veja-se a relação causa/efeito, hoje aqui novamente assumida, que o Sr. Ministro faz entre a reserva ecológica nacional e o despovoamento do interior. Sr. Ministro, a reserva ecológica nacional permite garantir sustentabilidade! Olhe, por favor, para as outras razões de despovoamento! Então, as escolas encerram porque as pessoas saíram do interior por causa da REN?! O encerramento dos ramais ferroviários deveu-se também ao facto de as pessoas terem saído do interior por causa da REN?! O mesmo terá acontecido por causa da destruição da política agrícola ou do investimento na valorização de actividades nos espaços rurais, por exemplo, no turismo rural?!

Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, a acção pelo ambiente quer-se transversal; por isso, nos preocupam também as declarações de responsáveis do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação, referindo que no sector dos transportes a prioridade vai para recuperar o atraso na construção de estradas. Mais rodoviário, mais betão!... Sempre esta prioridade dos governos do PSD, também!

Estas opções políticas, tal como, por exemplo, a decisão de manter a SECIL, pelo menos por mais 20 anos, no Parque Natural da Arrábida, vão contra uma visão integrada de desenvolvimento.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O problema do estado do ambiente, em Portugal, não reside na falta de legislação ou em má legislação ambiental. O problema é essa legislação não ser cumprida. Veja-se a Lei de Bases do Ambiente, que determina a concretização de instrumentos fundamentais para uma política integrada para o ambiente e que não são elaborados! Veja-se a lei-quadro das áreas protegidas, de acordo com a qual já cerca de uma dezena de áreas protegidas teriam perdido a sua classificação por falta de plano de ordenamento.

Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente: Passou o governo do PSD, passou o governo do PS e ouviu-se falar em *n* prazos para a conclusão dos planos de ordenamento. Agora, o Sr. Ministro apresentou novos prazos. Agora, é mesmo só «ver para crer»!

Veja-se, por exemplo, a lei do ruído, já excepcionada por este Governo com uma portaria que, afinal, vem permitir voos entre as 0 e as 6 horas em aeroportos portugueses. Veja-se a lei de tratamento dos resíduos industriais, que dita regras claras, também, Sr. Ministro, para a descontaminação de solos, e veja-se também o plano estratégico para os resíduos hospitalares, relativamente ao

qual ainda não percebemos, afinal, que política é que este Governo pretende seguir, no que se refere a este tipo de resíduos.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Sr.^a Deputada, esgotou o seu tempo.

A Oradora: — Sr. Presidente, termino referindo o seguinte: quando a componente ambiente, juntamente com a componente social e económica, ditar efectivamente uma diferente governabilidade, incluindo diferentes opções políticas, então, aí sim, o desenvolvimento sustentável terá «pernas para andar». Este Governo, até agora, tem dado provas de que não vai contribuir nesse sentido.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Tem a palavra o Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, para uma curta intervenção, no tempo que lhe resta.

O Sr. Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente: — Sr. Presidente, Sr.^a e Srs. Deputados: Algumas breves palavras finais apenas para dar alguns esclarecimentos relativamente a duas questões, sendo a primeira relativa à questão dos planos. Devo dizer que irão ouvir falar, a partir de agora e com este Governo, muito mais em ambiente e em ordenamento do território. Ouviram falar muito em ambiente e passarão a ouvir falar em ambiente e ordenamento do território, porque não haverá uma política de ambiente devidamente sustentada se não houver ordenamento do território.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Também estranho que continuem a fazer-se referências ao papel deste Ministério e à sua posição hierárquica quando um dos grandes problemas do Ministério do Ambiente no anterior governo era, precisamente, o das dificuldades de relacionamento com o Ministério do Planeamento. Serviços como as comissões de coordenação regional (CCR) e as direcções regionais do ambiente e do ordenamento do território (DRAOT) viviam numa guerra permanente que, naturalmente, deu azo a que os planos, por exemplo, de ordenamento de parques e de outras áreas protegidas, não tenham prosseguido porque os contratos estavam mal negociados, porque não havia cartografia, porque não havia uma metodologia de elaboração desses planos, porque havia inércia do Instituto da Conservação da Natureza e desvalorização do mesmo por parte do governo.

Portanto, isto levou a que uma das primeiras iniciativas que o Secretário de Estado Adjunto e do Ordenamento do Território tomou tenha sido, por exemplo, a sua deslocação ao Algarve, para dar andamento ao plano da orla costeira de Vila Real de Santo António a Vilamoura, que teve de envolver todos os organismos: o Instituto da Conservação da Natureza (ICN), o Instituto da Água (INAG), as DRAOT, as CCR, as câmaras municipais! Ninguém tinha falado com os presidentes das câmaras municipais!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Extraordinário!

O Orador: — Como é que é possível fazer planos de ordenamento sem envolver as câmaras municipais? É preciso articular o Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) com os planos directores municipais, com os planos de orla costeira e com os planos dos parques naturais e das áreas protegidas! É fundamental que tudo isto seja feito e não o tinha sido, mas já está a sê-lo! É por isso que os planos estavam na gaveta, mas agora vão «andar»!

Por que é que quer o plano da orla costeira de Vila Real de Santo António/Vilamoura quer o de Sintra/Sado estavam parados? Pensem só um minutinho, Srs. Deputados... Possivelmente, porque eram os planos mais difíceis, dado que são os das zonas que sofrem uma maior pressão. Ora bem, esses planos estiveram parados por alguma razão, até por razões de natureza política, por razões de ciclos eleitorais. São os próprios dirigentes dos organismos nomeados pelo anterior governo que dizem e assumem isso!

Por conseguinte, é necessário articular esforços, pondo todos a trabalhar.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Sr. Ministro, o tempo de que dispunha já se esgotou.

O Orador: — Terminei já, Sr. Presidente.

Quero apenas referir mais uma questão, que é a estratégia para um orçamento sustentável. Pretendemos que essa estratégia não seja do Governo mas, sim, do País e, por isso, é importante o contributo de todos.

Aguardo com ansiedade o contributo que será dado a esta discussão por todos os grupos parlamentares em geral, mas muito particularmente pelo Grupo Parlamentar do PCP,...

Vozes do PSD: — Essa não dá contributos!

O Orador: — ... porque todos nós desejamos que do «borrão» se passe, de facto, a um documento importante que seja assumido pelo País e pelos portugueses e para isso o contributo do PCP é fundamental.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Para intervir, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Silva Pereira.

Dispõe do tempo que lhe foi cedido pelo Bloco de Esquerda, que é 1 minuto e 38 segundos.

O Sr. Pedro Silva Pereira (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Sr. Ministro não resistiu a dizer, nesta Assembleia, mal de quem o antecedeu,...

Vozes do PSD: — Disse uma verdade!

O Orador: — ... e isso não lhe fica bem. E o Sr. Ministro também não respondeu a nenhuma questão: não disse o que vai fazer aos resíduos industriais perigosos; não disse quanto vai gastar em esporões para defender a torres Ofir; não desmentiu aquilo que disse ao jor-

nal *Expresso*, de que não é por acaso que os Estados Unidos da América não subscreveram o Protocolo, talvez porque houve uma posição muito radical da Europa;...

O Sr. José Sócrates (PS): — Radical?

O Orador: — ... nem desmentiu o desinteresse dos seus outros colegas de Governo pelas questões ambientais. Aliás, fez mesmo um discurso mais próprio da oposição, quando se referiu aos seus colegas de Governo, chegando mesmo a dizer que não era de todo possível que o Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente e o Ministro da Economia se entendessem.

Mas, Sr. Ministro, se faz oposição aos seus colegas de Governo, então, faça pelo menos oposição construtiva: junte-se a nós, vamos todos fazer força, em conjunto, para que os seus colegas de Governo façam alguma coisa pelo ambiente.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Srs. Deputados, está esgotado o debate sobre política do ambiente. Vamos passar à discussão, na generalidade, do projecto de lei n.º 57/IX — Lei de bases da família (CDS-PP).

Para proceder à sua apresentação, tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputadas, Srs. Deputados: O CDS-PP retoma hoje um tema e uma proposta que, naturalmente com diferenças circunstanciais, vem, em bom rigor, a ser apresentado por nós a esta Câmara desde pelo menos a IV Legislatura, nos idos de 80.

Ao retomar o tema, fazemo-lo com a consciência de que o projecto que agora apresentamos é tão relevante como esse primeiro projecto do CDS-PP sobre política de família.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Mais, fazemo-lo com a convicção de que, no mundo de hoje e no Portugal do início do século XXI, nunca como nos tempos que correm se terá feito sentir tão dramaticamente a necessidade da presença forte de uma instituição natural, estruturante, de uma sociedade justa e equilibrada e de uma célula social tão antiga como o próprio homem.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Nunca tanto como hoje se terá feito sentir a necessidade de, para a realização humana plena, devolver à família o seu papel central na sociedade.

Sr. Presidente, Sr.ª Deputadas, Srs. Deputados: O projecto que hoje apresentamos é tributário, como dissemos, da iniciativa que aqui o CDS-PP apresentou e, muito em particular, dos projectos apresentados nas VII e VIII Legislaturas

pelas vozes competentes e autorizadas da Sr.ª Dr.ª Maria José Nogueira Pinto e, mais recentemente, do Sr. Deputado Basílio Horta, a quem nesta matéria também tomou o testemunho, bem como ainda de várias propostas e iniciativas apresentadas pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, entre as quais o projecto aqui apresentado pela Sr.ª Deputada Maria Eduarda Azevedo e as intervenções feitas nesta matéria pela Sr.ª Deputada Ana Manso.

Reapresentar este projecto é a medida da nossa prudência, mas também, certamente, a medida da nossa perseverança. Ao fazê-lo novamente quero sublinhar essas intervenções tão relevantes, mas também um facto que consideramos assinalável: o de estes dois últimos projectos terem beneficiado de um contributo inestimável dos jovens do Partido Popular e de também por isso sentir que estou a apresentar uma ideia com passado mas também, certamente, uma ideia com futuro.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Os jovens percebem melhor do que nós, os mais velhos, que vivemos tempos de mudança, e de mudanças rápidas. Vivemos numa era de relativo conforto material, de tranquilidade democrática, em plena revolução tecnológica, e de acesso à informação. E ainda bem que assim é, é o progresso.

Mas vivemos também numa era marcada pelo crescimento de fenómenos preocupantes de desagregação social, de violência, de egoísmos, de delinquência, de crescimento das dependências, de exclusão ou de solidão. Estas são, há anos, realidades crescentemente preocupantes, e mais preocupantes se pensarmos que afectam de forma mais grave e mais dura os mais fracos e os mais desprotegidos, que afectam de forma mais dura e mais cruel as crianças, os jovens ou os idosos.

A pergunta que podemos fazer a todos, sem excepção, é a de qual será a melhor resposta para estes fenómenos tão ligados aos individualismos, ao consumismo e à agressividade dos tempos que correm.

Qual a resposta social mais eficaz quando se exige um compromisso indestrutível no plano da solidariedade? A resposta é óbvia: é sempre no quadro da unidade familiar que encontramos a resposta mais eficaz, porque esta é baseada em laços de solidariedade indestrutíveis, porque é uma comunidade natural, porque a família, normalmente, continua a lutar mesmo quando um dos seus membros baixa os braços, porque a família se lembra, ou sobretudo se lembra, quando o Estado já se esqueceu.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Se não fosse a solidez dos laços familiares na nossa tradição portuguesa bem mais difícil teria sido a integração de 1 milhão, ou de mais de 1 milhão de portugueses que depois da revolução e da descolonização regressaram a Portugal, muitas vezes sem nada para sobreviver.

Aplausos do CDS-PP.

Valorizar a família, dar unidade e sentido à política familiar e estabelecer um quadro coerente e global para as várias políticas sectoriais com relevância para a família são a razão e o objectivo deste projecto de lei.

Ao apresentá-lo, assumimos ainda a intenção de trazer para o centro do debate político uma preocupação comum, de cidadãos comuns, a de pôr no centro do debate parlamentar, tão marcado na legislatura anterior por todos os temas de todas as minorias, uma preocupação enfim maioritária.

Vozes do CDS-PP: — Exactamente!

O Orador: — É tempo de pensar nessa maioria de cidadãos comuns, tranquilos, banais, que são a maioria dos portugueses, que vêem na família a instituição mais importante e mais sólida, e isso é, para eles, um sentimento de compreensão natural e genuíno.

É tempo de pensarmos nos cidadãos e nas famílias que precisam, antes do mais, que o Estado e a política lhes concedam um direito fundamental: o de educarem os seus filhos de acordo com os seus próprios valores.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — É tempo de querermos e de colocarmos no centro das nossas políticas os pais e as famílias que, nos centros urbanos, endividados na compra da casa ou do carro, gastam horas sem fim nas deslocações e esperam tão-só uma conciliação entre a sua vida de trabalho e a sua vida familiar para ganharem o direito de serem educadores dos seus próprios filhos.

É tempo de pensarmos num coeficiente familiar ao nível das políticas fiscal e de segurança social que proteja as famílias e, em particular, os jovens casais que desejam constituir família e ter filhos.

É tempo de pensarmos na protecção especial das famílias numerosas, estabelecendo uma base de discriminação positiva que permita apoiá-las.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — É tempo de assumirmos a preocupação maioritária dominante de tantos portugueses que, esgotados pela falta de tempo para a família, pela falta de tempo para viver, conscientes das dificuldades do sistema escolar, se vêem substituídos na educação dos seus filhos por dois novos educadores: a rua e a televisão — nenhum dos dois, diga-se de passagem, particularmente feliz ou bem sucedido.

Aplausos do CDS-PP.

Em relação ao segundo educador de facto, a televisão, é tempo de darmos às famílias o direito de não verem os seus filhos expostos, em qualquer dia e em qualquer hora, à exibição sistemática da violência e da pornografia.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — O projecto que reapresentamos poderá ser criticado por alguns por se limitar, no que diz respeito à incumbência do Estado de assegurar a qualidade de vida em vários domínios, ao que já vem referido no artigo 67.º da Constituição da República Portuguesa.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Bem lembrado!

O Orador: — Na nossa opinião e ainda que assim seja, Sr. Deputado Bernardino Soares, já não era sem tempo.

O projecto poderá ainda ser criticado por aqueles que prefeririam, em vez da consagração da maternidade e da paternidade como valores sociais imanentes, uma discussão sobre uma qualquer pílula do dia seguinte;...

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — ... ou pelos que prefeririam discutir, em vez da consagração de um conjunto de direitos e de deveres para a família, o regime das uniões de facto alargando-as a novas realidades,...

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — ... ou por alguns que, em vez do reconhecimento do papel fundamental das famílias na recuperação dos toxicodependentes, certamente preferiram discutir as «salas de chuto».

São opções. Os críticos não deixarão, certamente, de ver no nosso projecto um arremedo passadista marcadamente ideológico ou mesmo religioso.

Que fique claro que a questão da política da família não é, para nós, uma questão essencialmente ideológica, nem religiosa, como sempre dissemos.

A Sr.ª Sónia Fertuzinhos (PS): — Nota-se!

O Orador: — Trata-se de uma questão iminentemente política, de organização social, e só será essencialmente ideológica para aqueles que consideram a desagregação da família ou mesmo a sua destruição, enquanto instituição, uma vitória política.

Aplausos do CDS-PP.

Esses são, felizmente, muito poucos e constituem uma minoria absoluta e muito radical.

Por outro lado, somos os primeiros a reconhecer que se a realidade da família se reporta a um conceito estável na sua essência ele é evolutivo e sensível à realidade social e aos tempos. E, por isso, propomos uma discriminação positiva a favor da famílias monoparentais, realidade crescente, que para o desempenho da sua função necessitam, obviamente, de uma protecção especial.

Por isso, também propomos o reconhecimento do papel essencial da família na integração dos imigrantes, atendendo às suas necessidades, bem como o reconhecimento do

reagrupamento familiar enquanto política essencial do Estado. É o reconhecimento da urgência daquilo que Francisco Lucas Pires definiu numa expressão feliz, que cito: «A família é, de facto, o verdadeiro porto de abrigo das novas mobilidades em perspectiva».

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Termino deixando à Câmara uma pergunta essencial e pedindo, para o efeito, emprestadas as palavras da Sr.^a Deputada Maria do Rosário Carneiro, aqui, em 5 de Abril de 2001. Dizia a Sr.^a Deputada: «É, pois, chegado o momento (...). Ao fim de 20 anos, haverá finalmente coragem para produzir uma lei-quadro que contemple as famílias, que, por acaso, simplesmente por acaso, ainda representam a comunidade (...) maioritária e constituem o elemento fundamental da vida em sociedade».

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Cito a Sr.^a Deputada não para condicionar qualquer posição que queira tomar neste debate mas, bem pelo contrário, com consideração e estima, recordando que V. Ex.^a é, com toda a simpatia, obviamente, irmã do primeiro político que, em Portugal, colocou esta matéria na agenda política.

A Sr.^a Sónia Fertuzinhos (PS): — Então, ouça bem o que a Sr.^a Deputada vai dizer!

O Orador: — Com efeito, Adelino Amaro da Costa, foi o primeiro e recordo, a propósito, um texto de 1980, em que o insigne estadista, citando essa invulgar manifestação do verbo que é João Paulo II, dizia «Que se fale pois, no fim deste ano e no limiar do ano novo, dos direitos de todas as crianças, que se fale da sua dignidade, do que significam na nossa vida: na vida de cada família e de cada nação».

Todos os que se revêm nas correntes políticas que têm por referência o humanismo personalista, democrata-cristãos ou sociais-democratas, partilham certamente esta convicção comum de transmissão de valores de tradição e de progresso.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — O desafio que fazemos aos que, reenvendo-se noutras tradições políticas, designadamente no humanismo laico de tradição socialista e republicana, possam querer ver nesta proposta o risco de uma concepção passadista ou conservadora é o de, em colaboração com as associações de família, sermos capazes de fazer da família não só o factor de correcção fundamental dos erros e ineficiências dos individualismos liberais ou do paternalismo estatista mas o maior factor de equilíbrio da sociedade e, enquanto tal, um vector fundamental de acções concretas a favor daquele que deve ser sempre o nosso maior objectivo comum — e, aqui, falo para todos — que é a realização, com a família, de uma verdadeira justiça social.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Telmo Correia, antes de mais, quero começar por referir, saudando-a, a importante jornada de luta que hoje se processa em vários pontos do País,...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O tema é outro!

O Orador: — ... com milhares de trabalhadores a manifestarem a sua opinião, o seu protesto, a sua justa contestação à política de precariedade, de baixos salários, de aumento do custo de vida e também de alteração prometida da legislação laboral no sentido da diminuição de direitos e do ataque à segurança social que este Governo nos propõe.

Protestos do CDS-PP.

É em solidariedade com essa luta e afirmado o nosso empenhamento em contribuir para ela que suscite esta questão aqui, na Assembleia da República.

Aplausos do PCP.

Protestos do CDS-PP.

E, para descansar os Srs. Deputados do CDS-PP, devo dizer que esta não é uma matéria que não tenha conexão com o debate que estamos aqui a fazer. É que não há melhor maneira de defender as famílias, a sua qualidade de vida e os seus direitos do que defender uma sociedade em que os direitos de quem trabalha, a protecção social e a segurança social pública sejam defendidas.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — E essa é a incongruência que existe entre o discurso do CDS-PP e o seu projecto e a prática que, depois, sabemos que defende em cada caso concreto.

Bem vi que o Sr. Deputado Telmo Correia, e fez bem em lembrá-lo, embora de forma, digamos, cordata, dirigiu uma palavra ao Partido Socialista, que, como bem nos lembramos, há um ano atrás, sensivelmente, vos «deu a mão» na viabilização deste projecto que, hoje, voltamos aqui a discutir.

Vozes do CDS-PP: — E deu muito bem!

O Orador: — Bem vi a referência cordata que o Sr. Deputado Telmo Correia fez.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Nós não somos do contra pelo contra! Isso é com vocês!

O Orador: — Mas quero dizer-vos, particularmente ao Sr. Deputado Telmo Correia, que nem o CDS-PP nem nin-

guém é proprietário da defesa da família; a defesa da família e dos valores que preservem a vida familiar e tudo o mais, são questões importantes. Agora, o que parece perpassar nas intervenções do CDS-PP e no seu projecto é uma certa contraposição entre o papel da família e o papel do Estado. Parece sempre que o CDS-PP está muito preocupado em dar tudo à família, em responsabilizar a família, mas parece que isso quer esconder uma certa desresponsabilização do Estado em matérias tão importantes como as são abordadas neste projecto.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Mas leu a lei?!

O Orador: — De resto, o Sr. Deputado Telmo Correia há-de explicar a esta Câmara que preocupação com os jovens casais, que estão a querer formar família, ou que preocupação com as pessoas, que, no trânsito para casa, pensam no seu endividamento, tem um partido que aceita que a bonificação ao crédito desapareça e que aceita, por essa via, que os jovens casais e todas as famílias que querem adquirir casa própria tenham a sua vida mais dificultada. Onde está, então, a vossa defesa da família?!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Essa é que é essa!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não é uma família materialista!

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado João Teixeira Lopes.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Telmo Correia, fala-lhe, então, o Deputado da minoria absoluta e radical, para lhe lembrar, antes de mais,...

Vozes do CDS-PP: — Acusou o toque! «Enfiou a carapuça»!

O Orador: — «Enfiei a carapuça» com muito gosto, pois são epítetos que não recuso!

Vozes do CDS-PP: — Ah!

O Orador: — Mas quero dizer-lhe, Sr. Deputado Telmo Correia, que há radicalismos e radicalismos. O meu radicalismo é o da intervenção e da mudança social e o radicalismo do partido a que V. Ex.^a pertence, tal como muitos jornais lembraram, aquando das últimas eleições, é um radicalismo que, segundo esses jornais, coloca o líder do seu partido na galeria de figuras tão ilustres como o Sr. Le Pen ou o Sr. Haider.

Protestos do CDS-PP.

Vão desculpar-me mas, obviamente, agradecia que me deixassem falar.

Sr. Deputado Telmo Correia, quero questioná-lo sobre algumas das bases deste projecto de lei.

Na Base VI, os senhores referem o estreitamento das relações de solidariedade entre gerações. Muito bem! Como é possível promover vínculos intergeracionais quando os senhores aprovam as restrições ao rendimento mínimo garantido, não permitindo que jovens com menos de 25 anos possam auferir esse rendimento, ficando na dependência dos seus pais e contribuindo para situações de potencial conflito dentro da própria família e de insatisfação, perante jovens que não conseguem constituir família?! Como é que se pode falar de estreitamento de relações de solidariedade entre gerações quando, no novo regime de segurança social que se prevê, o «plafonamento» vai precisamente quebrar os vínculos de solidariedade entre essas gerações?!

Na Base XI, referem também o direito ao reagrupamento familiar das famílias de imigrantes. Que discurso contraditório, perante uma campanha eleitoral baseada no incitamento a posições muitas vezes xenófobas em relação aos imigrantes! Que contradição!

Vozes do CDS-PP: — Não é verdade!

O Orador: — Não é verdade?! Haveria dezenas de citações de jornais que, certamente, esclareceriam a minha posição.

Reconheço, no entanto, que se trata de um bom princípio. O reagrupamento familiar é, sem dúvida, um ponto que saudamos. Esperamos que o Governo que o Sr. Deputado Telmo Correia apoia seja congruente com esta perspectiva, quando apresentar o seu pacote legislativo sobre imigração.

Na Base XIII refere-se, igualmente, a qualidade de vida da família, na saúde, na educação, na habitação. As políticas sociais do Governo que apoia, Sr. Deputado Telmo Correia, têm feito o possível e o impossível para desestruturar a vida das famílias, no que diz respeito à sua qualidade, à sua estabilidade e à decência de uma vida com um mínimo de condições. Falo, obviamente, das facilidades que vão existir ao nível do horário de trabalho, prejudicando, obviamente, a conciliação entre vida familiar e vida profissional, falo desse escândalo que é o despedimento de mulheres grávidas e a ausência de medidas eficazes para combater esse flagelo.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Tem de concluir, Sr. Deputado, dado que esgotou o tempo de que dispunha.

O Orador: — Falo, por isso, de um discurso profundamente contraditório, do discurso das boas consciências, que é constantemente contraditório com aquela que é a prática governativa do Governo que apoia e com aqueles que são os discursos passados e presentes do vosso próprio partido.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Ó Sr. Deputado, despedimento de mulheres grávidas?! Onde é que viu isso?!

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Sr. Presidente, permite-me o uso da palavra?

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Pede a palavra para que efecto, Sr. Deputado?

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Sr. Presidente, vejo-me confrontado com a seguinte situação: pedi a palavra e, certamente, usarei da palavra para responder ao Sr. Deputado Bernardino Soares e àquilo que na intervenção do Sr. Deputado João Teixeira Lopes se traduziu numa pergunta, mas, simultaneamente, não posso deixar de pedir a palavra a V. Ex.^a para o exercício do direito de defesa da honra da minha bancada, perante as comparações e acusações que foram feitas pelo Sr. Deputado João Teixeira Lopes, de xenofobia ou extremismo radical, em relação à minha bancada e ao meu partido.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Tem a palavra para esse efeito, Sr. Deputado.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Sr. Presidente, vou, então, ser muito simples e muito directo, porque também não quero que o Sr. Deputado Teixeira Lopes, até pela simpatia que tenho por ele — e acredeite que tenho —, me leve a mal. O Sr. Deputado Teixeira Lopes é uma pessoa naturalmente simpática e tolerante que, quando se toma de assomos nessa bancada ou em campanha, porque também deve ser assim em campanha, desata a gritar insultos para onde calha, designadamente para onde está virado, que é para a frente, como é normal e como todos aqui estamos.

Risos do CDS-PP.

Mas, Sr. Deputado, quero apenas dizer-lhe uma coisa: sei que um qualquer jornal alemão, se não estou em erro, que, provavelmente, estará a ser escrito na Alemanha com base em conhecimentos muito pouco reais sobre a sociedade portuguesa, sobre o meu partido, sobre os partidos da maioria e sobre este Governo, fez essas insinuações. Admito que um alemão mal informado e que, se calhar, mal consegue ler aquilo que vê em português, cometia esse tipo de erros, agora, que um português, que vive aqui e está sentado nesta Câmara, o faça, parece-me grave e preocupante.

Vozes do CDS-PP: Muito bem!

O Orador: — Sem querer alimentar esta polémica, digo-lhe apenas que citei hoje, aqui, no debate, Adelino Amaro da Costa. Lembro-me de que foi ele que disse aqui, uma vez, quando estava em causa ou podia estar em causa a democracia — e está aqui o Deputado Basílio Horta que, certamente, se recordará —, «Nós, se tivermos dúvidas, estaremos sempre do lado da barricada da democracia».

Vozes do CDS-PP: Muito bem!

O Orador: — Assim tem sido, desde há 28 anos!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Quando os senhores a queriam pôr em causa!

O Orador: — O senhor chegou agora e já começou a insultar quem, aqui, há 28 anos, defende a democracia.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Não o aceitamos nem o admitimos de forma nenhuma!

Quanto à expressão «xenófoba», xenófoba será outra minoria qualquer, não sei se a sua ou se outra, mas isso, em qualquer caso, é um problema de minorias radicais que nada têm a ver connosco.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Deputado João Teixeira Lopes.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Telmo Correia, a simpatia é recíproca. Estamos, obviamente, num debate político, num debate ideológico e de forma alguma num debate pessoalizado.

O que lhe quero dizer, de forma muito clara, é que reitero em absoluto o que disse a propósito do incitamento a posições xenófobas do líder do seu partido durante a campanha eleitoral, designadamente no que diz respeito aos ciganos e ao rendimento mínimo. Isto está amplamente divulgado pela comunicação social!

Por isso mesmo, se os senhores querem ter a imagem de respeitabilidade que, agora, no Governo, em estranha metamorfose, conseguiram adquirir, têm de ser congruentes com a vossa prática.

Mas permita-me também que lhe diga que as nossas concepções de democracia são, de facto, diferentes e que, muitas vezes, no passado recente e no passado histórico do pós-25 de Abril, dizer-se que os senhores estiveram do lado da democracia é, de facto, uma visão que peca, sem dúvida alguma, por um excesso de generosidade para convosco próprios.

Protestos do CDS-PP.

E decerto que recuso o seu paternalismo em querer darm-me lições de democracia...

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — É a democracia que lhe permite estar aqui!

O Orador: — ... porque esse paternalismo, que é tão patente na vossa bancada em relação a tudo o que diz respeito a assuntos sociais, é o paternalismo daqueles que recusam precisamente a autonomia pessoal, o indivíduo e, acima de tudo, a capacidade de expressão de pensamento crítico e intervencivo.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — É exactamente o contrário!

O Orador: — Portanto, Sr. Deputado Telmo Correia, peça ao líder do seu partido que se contenha nas campanhas eleitorais — ele, sim, é que tem de se conter nas campanhas eleitorais! —, para, depois, os senhores não terem de ouvir aquilo que não gostam.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Vou lhe-lhe os Estatutos do PSR e, depois, vai ver o que é a democracia!

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Srs. Deputados, retomando o debate, para responder aos pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Teixeira Lopes, falo da democracia que lhe permite, a si, estar aqui hoje e usar da palavra. É dessa que falo e não de outra, nem é outra que está em causa, mesmo falando da forma como falou!

Sr. Deputado Bernardino Soares, deixe-me que lhe diga, de forma breve e rápida, o seguinte: V. Ex.^a fez referência a uma eventual incongruência nas nossas propostas, referindo a desvalorização do papel do Estado. Nesta matéria, se alguém poderá ser acusado de incongruência entre aquilo que aqui defende e aquilo que, em matéria de política geral, sempre admirou, são VV. Ex.^{as}.

De facto, se houve Estado que a tudo se quis substituir, que tudo quis fazer, que primeiro à família quis negar qualquer direito, foi precisamente nos modelos de que VV. Ex.^{as} são tributários, ou seja, no modelo da ex-União Soviética ou, eventualmente, no modelo de Cuba.

Protestos do Deputado do PCP Jerónimo de Sousa.

Ó Sr. Deputado, refiro-me a Cuba nas Caraíbas, não a Cuba no Alentejo, porque esta não tem problema de espécie nenhuma! Refiro-me a Cuba nas Caraíbas, onde, apesar de tudo, foi necessário reconhecer a importância do modelo familiar como forma de integração social.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Essa agora!

O Orador: — O Sr. Deputado fala-me na CGTP, na manifestação e nos protestos de hoje. Ouvi o líder da CGTP dizer, há uns dias atrás — aliás, ouvi o Sr. Primeiro-Ministro dizer hoje que há uma certa manipulação política da parte do vosso partido dessas manifestações —, que havia «gato escondido com o rabo de fora». O líder da CGTP disse isto! Não sei se, no caso, não há «sindicalista escondido com o comunista de fora». Essa é a minha dúvida essencial em relação a essas manifestações!

No que respeita às questões mais concretas que me coloca, Sr. Deputado, chamo-lhe a atenção para o facto de o Sr. Ministro da Segurança Social e do Trabalho ser, indiscutivelmente, uma pessoa sensível a estas matérias e a estes problemas.

Não sei se conhece o livro do Dr. António Bagão Félix, Ministro da Segurança Social e do Trabalho, que terei muito gosto em oferecer-lhe. Ora, a propósito do que

estamos a discutir, vou citar-lhe a seguinte frase desse livro: «A família é o útero social que conjuga na plenitude da sua natureza vida e trabalho, ter e ser, dar e transmitir». A frase consta da obra do Sr. Ministro da Segurança Social e do Trabalho, ilustrando certamente o seu pensamento sobre esta matéria.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Se o Sr. Deputado Bernardino Soares considera que há uma hipocrisia nossa em apresentar uma lei que prevê mais direitos para a família, mais tempo para a vida familiar e melhor conciliação com a vida laboral, bem como nas propostas que o Governo ou nós próprios possamos apresentar, então, o desafio que lhe faço, que serve também para o Sr. Deputado João Teixeira Lopes, é o seguinte: aprovem a lei connosco, a seguir exijam o seu cumprimento e verão se há ou não incongruências ou hipocrisias.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Esse é o desafio! Se consideram que esta lei é muito exigente e que as outras o não são, então aprovem-na para, depois, em conjunto, todos nós podermos exigir o seu cumprimento e dar à família os direitos que ela tem e merece!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Manso.

A Sr.^a Ana Manso (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Esta Assembleia é hoje novamente convocada a reflectir sobre as políticas sociais. Hoje, como então, debatemos um projecto que tem como objectivo o reconhecimento, a dignificação e a valorização da família enquanto pedra basilar da sociedade portuguesa. De facto, a família é considerada pela Constituição da República Portuguesa «como elemento fundamental da sociedade, tem direito à protecção da sociedade e do Estado e à efectivação de todas as condições que permitam a realização pessoal dos seus membros».

Esta orientação do direito político português revela bem a importância da família na função política e determina o feixe de normas jurídicas reguladoras da constituição, da existência e da realização da família.

Nesta esteira, a família constitui o eixo fundamental da orientação política e social do XV Governo.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Muito bem!

A Oradora: — No maior respeito pelos valores e princípios da pessoa humana, a família é considerada o pilar e a referência primeira da sociedade portuguesa. É de notar que mais de 80% dos portugueses consideram a família como a principal instituição.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Exactamente!

A Oradora: — Isto quer dizer que quatro em cada cinco portugueses consideram a família como a instituição mais importante da sociedade. Ficam, assim, contrariados os que pensam e insistem em considerar a família como algo do passado, que corresponde a um modelo estanque ou estereotipado.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Diga quem são esses!

A Oradora: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A família é, e continuará a ser, a nossa principal referência, o nosso porto de abrigo, onde encontramos o primeiro e mais marcante espaço de realização, desenvolvimento e consolidação da personalidade humana, no qual o indivíduo se afirma como pessoa e como cidadão.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — Isto apesar de nos últimos 20 anos a família ter sofrido importantes processos de transformação.

Com efeito, ao longo das últimas décadas, verificaram-se entre nós, à semelhança dos demais países ditos desenvolvidos, mudanças profundas e tensões diversas que alteraram o perfil e os índices demográficos, ao nível da fecundidade, da nupcialidade e do divórcio, que afectaram a família tradicional.

Por outro lado, a família sofreu também várias modificações no seu quotidiano: nas concepções, no sistema de valores, nos objectivos do vínculo conjugal, nos tempos e ritos familiares, nos papéis domésticos, nos papéis sociais e nas práticas familiares.

Na era da globalização, sentimos que tudo se conjuga para aumentar os constrangimentos ao secular espaço familiar, pondo em perigo a estabilidade e, direi mesmo, a sobrevivência da família.

Nos grandes centros a preocupação é maior e mais grave: a família corre o risco sério de ser atingida e mesmo desagregada. No entanto, e independentemente do facto de a família ser uma realidade em mutação permanente ou um espaço social dinâmico, ela deverá ser sempre um quadro relacional onde as grandes questões em causa são a afectividade, a solidariedade e o desenvolvimento integral da pessoa humana.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — Por tudo isto, Sr.^{as} e Srs. Deputados, torna-se imperioso assumir de novo a família como o sujeito das políticas sociais e recolocá-la no quadro da definição e da acção política. Foi este o compromisso que, no debate de 25 de Novembro de 2000, renovámos com as famílias portuguesas.

Afirmámos então que a família seria, segura e convictamente, um tema da nova agenda política do País. Afirmámos também que a agenda política do país reclamava uma política dirigida à família, de matriz transversal, coerente e integrada. Mencionámos ainda que Portugal devia

ter uma política activa de apoio à família e devia caminhar no sentido da sua valorização humana, social e cultural. Mais afirmámos que Portugal devia caminhar no sentido da valorização do papel da família como o coração da solidariedade entre diferentes gerações e da melhoria do bem-estar e da qualidade de vida.

Fizemo-lo em coerência e no respeito dos princípios que assentam no primado da pessoa e no reconhecimento do valor essencial que a família representa como seu grupo primeiro, mais natural e mais estruturante. Hoje, também como antes, reafirmamo-lo com a mesma convicção e sem quaisquer ambiguidades. Daí que, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Programa do Governo considere prioritária a protecção da família, a promoção e valorização do seu papel como elemento fundamental da sociedade. Fá-lo de forma clara e inequívoca, marcando a diferença e rompendo com um passado onde a família esteve arredada.

A quase inexistência de uma efectiva política de família nos últimos 6 anos...

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — ... e a ausência de um quadro de apoio à mesma, a par das transformações sociais, contribuíram para a degradação da família e do respectivo sistema de valores.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

A Oradora: — De facto, o PS, em política de família, disse uma coisa e o seu contrário. Não admira pois que, salvo honrosas excepções, o PS nunca tenha mostrado vontade política para com a família, antes tenha preferido apoiar várias iniciativas políticas que objectivamente se situaram contra a família.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — A hipocrisia foi de tal ordem que a própria Igreja se viu obrigada a emitir uma nota alertando para a sua gravidade e para o facto de essas iniciativas serem «um sinal inequívoco de um radicalismo contra a família» e «uma violenta agressão às consciências».

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, na última legislatura, numa postura concertada de «botar-abaixo», o PS rejeitou todas as iniciativas legislativas do PSD pró-família: a via verde para a família; o «cartão família»; os apoios à permanência e integração na família de idosos e pessoas portadoras de deficiência; o alargamento da redução de horário de trabalhadores com filhos que padecam de deficiências profundas ou de determinadas doenças susceptíveis de provocar estados terminais; o aumento dos limites da dedução à colecta de despesas de educação; o reforço das medidas de protecção da maternidade e da paternidade; por último, a lei de bases da família.

Curioso, ou talvez não, mas pelo menos elucidativo, ainda que não surpreendente, foi a pируeta em relação à lei de bases da família. Em cinco meses, o PS mudou radicalmente de posição, não por princípio — presumo —, mas por conveniência e oportunismo político. Não quis mudar o País, quis sobreviver a qualquer preço, e quem pretendeu sobreviver sem princípios acabou por morrer com justa causa.

No final, foi sem surpresas que a verdadeira lógica da política socialista veio ao de cima e com ela a derrota a 17 de Março. O registo histórico deste arcaísmo político ficou devidamente lavrado nos anais desta Assembleia.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A política de ziguezague, direi mesmo a política quase antifamília, do anterior Governo impediu a aprovação de um conjunto de iniciativas pró-família e penalizou a instituição família, principalmente em matéria fiscal e no acesso a bens e serviços de natureza social.

Dificilmente se entende como a família foi habitualmente enaltecidamente enfatizada nos discursos para depois, na prática, ter sido desprotegida, esquecida ou desvalorizada e, direi mesmo, agredida e penalizada.

Não admira, pois, que o ex-Primeiro-Ministro venha agora, passados três meses de ter abandonado o País, com lágrimas de crocodilo, reconhecer publicamente os erros da política social. É caso para dizer «é tarde demais», mas lá diz o povo «vale mais tarde que nunca»...

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Este Governo fala menos, trabalha mais, decide bem e age rapidamente.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

É o que basta aos Portugueses!

Demonstrou-o quando há dias acabou com o rendimento mínimo garantido e instituiu o rendimento social de inserção, menos «abandeirado», por certo, mas mais justo e solidário.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Há pois, hoje, condições para apoiar a família através de uma política efectiva que reconheça a sua alta missão social.

Há pois, hoje, condições para apoiar a família através de uma política coerente que valorize o seu papel enquanto elemento estruturante da sociedade portuguesa.

Há pois, hoje, vontade política e coerência para encontrar novas respostas no sentido de revitalizar e recolocar a família no centro da política social. Vontade política no sentido de pôr em prática uma dinâmica transversal de solidariedade social das famílias. Coerência no sentido de dar justo relevo à família e defender os seus direitos.

Para o PSD, a família como dimensão estratégica de relevância vital, como pilar da sociedade, e ainda pela sua transversalidade, exige que a política social seja nela direcionada. Daí que faça todo o sentido esta iniciativa do CDS-PP, que acolhe todo o nosso apoio, tanto mais que vem no sentido de iguais propostas apresentadas anteriormente pelo PSD e, infelizmente, rejeitadas pelo PS.

Esta iniciativa é a demonstração clara e inequívoca da grande sensibilidade e preocupação pelas questões sociais, pelas pessoas e pelas famílias.

Esta iniciativa é a demonstração clara e inequívoca da grande responsabilidade e coerência com as promessas eleitorais e com o Programa do Governo.

Esta iniciativa é a demonstração clara e inequívoca do grande interesse pelas questões económicas, fiscais, sociais, culturais e éticas da família.

O PSD, em sede de especialidade, reserva-se o direito de fazer todas as sugestões que considera necessárias para melhorar esta iniciativa, no respeito pelos princípios e valores da pessoa humana e da família.

Para o XV Governo, que quer um País mais próspero e socialmente mais justo, a solidariedade para com a família constitui um dos vectores fundamentais da orientação da política social. Nesse sentido, o Governo assumiu perante os portugueses, e está a cumprir, uma política social séria e coerente.

O PSD sustenta aquilo que sempre defendeu nesta matéria. Mantemo-nos, assim, coerentes com os princípios e valores da social-democracia na defesa intransigente da família enquanto pilar da sociedade portuguesa, que queremos socialmente mais justa e economicamente mais desenvolvida.

É por isso, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, que o PSD acolhe este projecto de diploma como um contributo útil, um instrumento de grande valia para o Governo, para a prossecução da sua política de família, da política da família portuguesa.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente Mota Amaral.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Vieira da Silva.

O Sr. Vieira da Silva (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A família é considerada, no nosso texto constitucional, elemento fundamental da sociedade, pelo que tem direito à protecção desta e do Estado e à efectivação de todas as condições que permitam a realização pessoal dos seus membros. Fica assim claramente expresso que, constitucionalmente, a família é feita de pessoas e existe para a sua realização, não podendo ser considerada independentemente das pessoas que a constituem, e muito menos contra elas.

As opções políticas que visam a família devem ser conjugadas no quadro de políticas de família com carácter global e integrado, definidas de forma participada. Trata-se de fazer integrar de forma coerente as várias políticas de incidência familiar (a habitacional, a social, a fiscal, a de planeamento familiar) a fim de valorizar os seus efeitos e resultados.

As questões da família e das políticas familiares são decerto áreas onde se justifica um debate político permanente e um esforço continuado de cumprimento das obrigações do Estado nos termos do texto constitucional. Algo

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

de bem diferente será fazer das questões da família tema de debate puramente ideológico, desligado de políticas concretas e de opções que comprometam, perante o País e o eleitorado, quem as assume. Esse seria, então, um debate não só estéril como perigoso para a construção de consensos sociais alargados em torno da concretização dessas políticas.

Pior ainda será utilizar este debate para introduzir, de forma não explícita, temas cuja importância política e social exigem um momento próprio e um enquadramento legislativo específico. Consideramos positivo que se aprofunde o modelo legal que concretiza os objectivos constitucionais para o apoio à família.

Tem o Partido Socialista a esse respeito um património recente de que se orgulha. Os governos do PS introduziram ou aprofundaram mudanças fundamentais para as famílias. No domínio da segurança social, através da reformulação das prestações familiares ou de dependência; através da protecção da maternidade e da paternidade; através da lei de protecção de crianças e jovens em perigo; através de investimentos sem paralelo no ensino pré-escolar ou nas creches; no programa de apoio à família e à criança; na integração social dos idosos. Com grande relevo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, no domínio fiscal, por exemplo, com a introdução do coeficiente conjugal 2, com a alteração das deduções fiscais para os filhos através do princípio da paridade, com as novas áreas de dedução fiscal (formação, educação extracurricular, creches, seguros de saúde), aspectos fundamentais para as famílias e relativamente aos quais nem sempre tivemos o apoio das bancadas dos partidos que agora suportam o Governo.

Consideramos que estas políticas devem ser prosseguidas, aprofundadas e melhoradas segundo duas perspectivas fundamentais: permitindo que as opções familiares dos portugueses se desenvolvam livremente e combatendo todas as discriminações negativas que afectam as famílias na sua diversidade; por outro lado, valorizando a família no universo das diferentes políticas económicas e sociais, já que através dela podem favorecer-se eixos fundamentais das políticas redistributivas essenciais ao progresso e à coesão social.

Este projecto de lei que hoje debatemos contém alguns objectivos com os quais, em diversos aspectos, nos identificamos, mas possui igualmente aspectos que nos merecem maiores reservas. Desde logo, porque é um projecto excessivamente repetitivo face aos preceitos constitucionais, o que põe em causa a sua pertinência, porque é um projecto confuso e, por vezes, até incompreensível,...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Na última legislatura não era!

O Orador: — ...o que põe em causa a sua eficácia. Também porque é um projecto paternalista, que atribui ao Estado funções e responsabilidades desproporcionadas, o que põe em causa a sua bondade, e porque é um projecto com bases erradas e desenquadradas, o que põe em causa a sua coerência como lei de bases.

Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Deputados: Este projecto já foi debatido na anterior sessão legislativa, sendo que o fim

da mesma veio interromper o seu processo legislativo. Na anterior legislatura o PS viabilizou a passagem à discussão na especialidade de um projecto em tudo idêntico a este, afirmando claramente que o fazia no pressuposto de ele sofrer mudanças significativas.

Protestos do CDS-PP.

As afirmações produzidas pelos proponentes e, principalmente, a manutenção de todas as características que julgamos profundamente erradas no actual projecto revelam claramente que não é essa a disponibilidade do CDS-PP. Se tivesse havido essa disponibilidade, uma lei de bases poderia ainda ser um instrumento útil para a promoção das políticas que favoreçam a livre opção dos portugueses e o apoio à família como instituição. Assim, desta forma, esta iniciativa transforma-se numa mera campanha propagandística, onde tantas vezes se avança demais e outras vezes se esclarece de menos.

Assim sendo, esta iniciativa só pode merecer do Partido Socialista um voto de rejeição.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Extraordinário!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Tanta coerência!

O Orador: — Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Deputados: É na concretização das políticas que o efectivo empenhamento dos partidos políticos no apoio às famílias se vai expressar, e aí os sinais da actual maioria não são animadores.

As alterações ao crédito à habitação, a visão redutora do agregado familiar proposta na lei do rendimento social de inserção, o efeito dos cortes do investimento público no domínio social são sinais preocupantes, e esses sinais valem mais que as declarações de princípio, por mais sonantes que se apresentem.

Aplausos do PS.

O PS continuará a afirmar a sua vontade para aperfeiçoar as políticas públicas que defendam a família na sua diversidade e no pleno respeito dos direitos fundamentais garantidos pela Constituição, e na medida em que essas políticas garantam a liberdade e a igualdade dos seus membros. É esse o nosso caminho e a ele permanecemos fieis!

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, chegámos à hora regimental das votações. No entanto, como o Sr. Deputado Telmo Correia se inscreveu para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Vieira da Silva, gostaria de saber se estão dispostos a conceder-lhe alguns minutos antes de as votações terem lugar.

Pausa.

Como não há objecções, tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Vieira da Silva, mais do que pedir-lhe um esclarecimento em concreto, o que desejo é assinalar mais um momento extraordinário, mais um momento fantástico que ocorreu nesta Câmara! O Sr. Deputado pode dizer o que disse daquela tribuna, mas terminar a sua intervenção com expressões como «o PS continuará» ou «permaneceremos fieis» é impossível, porque o partido é o mesmo e os senhores são os mesmos!

Felicitando a Sr.^a Deputada Ana Manso pela intervenção que há pouco produziu, passo a ler-lhe um pequeno texto, Sr. Deputado: «Sr.^a Deputada Ana Manso, não aceitamos essa classificação entre os bons e os maus e verifico que a sua acrimónia, (...)» — a de então — «(...) a sua animosidade só pode ter por base o facto de o Partido Socialista aqui ter anunciado que não viabilizará este projecto de lei do CDS-PP, destruindo, assim, qualquer tipo de argumentação contra o Partido Socialista.»

Sabe quem disse isto, Sr. Deputado?! Não foi a Sr.^a Deputada Maria do Rosário Carneiro, que, apesar de fazer parte da vossa bancada, é uma pessoa com valores próximos dos nossos! Foi o então vice-presidente da bancada do Partido Socialista, Dr. José Barros Moura!

Sr. Deputado Vieira da Silva, os senhores vieram aqui dizer que apoiam o nosso projecto anterior, mas, tirando duas pequenas inovações que lhe foram introduzidas, uma sobre imigração — melhoria que os senhores deviam acolher — e outra sobre violência na televisão — que esperamos venham a acolher —, o actual projecto é muito semelhante ao anterior, mantendo-se também a lógica da subsidiariedade. Os proponentes são os mesmos — eu estava cá na altura e participei nesse debate —, o País é o mesmo, as famílias são as mesmas, as preocupações são as mesmas e o PS dá mais uma extraordinária cambalhota! Porquê? A única coisa que mudou é que na altura tinha maioria e agora não a tem, porque perdeu as eleições.

Sr. Deputado, limite-me, pois, a registar que a sua intervenção foi um momento extraordinário!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Vieira da Silva.

O Sr. Vieira da Silva (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Telmo Correia, a minha resposta vai ser muito curta, sem desrespeito algum pela sua intervenção e pela sua pessoa, porque fui muito claro no que afirmei.

Sr. Deputado, a posição que o Partido Socialista aqui assumiu há uns meses atrás foi clara,...

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Agora também, só que é outra!

O Orador: — ... ou seja, nós não apoiamos o projecto do CDS-PP, apenas viabilizámos a sua discussão na espe-

cialidade em função de um conjunto de propostas alternativas que foram apresentadas pelo Partido Socialista.

Verificámos agora pelo novo projecto, que reproduz quase que na íntegra o anterior, que a vossa disponibilidade para trabalhar no sentido de haver consenso nesta área é nula...

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Da tribuna disse o contrário!

O Orador: — ... e que os erros, alguns dos quais bem graves, que o anterior projecto continha permanecem, provavelmente agravados, em alguns aspectos, no actual.

Assim sendo, Sr. Deputado, não há nenhuma incoerência da nossa parte, há apenas a leitura da vossa indisponibilidade para trabalhar no sentido da obtenção de um consenso nesta área.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, interrompemos aqui o debate do projecto de lei n.º 57/IX para procedermos às votações regimentais.

Antes, porém, desejo assinalar, conforme tem sido prática, que se encontram presentes, com alguns erros de paralaxe, correspondentes à entrada e saída de alguns Srs. Deputados, 96 Deputados do PSD, 72 do PS, 13 do CDS-PP, 9 do PCP, 2 do Bloco de Esquerda e 2 de Os Verdes, o que totaliza 194 Deputados.

Srs. Deputados, vamos começar por votar, na generalidade, a proposta de lei n.º 5/IX — Autoriza o Governo a alterar o Decreto-Lei n.º 238/94, de 19 de Setembro, relativo ao sistema de unidades de medidas legais, a fim de proceder à transposição para a ordem jurídica nacional da Directiva n.º 1999/103/CE, de 24 de Janeiro de 2000.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Srs. Deputados, passamos à votação, na especialidade, da mesma proposta de lei.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Srs. Deputados, vamos agora proceder à votação final global.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Srs. Deputados, passamos à votação, na generalidade, da proposta de lei n.º 7/IX — Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2001/8/CE, da Comissão, de 8 de Fevereiro de 2001, e altera o Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro (Regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas).

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP, do PCP e de Os Verdes e a abstenção do BE.

O diploma baixa à 8.ª Comissão para apreciação na especialidade.

Srs. Deputados, vamos agora votar, na generalidade, a proposta de lei n.º 6/IX — Revoga o rendimento mínimo garantido, previsto na Lei n.º 19-A/96, de 29 de Junho, e cria o rendimento social de inserção.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PSD e do CDS-PP, votos contra do PCP, do BE e de Os Verdes e a abstenção do PS.

O diploma baixa à 8.ª Comissão para apreciação na especialidade.

Srs. Deputados, segue-se a votação do projecto de resolução n.º 15/IX — Ampliar a aplicação do rendimento mínimo garantido e as medidas de inserção na vida activa dos cidadãos (BE).

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP, votos a favor do PCP, do BE e de Os Verdes e a abstenção do PS.

Srs. Deputados, vamos agora votar, na generalidade, a proposta de lei n.º 9/IX — Autoriza o Governo a alterar o Código de Processo Civil no que respeita à acção executiva.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e abstenções do PCP, do BE e de Os Verdes.

Segue-se um requerimento, subscrito por Deputados do PSD e do CDS-PP, solicitando a baixa deste diploma à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, pelo prazo de 15 dias, após votação na generalidade.

Vamos votá-lo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, vamos votar, na generalidade, o projecto de lei n.º 13/IX — Medidas para a educação sexual nas escolas (BE).

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP, votos a favor do BE e abstenções do PS, do PCP e de Os Verdes.

Sr. Deputado Pedro Duarte, pede a palavra para que efectue?

O Sr. Pedro Duarte (PSD): — Sr. Presidente, é somente para informar V. Ex.ª que um conjunto vasto de Deputados do Partido Social Democrata irá apresentar na Mesa uma declaração de voto por escrito sobre a votação que acabou de ter lugar.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Sr. Presidente, é para dizer que também o PCP irá fazer entrega na Mesa de uma declaração de voto por escrito sobre o mesmo diploma.

O Sr. Presidente: — Fica registado. Espero que sejam apresentadas dentro do prazo regimental, para que possam constar do *Diário* relativo à sessão de hoje.

Srs. Deputados, passamos agora à votação do texto de substituição da parte deliberativa dos inquéritos parlamentares n.º 2/IX — Constituição de uma comissão eventual de inquérito parlamentar à actuação governamental quanto às dívidas fiscais da SAD do Benfica (BE), 3/IX — Constituição de uma comissão eventual de inquérito parlamentar à aceitação pelo Estado de acções da SAD do Benfica como garantia de dívidas fiscais em processo de execução (PCP), 4/IX — Constituição de uma comissão eventual de inquérito parlamentar aos actos do Governo e da administração fiscal no que respeita à aceitação de acções ou partes sociais de pessoas colectivas, como garantia ou dação em pagamento de dívidas fiscais ou à segurança social, desde 1996 (PSD e CDS-PP) e 5/IX — Apreciação dos actos do Governo referentes ao processo de aceitação pelo Estado de acções da SAD do Benfica como garantia de dívidas fiscais em execução (PS).

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, vamos agora votar — é a nossa última votação de hoje — o texto de substituição relativo aos projectos de resolução n.º 21/IX — Revisão Intercalar do Quadro Legislativo da Política Comum de Pescas (PSD e CDS-PP), 23/IX — Portugal deverá assumir a posição de «veto» da Revisão Intercalar do Quadro Legislativo Político Comum das Pescas (BE), 24/IX — Defesa dos interesses nacionais na Revisão Política Comum de Pescas (PCP) e 28/IX — Sobre a Revisão Política Comum de Pescas (PS).

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, dada a natureza deste texto de substituição, promoverei, pelos canais diplomáticos, a sua transmissão aos Srs. Presidentes do Parlamento Europeu e da Comissão Europeia.

É óbvio que dele também será dado conhecimento ao nosso Governo, já que é a ele que a nossa deliberação se destina.

Srs. Deputados, antes de prosseguirmos o debate do projecto de lei n.º 57/IX, lembro que está a decorrer a eleição para presidente e representantes da Assembleia da República no Conselho Nacional de Educação e dos representantes da Assembleia da República na Comissão Nacional de Eleições e no Conselho Superior de Defesa Nacional.

Para uma intervenção, no âmbito da discussão, na generalidade, do projecto de lei n.º 57/IX, tem a palavra o Sr. Deputado João Teixeira Lopes.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Sr. Presidente, Sr.º e Srs. Deputados: Gostaríamos de realçar que a mu-

dança de posição do Partido Socialista nos apraz e de manifestar a nossa concordância em relação a um aspecto essencial que foi, há pouco, proclamado. Não existe, na verdade — e é bom que se tenha isso em conta —, uma família portuguesa, uma essência de família portuguesa, existem famílias portuguesas! Existe uma pluralidade de modelos familiares, existe a família nuclear, a família alargada, a família recomposta depois de divórcio, as famílias monoparentais, as uniões de facto. É a realidade que o prova, e contra a realidade não podemos impor os nossos *a priori* ideológicos.

Gostaria também de referir que a família não é a base de toda a organização social. O cidadão é a base da organização social! Assiste ao cidadão o direito de não querer constituir família e existe a liberdade de escolha pessoal, que não pode ser aqui posta em causa.

Não posso também deixar passar em claro a base XVIII desta proposta de lei de bases da família, que versa sobre a protecção da vida intra-uterina, a protecção do feto: todo o direito para o feto, nenhum direito para a mulher que aborta; todo o direito ao feto, nenhum direito para a mulher que não tem acesso ao planeamento familiar. Não podia deixar de registar, uma vez mais, este dogma de intolerância quanto ao direito de opção nesta matéria.

Para finalizar, no que diz respeito à base XXXVI, gostaria de salientar que os senhores vão ter, decerto, duras negociações com o Sr. Paes do Amaral e com o Sr. Balsemão. Se é verdade que na comunicação social há claros exageros no que diz respeito a conteúdos incitadores da intolerância, incitadores da violência e tantas vezes incitadores de comportamentos socialmente não desejáveis, também é verdade que, infelizmente, isso está na base do próprio modelo que temos actualmente quanto às televisões privadas. Terão muita dificuldade, certamente. Desejo-vos boa sorte nesse diálogo com o Sr. Paes do Amaral e com o Sr. Balsemão.

Gostava ainda de dizer que nessa questão há um limbo que é frágil e perigoso, porque há conceitos que também não são inequívocos, pelo que tudo aquilo que signifique violar os direitos fundamentais, violar a liberdade de expressão contará com o nosso desagrado.

Por tudo o que dissemos, agora e na minha anterior intervenção, votaremos contra a lei de bases proposta pelo CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em primeiro lugar, ainda em relação à resposta que o Sr. Deputado Telmo Correia há pouco deu a uma pedido de esclarecimento do PCP, quero registar a falta de respeito que o Sr. Deputado Telmo Correia e a bancada do CDS-PP demonstraram pela livre expressão do justo descontentamento da população e dos trabalhadores. E a quem passou tanto tempo a falar de democracia, porventura, não ficam muito bem essas palavras.

Talvez o Sr. Deputado Telmo Correia preferisse, ou gostasse mais, que não houvesse contestação às medidas anti-sociais do seu Governo.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — É verdade!

O Orador: — Talvez preferisse, ou gostasse mais, que nos inibissemos de ter as posições que entendemos ter e de apoiar as reivindicações dos trabalhadores e da população quando elas nos parecerem justas. Mas não terá sorte nesta matéria, e ainda bem que não a terá!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Defender a família não é só elencar princípios — e, neste projecto de lei, alguns deles estão bem longe daquilo que seria desejável —, é também aplicar declarações de intenção nas políticas concretas. E este projecto de lei que o CDS-PP nos representa começa logo por não admitir, ou ver com alguma desconfiança, a pluralidade das formas familiares que temos no nosso país e na nossa sociedade.

O Sr. Deputado Telmo Correia falou em nome das «famílias banais», seja lá isso o que for. Pergunto-lhe, Sr. Deputado: em que é que os direitos das famílias, digamos, originais — para utilizar uma terminologia que se adequa à sua —, os direitos atribuídos às situações de união de facto, diminuem os direitos das famílias a que o CDS-PP chamou «banais»? Em nada! A diversidade das formas de organização familiar merece igual apoio e igual consideração.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — O projecto do CDS-PP tem também insita uma preocupação, a de alijar do Estado responsabilidades em relação a importantes e relevantes matérias sociais, sob a capa de responsabilização das famílias. E a verdade é que, sendo a família a célula fundamental da sociedade, para cumprir o seu papel ela precisa também do apoio do Estado e de eficazes políticas que a protejam e que protejam os indivíduos que a constituem.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — A família não é uma entidade jurídica, como às vezes parece ser no projecto de lei do CDS-PP, mas uma célula fundamental da sociedade, e deve ser tida enquanto tal.

Contudo, o projecto de lei do CDS-PP, na ânsia de dar competências às famílias, quase as trata como um ente com personalidade jurídica e representatividade, de forma a que, por vezes, parece estar a falar de famílias e a pensar mais em associações de famílias,...

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Também estamos a falar!

O Orador: — ... a não ser que se retorne à figura do «chefe de família», que não só já está um pouco em desuso como não existe na nossa legislação.

O diploma que nos apresentam tem também algumas matérias em que, manifestamente, as expressões nele incluídas, nas bases, padecem de alguma reserva mental. É

disto que se trata quando se diz que às famílias é assegurada «(...) a liberdade de opção sobre o projecto educativo dos seus filhos».

Vozes do CDS-PP: — Exactamente!

O Orador: — Como se isto precisasse de demonstração.

Vozes do CDS-PP: — E precisa!

O Orador: — A não ser que haja aqui alguma reserva mental e que a família democrata-cristã esteja a querer excluir determinadas matérias do sistema educativo, impondo a todas as famílias o seu preconceito em relação a elas.

Vozes do CDS-PP: — Não é verdade! Sabe que não é assim!

O Orador: — Se for isso, é errado o que está no projecto de lei, e estou convencido de que é essa a vossa intenção.

Há também um erro que deve ser denunciado no projecto de lei do CDS-PP, que é quando fala da protecção da criança, antes e depois do nascimento — certamente, quereriam dizer a protecção da criança e a protecção da vida intra-uterina, conforme dispõe a nossa legislação. Mas a verdade é que há uma enorme contradição entre belas palavras de defesa da família e más políticas que atacam a família.

Vozes do PCP: — Exactamente!

O Orador: — Fala-se da conciliação entre a vida familiar e a vida profissional, mas em que é que isto é coerente com o que se prepara de aumento da precariedade laboral, com o que se prepara em relação aos horários de trabalho, que é uma das matérias que mais perturba a conciliação entre a vida profissional e a vida familiar. O que mais perturba a vida das nossas famílias é a possibilidade de alguns patrões poderem jogar como quiserem com os horários da vida dos seus trabalhadores.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Ai os patrões!

O Orador: — Parece, afinal, que o que o CDS-PP mais pretende é a conciliação da legislação com os interesses do grande patronato.

O mesmo se pode dizer quando se fala na qualidade de vida que é preciso garantir às famílias. Onde é que se consegue essa qualidade de vida, se a política que os senhores defendem e que o vosso Governo anuncia aplicar é a política dos baixos salários, do aumento do custo de vida, que, aliás, o recente aumento da taxa do IVA de 17% para 19% bem constata? Onde é que garantem a qualidade de vida das pessoas, que vêm os seus rendimentos diminuírem face ao aumento do custo de vida?!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Bernardino Soares, o seu tempo esgotou-se. Peço-lhe que conclua.

O Orador: — Sr. Presidente, vou tentar concluir o mais rápido possível. Peço alguma tolerância.

Quero ainda referi-me à matéria dos imigrantes — aliás, uma inovação deste projecto de lei relativamente ao anterior.

O Sr. Diogo Feio (CDS-PP): — E bem!

O Orador: — Pergunto aos Srs. Deputados do CDS-PP por que é que incluem a integração das famílias de imigrantes numa base intitulada «Direito à diferença». Será que as famílias dos imigrantes não são exactamente iguais, nos seus direitos, às outras famílias?!

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Todos diferentes, todos iguais!

O Orador: — Têm de estar numa base chamada «Direito à diferença», que, com justiça, se aplicaria a outras matérias que não a esta?!

Srs. Deputados do CDS-PP, já se esqueceram de que a lei que aqui aprovaram com o Partido Socialista, quanto à imigração e ao reagrupamento familiar, não permite que os familiares que se juntam a um imigrante, que já cá esteja a trabalhar, possam ter actividades profissionais e trabalhar?! Então, é assim que se defende a integração das famílias na sociedade, proibindo os familiares de um imigrante, que cá está a trabalhar e a contribuir para a nossa sociedade, de trabalharem e de terem também uma vida melhor?! É esta a vossa coerência em relação à integração das famílias dos imigrantes na sociedade portuguesa?!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — É uma política incoerente!

O mesmo se pode dizer relativamente à saúde. É que, estranhamente, fazendo a cópia para o diploma de alguns artigos da Constituição, na base que se refere à saúde, o CDS-PP transforma a referência a um serviço nacional de saúde tendencialmente gratuito, como consta na Constituição, numa referência ao Estado garantir a saúde às famílias de forma proporcional ao seu orçamento familiar, o que não está de acordo com o texto constitucional e é um recuo na protecção da saúde às famílias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Defendemos a protecção de todas as famílias, defendemos a intervenção do Estado nas políticas sociais, nas políticas laborais, nos salários, nos direitos dos trabalhadores, como forma essencial...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Bernardino Soares, já excedeu largamente o tempo regimental. Sou muito tolerante, mas tem de concluir para que possamos prosseguir o nosso debate conforme o estabelecido.

O Orador: — Com certeza, Sr. Presidente.

Para terminar, devo dizer que esta é a forma mais eficaz de defender a família, uma célula fundamental da nos-

sa sociedade, que deve ser apoiada, mas não é o que acontece, nem com a letra, nem com o espírito, nem com a política que o CDS-PP defende para as famílias portuguesas.

Aplausos do PCP.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço a palavra para exercer o direito regimental da defesa da honra da bancada, que foi agravada pela referência a uma reserva mental.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Telmo Correia, peço-lhe que seja breve, porque esta é uma ofensa muito leve. Tem a palavra.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Serei breve, Sr. Presidente, e, para isso, não vou responder às inúmeras questões que o Sr. Deputado Bernardino Soares me dirigiu agora, e que não fez, há pouco, quando me formulou pedidos de esclarecimento, vou directamente à questão da reserva mental.

O Sr. Deputado Bernardino Soares sabe que não é isso que está em causa. Sabe perfeitamente que não há qualquer reserva mental. E, portanto, não faça agora uma volta pelo debate, transformando as coisas naquilo que elas não são.

O que, no nosso projecto de lei, referimos é a liberdade dos pais de poderem decidir em que termos e com que valores os seus filhos são educados.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — É tão simples como isto!

O Sr. Deputado estaria aqui certamente exaltado — e com razão — se defendessemos um sistema em que, por exemplo, do ponto de vista religioso, as pessoas fossem obrigadas a ser educadas numa determinada religião. O Sr. Deputado não quereria, e com razão! Alguns das nossas bancadas, mas eu, que sou católico, escolhi para a educação da minha filha uma escola católica, e tenho este direito.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — No entanto, não aceitaria que fosse obrigatório, nem aceitaria que uma filha minha ou, porque começo a ter idade para ter netos, um neto meu pudesse alguma vez ser educado obrigatoriamente numa escola marxista-leninista ou numa escola de testemunhas de Jeová. É um direito que temos e do qual não abdicamos. É só isto que está no projecto de lei, é o respeito da liberdade religiosa e o respeito do direito de opção. Não está aí mais nada!

Quanto à protecção da vida intra-uterina, até concebo que possamos melhorar a expressão, mas não me venha dizer que o que está no projecto de lei é algo diferente daquilo que efectivamente está. Aquilo que está no diploma é uma coisa muito simples: protege-se a mãe e a cri-

ança depois do seu nascimento; protege-se a mulher grávida e a criança que ela está a gerar, ou a vida intra-uterina, se preferir essa expressão,...

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Prefiro!

O Orador: — ... durante esse período de gestação. É só isto o que está no nosso projecto de lei. Não passa pela cabeça de ninguém que se maltrate a mulher grávida, nem, certamente, a criança que ela está a gerar.

O Sr. Diogo Felo (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — É óbvio que isto não passa pela cabeça de ninguém!

Portanto, não façam fantasmas de coisas que não constam, nem inventem situações que não existem e que não estão no nosso diploma.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para dar explicações, o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Telmo Correia, é evidente que há liberdade de opção individual pelo projecto educativo que cada família entenda querer perfilhar, a que corresponde também o dever do Estado de assegurar universalmente, no projecto educativo, aquelas matérias que são do interesse de todos, do interesse colectivo, do interesse da sociedade.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Esta é a função da educação, e, portanto — e espero que concordemos nisto —, uma coisa não pode excluir a outra.

Devo dizer que, na minha intervenção, não fiz muitas perguntas mas mais constatações. Constatou agora, também, que o Sr. Deputado Telmo Correia entendeu não aproveitar o tempo que ainda lhe restava, após ter exposto o suposto agravio que eu lhe teria feito, para esclarecer as outras incoerências que apontei relativamente ao projecto de lei que o CDS-PP hoje traz a esta Câmara.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Ficará para a especialidade!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria do Rosário Carneiro.

A Sr.^a Maria do Rosário Carneiro (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A discussão deste projecto de lei de bases, que não deve ser «da família» mas «de políticas de família», constitui um ponto de partida para a reflexão sistemática, integrada e global de modelos de enquadramento deste grupo humano.

Integrar de forma coerente as várias políticas de incidência familiar é a forma adequada de potenciar os seus efeitos e multiplicar os seus resultados.

De facto, em pleno século XXI, só por lamentável cegueira política ou falta de visão estratégica, os Estados e os seus governos podem permitir-se ignorar as essenciais e insubstituíveis funções humanas, sociais e económicas deste grupo.

Citando Gomes Canotilho e Vital Moreira, na *Constuição Anotada*, o Direito de Família visa a protecção desta, pela sociedade e pelo Estado, contra os factores de destruição ou desagregação que a ponham em causa como instituição e, ainda, a definição das condições que propiciem a realização pessoal dos seus membros.

Mas a funcionalidade das famílias não decorre simplesmente de definições jurídicas ou da intervenção voluntarista do legislador.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O projecto de lei de bases, apresentado pelo CDS-PP, propõe-se ser um instrumento de definição das políticas públicas que convergem para a criação e o desenvolvimento das condições necessárias à vida das famílias.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Exactamente!

A Oradora: — Surgem-me desde logo, no entanto, dois comentários de natureza geral.

Em primeiro lugar, quanto à realidade sobre a qual pretende intervir e o texto que define os respectivos modelos de intervenção. As famílias, como todos sabemos, são grupos humanos, dinâmicos, mutáveis, elementos estratégicos do desenvolvimento humano, mas não são, nem podem ser tratadas como sectores ou serviços.

Uma lei que define bases para políticas integradas para as famílias não pode espartilhar uma realidade que é intrinsecamente mutável, que deve ser a expressão do exercício livre da vontade humana. Não a pode «estatizar».

Penso que o diploma que hoje analisamos preconiza um modelo de intervenção intrusivo, estatizante.

O Sr. Guilherme d'Oliveira Martins (PS): — Muito bem!

A Oradora: — Assenta, de alguma forma, num conceito que poderemos considerar paternalista e proteccionista das famílias, em tudo contrário à necessária intervenção subsidiária e supletiva que o Estado deve ter nesta matéria.

Em segundo lugar, uma questão de coerência entre o articulado e a intervenção.

Trata-se, Sr.^{as} e Srs. Deputados, de saber quem vai aplicar esta lei, quem a tutela politicamente, quem garante a perspectiva transversal da definição e do acompanhamento das políticas que, obviamente, serão de execução sectorial.

Dito de outra forma: onde está o titular político que assume a definição e o acompanhamento da políticas de família, como acontece, aliás, em tantos países da União Europeia?

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Olhando agora para o articulado do projecto de lei de bases, e não podendo ser exaustiva, não posso, no entanto, deixar de referir algumas questões concretas que, a meu ver, carecem de alguma reflexão e natural alteração.

Por exemplo, na Base XIV, afirma-se que «O estado promoverá a compatibilização das actividades de todos os membros da família com as exigências da vida familiar.» De todos os membros?! Mas porquê? E como?

Na Base XVI, por que tem o Estado de cooperar no cumprimento da missão da maternidade e da paternidade?

Na Base XIX, «O Estado garantirá o exercício dos direitos e deveres consagrados na lei aos titulares do poder paternal com vista ao desenvolvimento integral e harmonioso da personalidade da criança.» Mas, Srs. Deputados, a que propósito?

Na Base XXII, «O Estado estimulará a permanência, a realização e a participação na vida familiar das pessoas idosas e dos deficientes.» Estimulará?! Mas estimulará o quê, Srs. Deputados?

Na Base XXX, «Compete ao Estado preservar a identidade cultural de cada família, (...)» ou, ainda, na Base XXXV, «O Estado deverá tomar medidas no sentido de adequar os custos de consumos de bens e serviços essenciais ao orçamento familiar médio nacional.» É um «cabaz de compras»?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Antes também era!

A Oradora: — Igual para todas? Diferenciado em função dos rendimentos ou da identidade cultural?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Antes também era! Quando votou a favor também era!

A Oradora: — Sr. Deputado, não se importa que eu siga com a minha intervenção?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Antes também era!

A Oradora: — Antes também era, mas, agora, tratamos de um diploma que, naturalmente, passará à especialidade, e eu introduzo o debate da especialidade nesta apreciação na generalidade.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — Sr.^{as} e Srs. Deputados: Penso que o Estado, em matéria de família, não pode nem tem de definir tanto. As famílias são constituídas por pessoas e existem para a sua realização pessoal.

O Estado, em cumprimento dos preceitos constitucionais, tem de definir políticas que garantam os princípios da equidade e da redistribuição no respeito pela diversidade das situações e dos modelos e, ainda, de criar condições de apoio às famílias que enfrentam situações desorganizantes ou desestruturantes, como é o caso da toxicodependência, da doença, do desemprego, da deficiência, etc., para que possam permanecer organizadas na liberdade das suas soluções.

O Estado, Srs. Deputados, não se pode substituir à família, mesmo com boa intenção. O Estado não pode, nem deve, definir aquilo que pertence à estrita ordem privada da organização familiar.

Um Estado que se assume como amigo das famílias cria condições, simplesmente. É a «almofada» de compensação. Não é o gestor intrusivo de uma casa que não é a sua.

O projecto de lei que discutimos carece de um substancial desbaste das medidas intrusivas. Desbaste essencial para que o diploma em apreço possa ser um efectivo instrumento para a promoção, em liberdade, das famílias, que são elementos expressivos da vontade humana e se constituem como manifestação livre e consciente dessa mesma vontade, que são elementos essenciais e insubstituíveis da realização humana e da procura da felicidade.

Aplausos do PS.

O Sr. Diogo Feio (CDS-PP): — Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Relativamente ao projecto de lei ora em discussão, inicio esta intervenção referindo que proteger a família não é ditar um conjunto de princípios gerais, muitos dos quais a Constituição da República Portuguesa já consagra.

Reproduzir, portanto, de certa forma, o que já está consagrado em nada acrescenta a protecção à família. Logo, em nossa perspectiva, este projecto de lei não passa de uma manobra de diversão para afastar a atenção de questões fundamentais — estas, sim! — que se colocam quanto à protecção à família, ao tempo de que dispõe para estar reunida e a viverem com qualidade e dignidade.

A protecção da família não se faz com este projecto de lei, mas também não se faz com inúmeras medidas que este Governo tem tomado, que o que mais fazem é dificultar a vida às famílias portuguesas. Por exemplo: o anunciado encerramento de escolas, mantendo, em Portugal, uma das educação mais caras da Europa; a criação de formas de trabalhos específicos para as mulheres-mães, relegando-as para o trabalho a tempo parcial, com perda de ordenado, quando as famílias portuguesas precisam do seu salários para se sustentarem; a eliminação do crédito bonificado à habitação, dificultando a aquisição de casa por parte de muitos jovens; o ignorar, por exemplo, o teor da programação infantil, a falta de qualidade das dobragens no serviço público de televisão e as repercuções que isto tem em termos da educação das crianças.

Falam em proteger a família, mas tomam medidas que penalizam efectivamente as famílias.

Prometeram-lhes a diminuição dos impostos e, afinal, aumentaram o IVA, encarecendo produtos que as famílias precisam.

Querem privatizar o sector da água, com o consequente enfraquecimento da sua qualidade e o encarecimento do seu custo para as famílias.

Já agora, a título de exemplo, faço uma referência expressa à Base XXXIII do vosso projecto de lei, que diz o seguinte, no seu n.^o 1: «O Estado promoverá acções de

formação e informação de forma a que seja possibilitado às famílias serem o garante de uma eficaz política de defesa e preservação do meio ambiente». Que pena, Srs. Deputados do CDS-PP, não entenderem, antes, que é o Estado que deve ser o garante de uma eficaz política de defesa e de preservação do meio ambiente, justamente no sentido de garantir qualidade de vida e mais saúde às famílias portuguesas!

Por fim, se partissem do princípio de que o que deve estar na base da família são os laços de afectividade, não vos causaria tanta impressão falar em uniões de facto, perceberiam que há diversas formas de família. Por outro lado, se percebessem a essência da família, certamente conseguiram perceber que a família protege-se com políticas concretas, que vão ao encontro a esse mesmo objectivo.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^a e Srs. Deputados: Em primeiro lugar, não posso deixar de fazer uma referência a algo que aconteceu durante este debate, dizendo que espero que o Partido Socialista não volte a falar em «coerência» nesta Câmara, pelo menos no que diz respeito às suas atitudes e ao seu sentido de voto. Na verdade, depois daquilo a que hoje assistimos, é impossível voltarem a invocar a coerência a vosso favor, única e exclusivamente por aquilo que ficou patente.

Estamos perante um projecto de lei idêntico ao último que aqui foi apresentado com o mesmo nome — Lei de Bases da Família —, cuja diferença reside apenas em duas bases que foram ligeiramente alteradas e verificamos que o Partido Socialista tem, agora, uma posição completamente diferente daquela que teve há pouco mais de um ano.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Obviamente, isto não é aceitável e não é desta forma que se dignifica a instituição parlamentar.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Para centrar o debate, gostava de fazer uma pequena citação, que é a seguinte: «Temos testemunhado iniciativas políticas fracturantes, as quais se têm mantido visivelmente alheadas da degradação do tecido social, da quebra de confiança, da erosão do capital social, sendo, algumas vezes, até manifestamente ofensivas para o papel indispensável na criação da coesão comunitária e para a sustentação dos valores de civilização.» Quem proferiu estas palavras foi a Sr.^a Deputada Maria do Rosário Carneiro no anterior debate sobre o projecto de lei de bases da família.

Exactamente por isto ser assim que entendemos que faz sentido definir claramente qual é o papel do Estado para

com as famílias, papel esse que deve ser desempenhado de uma forma subsidiária — e somos os primeiros a dizê-lo! Era o que faltava que fosse o Estado a mandar nas famílias! As famílias mandam em si próprias muito melhor até do que o Estado manda nos seus próprios funcionários.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Esses também têm família!

O Orador: — Portanto, quem defende a família certamente nunca defenderá que o Estado se intrometa nas suas vidas; simplesmente, tem o direito constitucional de exigir que o Estado proporcione às famílias condições para que vivam como tal. É por isso que este projecto de lei é fundamental.

Nos últimos anos, assistimos a uma relação entre o Estado e as famílias que é verdadeiramente *sui generis*. Temos um Estado burocrático que desrespeita completamente as famílias. Temos um Estado despesista e gastador e famílias altamente pagadoras e penalizadas por isso. Temos uma sociedade mercantilizada em que a família só conta enquanto unidade de consumo. Temos uma sociedade relativista em que a família perde referências. Temos uma sociedade altamente individualista em que a família tende a fragmentar-se.

O Sr. Diogo Feio (CDS-PP): — Exactamente!

O Orador: — É esta lógica que queremos inverter, a de, muitas vezes, o Estado ver a família como um obstáculo à sua «cavalgada triunfante»! Não aceitamos que o Estado se abata desta maneira sobre as famílias, porque, para nós, não deve ser assim. Porque as famílias portuguesas trabalham, educam, asseguram a renovação da população, o Estado tem de respeitá-las.

A importância da família é principalmente em relação ao futuro, pelo papel que desempenha não só na geração das crianças como também na sua educação.

Já outros Srs. Deputados falaram aqui sobre as crianças e, de facto, queremos protegê-las em todas as fases do seu crescimento. Nada fazemos de inovador. A própria UNICEF o faz, protegendo a vida da criança, antes e depois do seu nascimento, numa convenção, aliás ratificada pelo Estado português.

No desenvolvimento humano também é fundamental o papel da família como transmissora de valores. De facto, a transmissão de valores fundamentais faz-se no seio da família. Dando um exemplo prático, é facilmente compreensível o que digo.

Será que uma criança que frequente uma boa escola, mas tenha uma família desorganizada, que não a apoia, consegue atingir o mesmo desenvolvimento de uma outra criança que, embora frequentando uma péssima escola, tenha uma família equilibrada que a apoia? Certamente que não.

O fundamental é a realidade que temos em casa. Se o Estado não der às famílias condições para que elas assumam o seu papel, não haverá certamente escola alguma que vá resolver esse problema.

Para terminar, durante muito tempo, as famílias foram desrespeitadas simplesmente por serem famílias, por não terem tempo para se organizarem em *lobby* e ocuparem espaço nos órgãos de comunicação social, elas têm funções muito mais importantes a desempenhar na sociedade. Ora, é exactamente por desempenharem essas funções e por não querermos que as famílias tenham de organizar-se em *lobbies* para conseguirem ser respeitadas que assumimos aqui, politicamente, a responsabilidade de dar à família o lugar que tem, sempre teve e continuará a ter na sociedade portuguesa.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. Paulo Pedroso (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para exercer o direito regimental da defesa da honra da minha bancada.

O Sr. Presidente: — Pode indicar o motivo do seu agravio, Sr. Deputado?

O Sr. Paulo Pedroso (PS): — Sr. Presidente, o CDS-PP acusou-nos de nunca mais podermos usar a palavra «coerência» neste Parlamento. Julgo que é motivo suficiente.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — É um facto, não é uma ofensa!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado, mas peço-lhe que seja breve.

O Sr. Paulo Pedroso (PS): — Sr. Presidente, muito obrigado pela sua paciência.

Sr. Deputado João Pinho de Almeida, permita-me que diga duas coisas.

Primeiro, referindo-se ao que a minha colega de banca aqui disse a propósito da sua posição, não tem razão o CDS-PP quando afirma que há uma mudança de posição por parte do PS. E, para o demonstrar, leio apenas uma frase da intervenção da Sr.^a Deputada Maria do Rosário Carneiro, na anterior Legislatura: «Em primeiro lugar, devo dizer que este projecto de lei, parece-me, adopta uma posição demasiado intrusiva do Estado.». Portanto, é exactamente a mesma posição, só que, agora, mais profundamente explicada.

Protestos do CDS-PP.

Segundo, e a propósito da outra questão que o Sr. Deputado colocou, quero dizer-lhe o seguinte: se houvesse da parte do CDS-PP a disponibilidade para que as condições em que o PS se dispôs a viabilizar um projecto de diploma, na Legislatura anterior, acontecessem, ou seja, se essa disponibilidade existisse, este projecto de lei já não seria igual ao anterior mas reflectiria o conhecimento que os Srs. Deputados têm das nossas posições. E este projecto de lei, naquilo em que não é igual ao anterior, é rigorosamente pior. Pelo que, em consciência e em coerência, o PS tem uma coisa a dizer-vos aqui, hoje: este projecto de lei não manifestou qualquer abertura às nossas posições e

os senhores foram os próprios a dizê-lo, no momento em que o apresentaram em conferência de imprensa. Por isso, em consciência, só podemos fazer uma coisa, que é votar, nas novas circunstâncias em que não somos necessários para a sua viabilização, de acordo com as nossas convicções profundas e em coerência.

Vozes do PS: — Muito bem!

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Ah!

O Sr. António Pinheiro Torres (PSD): — Então é por isso!

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida, a quem peço igualmente para ser conciso.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Pedroso, vou dar uma explicação muito rápida. Obviamente, eu não posso ficar esclarecido, em matéria de coerência, por aquilo que o Sr. Deputado aqui disse. E não posso deixar de reafirmar aquilo que o Sr. Deputado Telmo Correia referiu aquando da apresentação deste projecto de lei. Disse ele que o CDS-PP estava completamente — e sublinho o «completamente» — disponível para discutir este diploma na especialidade, para rever aquilo que fosse susceptível de ser revisto, para ouvir as associações de família e, portanto, para com todos, sem excluir quem quer que seja, trabalhar no sentido de este ser o melhor projecto de lei de bases da família possível.

Agora, o que podemos constatar é que os senhores, na Legislatura anterior, sem terem apresentado projecto de lei algum sobre lei de bases da família, aproveitaram o projecto de lei de bases da família, do CDS-PP, e acharam que, em sede de comissão, «iam dar a volta», iam fazer o que queriam, iam fazer o vosso projecto, que, afinal, nunca tinham tido coragem de fazer de origem, iam, no fundo, aproveitar-se do nosso diploma para fazerem exactamente o contrário. Ora, é exactamente isto que não é aceitável e é exactamente isto que não significa o exercício das funções de Deputado.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Patinha Antão.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Também é especialista nisto?!

Risos do PS e do PCP.

O Sr. Patinha Antão (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira, não é preciso ser-se especialista para detectar os erros dramáticos e as inconsistências das intervenções do PS.

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Este debate proporciona, por um lado, intervenções que não são surpreendentes do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista Português, mas, por outro, uma surpresa grande relativamente às intervenções e à postura do PS neste mesmo debate.

Que o Bloco de Esquerda tenha a sua estratégia, que poderá eventualmente até ter eficácia, embora limitada, escolhendo em relação a cada tema uma postura agressiva, tonitruante e algo desviada da matéria em causa, estamos habituados; que o PCP, de certa maneira, se sinta prisioneiro, quando trata dos problemas da família,...

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Ao contrário!

O Orador: — ... de uma herança intelectual longa, que tem tradições em que todos nos revemos, mas das quais não se libertou — desde Platão, que, na *República*, entendia que a família podia ser descartada, porque a educação das crianças podia ser confiada aos mais inteligentes do Estado, passando por Esparta e a educação dos mancebos fora da família, continuando com Rousseau e o tema idílico que tanta ternura colhe agora de outra bancada, que é a de que no estado natureza vivíamos todos puros e foram as instituições da sociedade que perverteram esse estado idílico, tendo sido a família a primeira perversão, e Proudhon que proclamava que «a propriedade é um roubo» e que a família desnaturava os indivíduos, e ainda Fourier, agora que temos os nossos amigos socialistas entusiasmados com as comunidades, em que a família também era arredada,...

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — É a herança utópica!

O Orador: — ... e, evidentemente, Marx, a grande referência de que VV. Ex.^a ainda não se libertaram, com o «homem novo» que o sistema pretendia criar —, também percebemos, já que o PCP tem uma posição aceitável e lógica, que é remeter o problema da família apenas para as questões obreiristas, como o Sr. Deputado Bernardino Soares referiu. Isso é útil; pena é que não venha para um debate na especialidade.

Agora, o Partido Socialista tem um problema muito sério.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Tem, tem! É de identidade!

O Orador: — E a Sr.^a Deputada Maria do Rosário Carneiro teve uma intervenção fatal. É que V. Ex.^a, cujo discurso é conhecido, teorizou daquela tribuna que não se poderia criar uma lei de bases da família, porque a família não era passível de criação de uma lei de bases, e do que poderíamos falar era de uma lei de bases de políticas de família. Fatal o que V. Ex.^a disse! Então, também não poderíamos ter criado uma Lei de Bases da Saúde, pois a saúde existe independentemente — não é verdade, Sr.^a Deputada? —...

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Do CDS-PP!

A Sr.ª Maria do Rosário Carneiro (PS): — É um sector de serviços!

O Orador: — ... e o que deveríamos ter feito era uma lei de bases de políticas da saúde! E assim sucessivamente.

Mas o embaraço do PS tem a ver com o seguinte: ouvimos aqui o Sr. Deputado Vieira da Silva fazer, deliciado, o panegírico das políticas do PS durante os últimos seis anos — e tenho-as aqui, Sr. Deputado. V. Ex.^a está no seu direito de continuar extasiado com as vossas políticas, mas nesta matéria VV. Ex.^{as} elaboraram uma resolução, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 7/99, de 9 de Fevereiro, que diz, com todo o lirismo, esta coisa: «Passados cerca de três anos de governação, são já evidentes as melhorias, (...)» — não se viram foi quais! E, mais à frente, refere a mesma resolução: «No prazo de dois anos a contar da data da publicação da presente resolução, o Alto Comissário para a Igualdade e a Família apresentará ao Conselho de Ministros a avaliação das políticas desenvolvidas no âmbito do plano, (...).».

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Isso é bem socialista!

O Orador: — VV. Ex.^{as} sabem quando é que terminavam estes dois anos, não é verdade? Em Janeiro de 2001! Vimos esta avaliação? Não vimos! Tipicamente socialista! E se percorrermos este plano, ele é delicioso! VV. Ex.^{as} falam em promover a função conjugal e a função parental... Mas que termos, Sr.^a Deputada Maria do Rosário Carneiro! Vida conjugal e vida parental são realidades completamente diferentes! Tem V. Ex.^a toda a razão e nós subscrevemos o que diz. Fala-se da família como célula fundamental — e também ouvimos o PCP falar em «célula fundamental da sociedade»... Então, não tem a dignidade de ter uma lei de bases, Sr.^a Deputada?! V. Ex.^a estava, de facto, em enormes dificuldades, porque não conseguiu dizer por que é que veio também, à semelhança daquela outra bancada, fazer a análise de cada uma das bases, como se estivesse no debate na especialidade, quando o PS, *ab initio*, pela boca do Deputado Vieira da Silva, recusou a votação favorável, na generalidade, neste Plenário. Estamos entendidos!

Vozes do CDS-PP: — Mudam-se os tempos...!

O Orador: — Mas V. Ex.^a, pelo que disse, mostra que, pelo menos, uma parte do PS tem pensamento criativo, que deve ser acolhido na melhoria desta lei de bases. E sabe uma coisa (e digo-o para terminar, Sr.^a e Srs. Deputados)? O PSD, nesta matéria, também não recebe lições de ninguém.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — Em nenhuma!

Risos do PS.

O Orador: — Nós temos uma posição personalista, através do nosso fundador, que, como V. Ex.^a sabe, com o

seu irmão, defendeu, teorizou e praticou a importância da família na sociedade portuguesa e o seu reconhecimento na esfera política...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se. Peço-lhe que termine.

O Orador: — Terminei, já, Sr. Presidente.

Por isso, Srs. Deputados do PS, VV. Ex.^{as} sabem muito bem que esta é uma proposta da maioria, é uma proposta apresentada por iniciativa do CDS-PP, na maioria, fazendo parte do nosso acordo,...

Vozes do CDS-PP: — Exactamente!

O Orador: — ...e, por isso, podemos dizer, como o CDS-PP disse, que é absolutamente extraordinário que os senhores tenham, politicamente e por razões de pragmatismo, «chumbado» a nossa proposta e aprovado a do CDS-PP na Legislatura passada.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Patinha Antão, tem mesmo de concluir.

O Orador: — Estamos, portanto, entendidos quanto à postura de coerência do Partido Socialista!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Francisco Louçã (BE): — Sr. Presidente, peço a palavra para exercer o direito regimental de defesa da honra da bancada.

O Sr. Presidente: — Qual é o motivo da ofensa, Sr. Deputado?

O Sr. Francisco Louçã (BE): — Sr. Presidente, fiquei chocado com o «tonitruante», mas sobretudo com a alegação de que as nossas intervenções eram desviantes em relação ao debate.

O Sr. Presidente: — Bom...

O Sr. Francisco Louçã (BE): — O «desviante» é um conceito moral muito preocupante, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Efectivamente, é muito preocupante, devo confessá-lo,...

Risos.

... mas não vamos discutir esse assunto agora. Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Francisco Louçã (BE): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ainda bem que o Sr. Deputado Patinha Antão aqui veio, no encerrado do debate, distribuir uma bênção, ao dizer que este projecto de lei de bases é da maioria — ficámos tranquilizados e era uma tranquilização, aliás, de que precisá-

vamos —, e, depois, fazer-nos a recapitulação das lombadas de livros que passaram pela sua vida para nos dizer o que era aceitável e o que não era. Mas deixe-me fazer-lhe uma pequena correcção, que não levará a mal: o conceito de «homem novo» não é de Marx, é de São Paulo — Marx foi buscá-lo ao São Paulo (ele tinha destas coisas!);...

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Todos os utopistas quiseram criar o «homem novo»!

O Orador: — ... Rousseau não escreveu nada, na *Nova Heloísa*, por exemplo, contra a família, é uma alegação completamente infundada, que trouxe aqui à *vol d'oiseau*, para se divertir; e o Proudhon, que escreveu sobre o que é a propriedade, é convocado de uma forma totalmente disparatada nesta circunstância.

Mas é sobretudo sobre aquilo que interessa que importa discutir. O problema não é o de os senhores apresentarem uma lei de bases mas, sim, o de apresentarem uma lei de bases sem sustentação, que não reconhece aquilo que é a família. Os senhores detestam a família...

Vozes do PSD e do CDS-PP: — O quê?!

O Orador: — Exactamente! Os senhores têm um molde em que querem encaixar a família, reconhecendo umas famílias e excomungando outras. Os senhores não compreendem a diversidade que é a natureza e a naturalidade das famílias portuguesas. Os senhores não aceitam a situação de Sá Carneiro.

O Sr. Vicente Jorge Silva (PS): — Muito bem!

O Orador: — Os senhores não compreendem a diferença entre opções familiares absolutamente normais e naturais na sociedade portuguesa, às quais querem impor um molde, que a sociedade portuguesa rejeita. E entre Bagão Félix ou Celeste Cardona ou o Sr. Deputado ou o Dr. Durão Barroso ou o Dr. Paulo Portas ou qualquer outro, uns são casados, outros são solteiros, uns vivem em união de facto, são opções, e é assim no mundo, Sr. Deputado. É assim no mundo!

O Sr. Deputado tem de compreender que essa diversidade alimenta a tolerância, e o que esta lei de bases procura fazer é uma leitura completamente tipificada, normativa, disciplinadora...

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Não é verdade!

O Orador: — ... e, portanto, incompetente e intolerante em relação aos princípios da família,...

Vozes do CDS-PP: — Intolerante?!

O Orador: — ... pelo que ela deve ser rejeitada.

Por isso, comprehendo que tenha aqui de aludir a leituras que, pelos vistos, não frequentou com a intensidade que nos procura fazer crer.

Aplausos de Deputados do PS.

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Deputado Patinha Antão, a quem peço que seja breve.

O Sr. Patinha Antão (PSD): — Sr. Presidente, serei brevíssimo.

Sr. Deputado Francisco Louçã, V. Ex.^a não poderia ter dado um exemplo mais claro de como se refugia fora do conteúdo objectivo dos debates. Tentar dar aqui uma lição de erudição acerca das leituras... Ó Sr. Deputado! Poupe-nos essa arrogância, que não lhe fica bem.

Protestos do Deputado do PS Vicente Jorge Silva.

Aliás, o lugar para dirimirmos isso não é manifestamente esta Assembleia.

No entanto, não me distraio relativamente às coisas fundamentais. Mas V. Ex.^a tem tudo menos de pessoa objectiva, quando trata de alguns problemas.

Quando diz que nós odiamos a família — e aludiu a uma situação familiar do fundador do PSD — e nos acusa, a nós, ao partido, V. Ex.^a (e desculpe-me usar uma expressão vulgar) «passa-se dos carretos»!

Risos do PSD e do CDS-PP.

E eu não vou por aí.

Mas se quiser discutir a matéria a que aludiu, em que, tecnicamente, V. Ex.^a passou ao lado, terei de dizer-lhe, Sr. Deputado Francisco Louçã, que V. Ex.^a parece — e digo «parece» para não ser afirmativo, porque V. Ex.^a poderia pedir a palavra para outra defesa da honra — não saber o que é uma lei de bases. Isto que aqui está é um conjunto de direitos e deveres, que são essencialmente compromissos do Estado relativamente a todas as famílias portuguesas sem discriminação, Sr. Deputado. E se, porventura, V. Ex.^a — ainda está a tempo de arrepender-se! — entender que, de facto, as famílias portuguesas merecem o estatuto e a dignidade de ter uma lei de bases, onde fica consagrado um conjunto de direitos e deveres na sua relação com o Estado, emende o seu sentido de voto e venha à comissão trabalhar, conjuntamente com as associações de famílias,...

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — ... com todos os portugueses que estão lá fora e querem ter uma palavra a dizer sobre os problemas das famílias que têm sido ignorados, sobretudo, por uma esquerda, que, relativamente à família, privilegia sempre o indivíduo. Foi isto que VV. Ex.^{as} disseram — privilegiavam sempre o indivíduo! E isto, meu caro amigo, é tipicamente, ser filhos de Rousseau, sem tirar nem pôr.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados Bernardino Soares e Maria do Rosário Carneiro, mas o Sr. Deputado Patinha Antão não dispõe de tempo para responder.

Se algum dos Srs. Deputados ceder tempo...

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Sr. Presidente, cedemos o tempo de que ainda dispomos.

O Sr. Presidente: — Sendo assim, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares, dispondo de 39 segundos, tempo cedido pelo Grupo Parlamentar do Partido Ecologista «Os Verdes».

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr. Presidente, posso convocar o meu pedido de esclarecimento numa intervenção, uma vez que não quero colocar o Sr. Deputado Patinha Antão na circunstância de não ter tempo para responder.

O Sr. Presidente: — Muito bem, tem, então, 39 segundos para a produzir a intervenção, Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr. Presidente, é curioso que o Sr. Deputado Patinha Antão tenha usado como argumento o facto de não nos cingirmos ao debate, mas, se bem me lembro, na sua intervenção não faz grande referência ao conteúdo concreto da lei de bases que aqui estivemos a discutir. Mas, enfim, talvez tenha sido eu a não estar com suficiente atenção.

No entanto, Sr. Deputado Patinha Antão, a grande diferença entre o que o Sr. Deputado representa aqui e nós é que a sua relação com a família, a sua admiração com a família, é platónica...

O Sr. Patinha Antão (PSD): — Platónica?!

O Orador: — ... e nós consumamos essa admiração.

O Sr. Deputado não quer compreender e não quer aceitar que a família se defende não com declarações abstratas mas, sim, com medidas concretas, e é nessas medidas concretas, nas vossas medidas concretas, nas medidas concretas do vosso Governo, que se vê o desrespeito que têm para com as famílias portuguesas.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, a Sr.^a Deputada Maria do Rosário Carneiro também convoca o seu pedido de esclarecimento numa intervenção.

Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Maria do Rosário Carneiro (PS): — Sr. Presidente, de facto, faço uma intervenção porque se pedir esclarecimentos o Sr. Deputado Patinha Antão não tem tempo para me responder.

Sr. Deputado, faço-o porque não posso deixar de estranhar um conceito que o Sr. Deputado evocou — de entre outros conceitos que me foram assacados: o de falta de coerência naquilo que ao longo de toda a minha vida publicamente tenho evidenciado nesta matéria. Acho no mínimo surreal...

O Sr. Patinha Antão (PSD): — Falta de coerência do PS, Sr.^a Deputada. Percebeu?

A Oradora: — ... porque qualquer afirmação minha editada em qualquer documento...

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Era para o PS!

A Oradora: — Sr. Deputado, deixe-me concluir, porque o Sr. Deputado Patinha Antão olhou para mim dizendo-me coisas memoráveis como seja eu não considerar correcta, de um ponto de vista conceptual, de um ponto de vista formal, a definição de uma política de bases para a família...!

Ora, sempre ao longo de toda a minha vida, militei activamente pela definição de uma política de bases de família, Sr. Deputado. Portanto, não pode estar agora a colocar-me perante posições que nunca defini no passado.

Gostaria também de dizer-lhe que, no mínimo, acho surreal que se torne igual a família, a saúde ou a educação. A saúde e a educação são sistemas, a família não é um sistema, a família é um grupo humano essencial na construção da sociedade, insubstituível.

Vozes do PSD: — Era para o PS!

A Oradora: — Srs. Deputados, eu estou a responder à questão que me foi colocada, assim, é este o esclarecimento que entendi fazer quando pedi a palavra.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — A Sr.^a Deputada devia falar para o lado da bancada do PS.

A Oradora: — Sr. Deputado, eu sempre falei para todas as bancadas, porque, como todos os Srs. Deputados sabem, o meu estatuto nesta bancada é de independente e é sempre usando esta circunstância de independente, no passado, como hoje, que intervengo nesta Assembleia: quando me colocam perguntas e questões directamente. Isto porque sou uma pessoa que me considero bem educada e, portanto, dirijo-me às pessoas que me colocaram essas questões.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr. Francisco Louçã (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Patinha Antão, não correndo o risco que V.^a Ex.^a «se passe dos carretos» queria fazer-lhe uma observação e também à Câmara.

Um debate de leis de bases é, naturalmente, um debate muito importante e ainda bem que aqui o tivemos, mas o que aconteceu foi que o partido proponente e o partido apoiante do partido proponente quiseram, em vez de discutir os direitos e os deveres das famílias, invocar todas as autoridades que se lembraram: a autoridade de uma bibliografia convocada à pressa; a autoridade de um princípio genérico, confuso, que não passou pelo crivo desta discussão e com isso quiseram, sobretudo, evitar a discussão de política de família.

Foi-lhes suficientemente dito e repetido — e curiosamente para isso nunca houve resposta — que essas bancadas, com dois meses de governo, aumentaram o IVA, retiraram o crédito bonificado às famílias, atacaram os jovens no rendimento mínimo, criaram todo o tipo de preconceitos e vão continuar a fazê-lo com a nova política de imigração.

Ora, isso são políticas substanciais e se o País é chamado a considerá-las é aí que verificará quem tem razão neste debate.

Aplausos do BE.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, uma vez que não há mais oradores inscritos declaro encerrado o debate do projecto de lei n.º 57/IX — Lei de bases da família, apresentado pelo CDS-PP.

No entanto, peço a vossa atenção uma vez que me incumbe proclamar os resultados das eleições que se realizaram esta tarde.

Para Presidente do Conselho Nacional de Educação, foi apresentada uma única candidatura do Sr. Professor Manuel Carlos Lopes Porto, procedeu-se à votação e a acta é do seguinte teor: «Aos vinte dias do mês de Junho de dois mil e dois, procedeu-se à eleição para o cargo de Presidente do Conselho Nacional de Educação, tendo sido apresentada uma única candidatura a do Prof. Manuel Carlos Lopes Porto.

Votantes — 214

Votos «sim» — 146

Votos «não» — 37

Abstenções — 19

Votos brancos — 12

Votos nulos — 0

Face ao resultado obtido, declara-se eleito o candidato proposto, Prof. Manuel Carlos Lopes Porto.

Para se constar se lavrou a presente acta que vai ser devidamente assinada.

Os Deputados Escrutinadores: *Manuel Alves de Oliveira — Isabel Gonçalves — Zelinda Marouço Semedo.*

Quanto à eleição dos representantes dos grupos parlamentares no Conselho Nacional de Educação, foi apresentada uma lista única, procedeu-se à votação e a acta é do seguinte teor: «Aos vinte dias do mês de Junho de dois mil e dois, procedeu-se à eleição dos representantes dos Grupos Parlamentares no Conselho Nacional de Educação.

Votantes — 214

Votos «sim» — 205

Votos «não» — 0

Abstenções — 0

Votos brancos — 8

Votos nulos — 1

Face ao resultado obtido, declaram-se eleitos os candidatos propostos: Carlos Miguel Maximiano de Almeida Coelho

Maria Isabel da Silva Pires de Lima

Pedro Manuel Brandão Rodrigues

António Simões de Abreu

Maria Teresa Alves Sousa Almeida

Joaquim Manuel de Castro Bonifácio da Costa

Para se constar se lavrou a presente acta que vai ser devidamente assinada.

Os Deputados Escrutinadores: *Manuel Alves de Oliveira — Isabel Gonçalves — Zelinda Marouço Semedo.*

Srs. Deputados, quanto à eleição de seis membros para a Comissão Nacional de Eleições houve também uma lista única, procedeu-se à votação e a acta é do seguinte teor: «Aos vinte dias do mês de Junho de dois mil e dois, procedeu-se à eleição de seis membros para a Comissão Nacional de Eleições.

Votantes — 214

Votos «sim» — 191

Votos brancos — 16

Votos nulos — 7

Face ao resultado obtido, declaram-se eleitos para a Comissão Nacional de Eleições os Candidatos propostos: João Álvaro Poças Santos

Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos

Manuel dos Santos Machado

João Manuel Rosa de Almeida

Pedro Manuel Bastos Rodrigues Soares

Fernanda Manuela Almeida Pésinho

Para se constar se lavrou a presente acta que vai ser devidamente assinada.

Os Deputados Escrutinadores: *Manuel Alves de Oliveira — Isabel Gonçalves — Zelinda Marouço Semedo.*

Por fim, e quanto à eleição de dois membros para o Conselho Superior de Defesa Nacional procedeu-se à votação e a acta é do seguinte teor: «Aos vinte dias do mês de Junho de dois mil e dois, procedeu-se à eleição de dois membros para o Conselho Superior de Defesa Nacional.

Votantes — 214

Votos «sim» — 173

Votos «não» — 11

Abstenções — 19

Votos brancos — 11

Face ao resultado obtido, declaram-se eleitos os candidatos propostos: Manuel Filipe Correia de Jesus

José Manuel de Medeiros Ferreira

Para se constar se lavrou a presente acta que vai ser devidamente assinada.

Os Deputados Escrutinadores: *Manuel Alves de Oliveira — Isabel Gonçalves — Zelinda Marouço Semedo.*

Srs. Deputados, a próxima sessão plenária realizar-se-á amanhã às 10 horas com o debate sobre o processo de Construção Europeia, com depoimentos sobre os trabalhos da COSAC e da Convenção sobre o futuro da Comissão Europeia e ainda o debate da proposta de resolução n.º 1/IX — Aprova, para adesão, a Convenção relativa à marcação dos explosivos plásticos para fins de detecção, adoptada em Montreal, em 1 de Março de 1991.

Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

Eram 19 horas e 15 minutos.

Declarações de voto, enviadas à Mesa para publicação, relativas à votação, na generalidade, do projecto de lei n.º 13/IX.

Qualquer sociedade evoluída exige a assumpção de atitudes responsáveis e incentivadoras de uma cultura de total respeito e defesa da dignidade humana.

Para os Deputados do PSD abaixo assinados esta concepção humanista e personalista passa, naturalmente, pelo reconhecimento da necessidade de uma educação para uma sexualidade responsável.

Os Deputados signatários da presente declaração assumem, sem hesitações, a constatação de que o direito à saúde sexual e reprodutiva apresenta, actualmente em Portugal, insuficiências e bloqueios insustentáveis no dealbar do século XXI.

Vários indicadores (a que todos temos acesso) evidenciam a realidade verdadeiramente dramática e alarmante que vivemos.

A título de exemplo, importa lembrar que Portugal apresenta valores assustadoramente altos de propagação de doenças sexualmente transmissíveis, sendo mesmo o país da União Europeia com as mais altas taxas de incidência e de crescimento do HIV; é, ao lado do Reino Unido, o país da UE com mais casos de gravidez na adolescência; e é um país onde, sistematicamente, ocorre um nível indeterminado, mas indesmentivelmente alto, de casos de interrupção da gravidez, causados pelo défice de informação e conhecimento e pela irregular utilização de meios e métodos contraceptivos.

Estes graves indicadores são muito mais do que indícios; são a consequência de uma realidade muito mais vasta e preocupante que urge transformar.

Em consequência, os Deputados signatários consideram que se impõe uma política activa nesta área, fundamentada no princípio da dignidade da pessoa humana, no respeito pela autodeterminação individual e pelas diferentes opções e abordagens da afectividade e vivência sexuais.

Assim, considera-se que a educação sexual no nosso país é de menos e tarde demais. E preconizam-se uma ideia, uma visão e uma abordagem integradora dos caminhos para um necessário impulso na aprendizagem de uma sexualidade responsável e sustentada em objectivos bem claros:

- Facilitar o acesso à informação e conhecimento fidегignos;
- Prevenir comportamentos e situações de risco;
- Apoiar social, educativa e psico-afectivamente as grávidas, as mães e os pais adolescentes;
- Desenvolver medidas preventivas do recurso ao abortamento;
- Divulgar métodos de planeamento familiar;
- E incentivar uma maternidade e uma paternidade conscientes.

No fundo, contribuir para a formação de uma geração melhor preparada para assumir positivamente a sexualidade nas suas diferentes componentes.

E em medidas igualmente objectivas:

- Promoção da educação sexual nas escolas;
- Formação inicial, nesta área, aos docentes e aos candidatos a docentes;

— Facilitação do acesso a Centros de Atendimento para adolescentes e a consultas especializadas;

— Integração de equipas multidisciplinares, com formação específica na área da saúde sexual e reprodutiva na adolescência;

— Implementação de medidas concretas de índole psico-afectiva, social e educativa de apoio às adolescentes grávidas e aos pais adolescentes;

— E promoção de campanhas nacionais de divulgação e informação sobre esta temática.

Estas são as linhas orientadoras que se advogam para uma acção governativa que cumpra o papel que a sociedade, através do Estado, deve desempenhar, não menorizando o papel igualmente fundamental que as famílias deverão, nesta matéria, assumir, mas igualmente não ocultando a função imprescindível que cumpre a toda a sociedade e, portanto, ao nosso sistema de ensino.

Estes princípios e medidas enunciados foram expressos num projecto de resolução subscrito por Deputados do Grupo Parlamentar do PSD que não foi discutido, em sessão plenária, em simultâneo com o projecto de lei enunciado devido, somente, a uma inexplicável oposição do Partido Socialista.

Aqui se assume que o sentido de voto desfavorável ao projecto de lei n.º 13/IX por parte dos Deputados signatários se alicerça numa discordância inultrapassável sobre alguns pressupostos e algumas medidas concretas do referido projecto de lei, não reflectindo uma menor preocupação pela actual realidade nacional ou uma qualquer hesitação, retrógrada e ultrapassada, quanto à necessidade urgente da implementação de medidas que contribuam para a aprendizagem de uma sexualidade responsável e, portanto, para uma melhor formação social e afectiva das novas gerações.

Os Deputados do PSD, *Guilherme Silva — Pedro Duarte — Sérgio Vieira — Massano Cardoso — Gonçalo Capitão — Teresa Moraes — Adriana Aguiar Branco — Jorge Nuno de Sá — Ricardo Fonseca de Almeida — Rodrigo Ribeiro — Maria Leonor Beleza — Miguel Coleta — Clara Carneiro — Goreti Machado — Carlos Antunes — Luís Marques Guedes — António Montalvão Machado — Aurora Vieira — Ana Manso — Mário Patinha Antão — António Nazaré Pereira — João Moura — Victor Reis — Isménia Franco — Ribeiro dos Santos — João Gago Horta — José Manuel Cordeiro — Gustavo Duarte — Pinho Cardão — Maria Elisa Domingues — Graça Proença de Carvalho — Gonçalo Breda Marques — Machado Rodrigues — Maria Manuela Aguiar — Pedro Alves — Carlos Rodrigues — Daniel Rebelo — Bruno Vitorino — Alexandre Simões — José Manuel Alves — Pedro do Ó Ramos — Diogo Luz — Isilda Pegado — Fernando Penha — Jorge Tadeu Morgado — Victor Cruz.*

Lutar pela concretização da Educação Sexual nas escolas portuguesas e combater os atrasos e obstáculos com que este processo tem vindo a ser marcado é, antes de mais, defender de forma coerente e consequente o respeito e o cumprimento da Lei.

Tendo assumido durante mais de duas décadas uma persistente e bem sucedida intervenção pelo desenvolvimento de um quadro legal mais justo e avançado, é essa postura de exigência que o PCP tem vindo a demonstrar.

As preocupações que estão na base do projecto de lei agora apresentado são legítimas e correctas. É verdade que o atraso estrutural do nosso país em matéria de educação sexual, planeamento familiar e saúde reprodutiva levantam com clareza a urgente necessidade de medidas concretas.

Todavia, consideramos que essas necessárias medidas se prendem com o plano da concretização e aplicação do quadro legal existente e não com a sua alteração nos termos em que o projecto de lei em apreço aponta.

Com efeito, as matérias concretas, que esse projecto vem colocar não são novas relativamente à legislação actual; são, aliás, consagradas e estabelecidas de forma explícita, desde logo na recente Lei n.º 120/99, de 11 de Agosto, e na respectiva regulamentação (constante no Decreto-Lei n.º 259/2000, de 17 de Outubro).

Por outro lado, as normas propostas, ao invés de trazem novas e melhores perspectivas quanto à concretização do objectivo maior que é colocado (isto é, a implementação da educação sexual nas escolas), levantam afinal fundadas preocupações quanto aos resultados efectivamente previsíveis da sua aplicação no concreto. E uma das principais razões para esta reserva reside justamente no perigo de colisão que surge face ao Regime de Autonomia das Escolas.

A apresentação da iniciativa de criação dos Gabinetes de Apoio a Jovens é, salvo uma ligeira adaptação da designação actual, claramente redundante face à legislação existente. São apresentadas formulações e processos de concretização que suscitariam legítimas dúvidas sobre as possibilidades de participação ampla e abrangente da comunidade educativa nesta matéria, a começar pelos próprios estudantes.

O mesmo ocorre quanto à área curricular e área de projecto. A proposta em apreciação levanta inclusivamente o risco de limitação do leque de possibilidades e alternativas actualmente existentes para a implementação deste objectivo nas escolas, dado o recuo que é apontado para um carácter redutor nas referidas medidas, ao postular especificidades que claramente excluem outras soluções alternativas, eventualmente mais viáveis e eficazes no terreno.

A nossa abstenção resulta assim do entendimento que temos sobre a política necessária neste domínio. Mais ainda do que a intervenção firme e construtiva que nos caracteriza na defesa de avanços na Lei, o PCP assume uma postura de atenta fiscalização do Governo e das suas acções nesta matéria.

As propostas ficam aquém da expectativa de eventuais melhorias, que sempre encarámos como úteis e oportunas, ao quadro legal existente. E antes de mais, o que é mais urgente é a tomada de medidas concretas para o seu cumprimento.

O Deputado do PCP, Bruno Dias.

Srs. Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

Alexandre Bernardo Macedo Lopes Simões

Ana Paula Rodrigues Malojo

António Edmundo Barbosa Montalvão Machado

António Maria Almeida Braga Pinheiro Torres

António Paulo Martins Pereira Coelho

Arménio dos Santos

Diogo Alves de Sousa de Vasconcelos

Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho

Gonçalo Trigo de Moraes de Albuquerque Reis

João Manuel Moura Rodrigues

Jorge Nuno Fernandes Traila Monteiro de Sá

José Manuel Pereira da Costa

Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira

Luís Filipe Alexandre Rodrigues

Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida

Maria Teresa Pinto Basto Gouveia

Pedro Miguel de Azeredo Duarte

Rui Manuel Lobo Gomes da Silva

Rui Miguel Lopes Martins de Mendes Ribeiro

Vasco Manuel Henriques Cunha

Partido Socialista (PS):

Fausto de Sousa Correia

Francisco José Pereira de Assis Miranda

Jamila Bárbara Madeira e Madeira

João Barroso Soares

João Rui Gaspar de Almeida

Joaquim Augusto Nunes Pina Moura

Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro

José Eduardo Vera Cruz Jardim

José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa

Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal

Luís Manuel Carvalho Carito

Luísa Pinheiro Portugal

Manuel Alegre de Melo Duarte

Maria Isabel da Silva Pires de Lima

Renato Luís de Araújo Forte Sampaio

Partido Popular (CDS-PP):

João Nuno Lacerda Teixeira de Melo

José Miguel Nunes Anacoreta Correia

Pedro Manuel Brandão Rodrigues

Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues

Bernardino José Torrão Soares

Bruno Ramos Dias

Srs. Deputados não presentes à sessão por se encontrarem em missões internacionais:

Partido Social Democrata (PSD):

António Manuel da Cruz Silva

Partido Socialista (PS):

Edite Fátima Santos Marreiros Estrela

Srs. Deputados que faltaram à sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
Marco António Ribeiro dos Santos Costa

Partido Socialista (PS):

Acácio Manuel de Frias Barreiros
José Manuel de Medeiros Ferreira

Bloco de Esquerda (BE):

Luis Emídio Lopes Mateus Fazenda

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.



Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, € 0,05 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.

PREÇO DESTE NÚMERO (IVA INCLUIDO 5%)

€ 2,40